

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	15
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	17
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	19
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	20
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	22
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	23
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	24
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	25
--------------------------	----

Notas Explicativas	47
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	119
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	120
--	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	122
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	123
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	6.445.310
Preferenciais	157.727
Total	6.603.037
Em Tesouraria	
Ordinárias	644.050
Preferenciais	1.812
Total	645.862

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	60.591.353	57.126.068
1.01	Ativo Circulante	17.145.721	13.843.107
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.360.721	769.582
1.01.02	Aplicações Financeiras	195.520	185.307
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	195.520	185.307
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	195.520	185.307
1.01.03	Contas a Receber	5.507.415	3.350.284
1.01.03.01	Clientes	5.507.415	3.350.284
1.01.04	Estoques	194.121	188.276
1.01.06	Tributos a Recuperar	243.269	138.436
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	243.269	138.436
1.01.07	Despesas Antecipadas	959.011	548.157
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.685.664	8.663.065
1.01.08.03	Outros	5.685.664	8.663.065
1.01.08.03.01	Créditos com Controladas	30.009	2.616.447
1.01.08.03.02	Outros Tributos	428.545	679.337
1.01.08.03.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	633.987	933.644
1.01.08.03.04	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	6.437	22.866
1.01.08.03.05	Ativos Relacionados aos Fundos de Pensão	1.300	793
1.01.08.03.06	Ativos Mantidos para Venda	2.242.989	3.527.711
1.01.08.03.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	40.154	7.175
1.01.08.03.08	Demais Ativos	2.302.243	875.092
1.02	Ativo Não Circulante	43.445.632	43.282.961
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	16.503.553	19.586.449
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	9.740	2.612
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	9.740	2.612
1.02.01.07	Tributos Diferidos	1.117.150	5.665.670
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.117.150	5.665.670
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	850.298	138.462
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	9.242.828	9.210.285
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	9.242.828	9.210.285
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	5.283.537	4.569.420
1.02.01.10.03	Outros Tributos	536.374	269.882
1.02.01.10.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	4.219.136	3.815.098
1.02.01.10.05	Ativo Relacionado aos Fundos de Pensão	25.854	24.755
1.02.01.10.06	Demais Ativos	502.173	459.685
1.02.02	Investimentos	8.098.626	6.231.635
1.02.02.01	Participações Societárias	8.098.626	6.231.635
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	8.079.466	6.209.496
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	19.160	22.139
1.02.03	Imobilizado	15.302.776	13.937.490
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	11.234.846	10.526.541
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	2.912.878	2.516.814
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.155.052	894.135
1.02.04	Intangível	3.540.677	3.527.387

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1.02.04.01	Intangíveis	3.540.677	3.527.387
1.02.04.01.02	Licenças Regulatórias	3.006.107	3.407.185
1.02.04.01.03	Software	448.088	59.633
1.02.04.01.04	Intangível em Formação	1.849	0
1.02.04.01.05	Outros	84.633	60.569

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	60.591.353	57.126.068
2.01	Passivo Circulante	8.989.882	6.948.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	233.601	246.384
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	233.601	246.384
2.01.02	Fornecedores	4.498.209	2.688.581
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.498.209	2.688.581
2.01.02.01.01	Fornecedores	4.361.720	2.069.380
2.01.02.01.02	Fornecedores Sujeitos a Recuperação Judicial	136.489	619.201
2.01.03	Obrigações Fiscais	906	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	906	0
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	906	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	417.171	436.240
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	417.171	436.240
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.625	366
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	415.546	435.874
2.01.05	Outras Obrigações	3.347.159	3.162.914
2.01.05.02	Outros	3.347.159	3.162.914
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5.589	825.334
2.01.05.02.04	Outros Tributos	782.356	285.756
2.01.05.02.05	Programa de Refinanciamento Fiscal	100.384	87.353
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	3.724	13.830
2.01.05.02.07	Autorizações e Concessões a Pagar	35.864	0
2.01.05.02.08	Arrendamentos a Pagar	633.262	501.229
2.01.05.02.09	Cessão de Créditos	81.967	180.327
2.01.05.02.10	Demais Obrigações	1.704.013	1.269.085
2.01.06	Provisões	492.836	413.881
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	492.836	413.881
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	124.808	153.387
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	84.868	73.962
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	283.160	186.532
2.02	Passivo Não Circulante	50.828.874	50.933.742
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	19.941.973	22.913.743
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	19.941.973	22.913.743
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	6.427.826	8.981.405
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	13.514.147	13.932.338
2.02.02	Outras Obrigações	26.210.459	23.597.465
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.894.544	2.083.239
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	2.894.544	2.083.239
2.02.02.02	Outros	23.315.915	21.514.226
2.02.02.02.03	Fornecedores Sujeitos a Recuperação Judicial	4.115.167	3.543.424
2.02.02.02.04	Programa de Refinanciamento Fiscal	132.240	158.546
2.02.02.02.05	Outros Tributos	2.022.591	645.741
2.02.02.02.06	Provisão para Patrimônio Líquido Negativo	7.980.292	8.522.071
2.02.02.02.07	Arrendamentos a Pagar	2.419.822	2.101.487
2.02.02.02.09	Demais Obrigações	6.645.803	6.542.957
2.02.04	Provisões	4.676.442	4.422.534

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.676.442	4.422.534
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.674.930	729.672
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	759.367	760.587
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	878.800	813.401
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.363.345	2.118.874
2.03	Patrimônio Líquido	772.597	-755.674
2.03.01	Capital Social Realizado	32.538.937	32.538.937
2.03.02	Reservas de Capital	3.911.613	3.895.011
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	1.750.494	1.750.494
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-33.315	-33.315
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	1.383.807	1.379.234
2.03.02.10	Juros sobre Obras em Andamento	745.756	745.756
2.03.02.11	Correção Monetária Lei 8.200/91	31.287	31.287
2.03.02.13	Remuneração Baseada em Ações	33.584	21.555
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-35.265.935	-36.774.102
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-801.073	-801.073
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	389.055	385.553

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.492.273	4.763.507	1.708.715	2.638.986
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.703.382	-4.943.096	-1.474.194	-2.265.506
3.03	Resultado Bruto	-211.109	-179.589	234.521	373.480
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.333.886	-763.795	743.034	-2.050.660
3.04.01	Despesas com Vendas	-581.233	-1.004.357	-245.206	-404.814
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-459.583	-754.877	-275.680	-489.837
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	349.222	608.046	181.027	411.003
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-120.479	-176.923	-121.709	-162.592
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-521.813	564.316	1.204.602	-1.404.420
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-1.544.995	-943.384	977.555	-1.677.180
3.06	Resultado Financeiro	-2.055.359	-757.107	-33.799	-874.470
3.06.01	Receitas Financeiras	629.835	2.694.920	791.209	894.668
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.685.194	-3.452.027	-825.008	-1.769.138
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-3.600.354	-1.700.491	943.756	-2.551.650
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4.610.371	-4.610.371	0	0
3.08.01	Corrente	-61.851	-61.851	0	0
3.08.02	Diferido	-4.548.520	-4.548.520	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-8.210.725	-6.310.862	943.756	-2.551.650
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	7.889.910	7.772.009	149.872	562.043
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	7.889.910	7.772.009	149.872	562.043
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-320.815	1.461.147	1.093.628	-1.989.607
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,05	0,25	0,18	-0,33
3.99.01.02	PN	-0,05	0,25	0,18	-0,33
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,05	0,25	0,18	-0,33
3.99.02.02	PN	-0,05	0,25	0,18	-0,33

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	-320.815	1.461.147	1.093.628	-1.989.607
4.02	Outros Resultados Abrangentes	3.742	3.502	-10.808	-5.289
4.02.01	Resultado na Contabilidade de Hedge	2.527	1.395	-9.977	-4.453
4.02.02	Ganho Atuarial	32	64	31	63
4.02.03	Ajuste de Conversão de Investimentos no Exterior	1.183	2.043	-862	-899
4.03	Resultado Abrangente do Período	-317.073	1.464.649	1.082.820	-1.994.896

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-2.021.602	-971.687
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-884.076	967.918
6.01.01.01	Prejuízo antes das Tributações	-1.700.491	-2.551.650
6.01.01.02	Encargos, Rendimentos Financeiros e Atualizações Monetárias e Cambiais	-4.069.466	-1.411.534
6.01.01.03	Amortização do Desconto das Dívidas e Variações Monetárias e Cambiais	3.910.977	2.285.713
6.01.01.04	Ajuste a Valor Justo de Fornecedores	-1.550.640	147.109
6.01.01.05	Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	115.895	23.672
6.01.01.06	Depreciação e Amortização	1.824.868	1.111.183
6.01.01.07	Perdas Esperadas em Contas a Receber de Clientes	86.173	2.340
6.01.01.08	Provisões/(Reversões)	13.389	-24.222
6.01.01.09	Provisão Obrigações Contratuais	690.372	0
6.01.01.10	Equivalência Patrimonial	-564.316	1.404.420
6.01.01.11	Resultado com Alienações e Baixa de Ativos	18.692	-115.456
6.01.01.12	Taxa de Prorrogação do Contrato de Concessão - ANATEL	56.334	35.027
6.01.01.13	Participação de Empregados e Administradores	48.243	20.531
6.01.01.14	Recuperação de Tributos	-69.620	-5.649
6.01.01.15	Atualização Monetária de Provisões/(Reversões)	277.964	34.926
6.01.01.16	Outros	27.550	11.508
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-197.757	-1.432.206
6.01.02.01	Contas a Receber	358.348	-490.653
6.01.02.02	Estoques	721	-16.447
6.01.02.03	Tributos	435.255	392.154
6.01.02.04	Acréscimos/Decréscimos em Aplicações Financeiras	1.289	1.371
6.01.02.05	Fornecedores	-82.965	-611.306
6.01.02.06	Salários, Encargos Sociais e Benefícios	-67.054	-93.848
6.01.02.07	Provisões	-254.811	-128.874
6.01.02.08	Outras Contas Ativas e Passivas	-588.540	-484.603
6.01.03	Outros	-939.769	-507.399
6.01.03.01	Encargos Financeiros Pagos - Dívida	-856.809	-443.702
6.01.03.02	Encargos Financeiros Pagos - Arrendamentos	-70.598	-63.697
6.01.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos - Terceiros	-12.362	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	15.789.489	-951.301
6.02.01	Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-814.873	-717.214
6.02.02	Créditos com Partes Relacionadas - Recebimentos/Liberações	2.658.648	-22.546
6.02.03	Recursos Obtidos na Venda de Investimentos e Ativos Fixos	5.965	332.641
6.02.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	-404.226	-45.671
6.02.05	Resgates Judiciais de Depósitos e Bloqueios Judiciais	429.215	185.579
6.02.06	Aumento de Capital em Controladas	-4.886.317	-684.090
6.02.07	Fluxo de Caixa das Operações Descontinuadas	18.801.077	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-10.216.358	574.824
6.03.01	Pagamentos de Principal de Empréstimos e Financiamentos	-10.975.878	-1.326
6.03.02	Recebimentos/(Pagamentos) de Operações de Instrumentos Financeiros Derivativos	-160.827	-4.073
6.03.03	Programa de Refinanciamento Fiscal	-41.114	-30.404

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.03.04	Arrendamentos	-267.594	-114.457
6.03.05	Caixa e Equivalentes de Caixa Adquiridos por Incorporação	1.229.055	725.084
6.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	39.610	-1.238
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.591.139	-1.349.402
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	769.582	1.952.680
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.360.721	603.278

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	32.538.937	3.895.011	0	-36.774.102	-415.520	-755.674
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.538.937	3.895.011	0	-36.774.102	-415.520	-755.674
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	16.602	0	0	0	16.602
5.04.08	Remuneração Baseada em Ações	0	16.602	0	0	0	16.602
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.508.167	3.502	1.511.669
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.461.147	0	1.461.147
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	47.020	3.502	50.522
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.502	3.502
5.05.02.07	Equivalência Reflexa sobre Investimento	0	0	0	47.020	0	47.020
5.07	Saldos Finais	32.538.937	3.911.613	0	-35.265.935	-412.018	772.597

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	32.538.937	3.873.456	0	-28.257.917	-402.984	7.751.492
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.538.937	3.873.456	0	-28.257.917	-402.984	7.751.492
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	13.405	0	0	0	13.405
5.04.08	Remuneração Baseada em Ações	0	13.405	0	0	0	13.405
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.989.607	-5.289	-1.994.896
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.989.607	0	-1.989.607
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-5.289	-5.289
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-5.289	-5.289
5.07	Saldos Finais	32.538.937	3.886.861	0	-30.247.524	-408.273	5.770.001

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
7.01	Receitas	6.489.229	3.655.536
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.004.127	3.263.038
7.01.02	Outras Receitas	578.036	394.838
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-92.934	-2.340
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.939.444	-1.395.230
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-90.642	-57.630
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.794.714	-1.299.826
7.02.04	Outros	-54.088	-37.774
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.549.785	2.260.306
7.04	Retenções	5.443.828	-713.454
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.824.868	-1.111.183
7.04.02	Outras	7.268.696	397.729
7.04.02.01	Provisões (Inclui atualização monetária)	-221.736	-10.704
7.04.02.02	Resultado de operações descontinuadas	7.772.009	562.043
7.04.02.03	Outras Despesas	-281.577	-153.610
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	8.993.613	1.546.852
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.259.236	-509.752
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	564.316	-1.404.420
7.06.02	Receitas Financeiras	2.694.920	894.668
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	12.252.849	1.037.100
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	12.252.849	1.037.100
7.08.01	Pessoal	361.356	268.312
7.08.01.01	Remuneração Direta	273.933	197.750
7.08.01.02	Benefícios	71.172	47.799
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.182	16.369
7.08.01.04	Outros	7.069	6.394
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.570.986	509.540
7.08.02.01	Federais	4.554.406	27.691
7.08.02.02	Estaduais	974.617	459.553
7.08.02.03	Municipais	41.963	22.296
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.859.360	2.248.855
7.08.03.01	Juros	3.257.189	1.762.720
7.08.03.02	Aluguéis	1.602.171	486.135
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.461.147	-1.989.607
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.461.147	-1.989.607

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	50.814.492	77.950.476
1.01	Ativo Circulante	16.413.652	46.426.067
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.825.966	2.917.251
1.01.02	Aplicações Financeiras	195.520	188.566
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	195.520	188.566
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	195.520	188.566
1.01.03	Contas a Receber	4.788.062	4.264.954
1.01.03.01	Clientes	4.788.062	4.264.954
1.01.04	Estoques	296.361	311.622
1.01.06	Tributos a Recuperar	305.767	297.035
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	305.767	297.035
1.01.07	Despesas Antecipadas	706.427	577.803
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.295.549	37.868.836
1.01.08.03	Outros	5.295.549	37.868.836
1.01.08.03.01	Outros Tributos	458.687	897.338
1.01.08.03.02	Depósitos e Bloqueios Judiciais	798.744	1.181.457
1.01.08.03.03	Dividendos e juros sobre o capital próprio	251	25
1.01.08.03.04	Ativos Relacionados aos Fundos de Pensão	1.300	2.175
1.01.08.03.05	Ativos Mantidos para Venda	2.242.989	35.043.996
1.01.08.03.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	40.154	7.175
1.01.08.03.07	Demais Ativos	1.753.424	736.670
1.02	Ativo Não Circulante	34.400.840	31.524.409
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.070.027	11.299.429
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	9.740	9.423
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	9.740	9.423
1.02.01.07	Tributos Diferidos	1.209.775	5.758.295
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.209.775	5.758.295
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	661.367	342.698
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	5.189.145	5.189.013
1.02.01.10.03	Outros Tributos	537.788	711.144
1.02.01.10.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	4.249.716	4.038.913
1.02.01.10.05	Ativo Relacionado aos Fundos de Pensão	25.854	24.755
1.02.01.10.06	Demais Ativos	375.787	414.201
1.02.02	Investimentos	8.251.275	27.072
1.02.02.01	Participações Societárias	8.251.275	27.072
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	8.215.368	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	19.160	22.139
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	16.747	4.933
1.02.03	Imobilizado	15.517.884	16.192.523
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	11.176.694	11.804.717
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	2.953.372	2.905.232
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.387.818	1.482.574
1.02.04	Intangível	3.561.654	4.005.385
1.02.04.01	Intangíveis	3.561.654	4.005.385
1.02.04.01.02	Licenças Regulatórias	2.950.965	3.399.635

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1.02.04.01.03	Software	411.238	417.110
1.02.04.01.04	Intangível em Formação	1.500	2.216
1.02.04.01.05	Outros	197.951	186.424

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	50.814.492	77.950.476
2.01	Passivo Circulante	8.790.908	26.397.031
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	492.853	553.850
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	492.853	553.850
2.01.02	Fornecedores	3.681.749	4.029.297
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.681.749	4.029.297
2.01.02.01.01	Fornecedores	3.552.435	3.374.114
2.01.02.01.02	Fornecedores Sujeitos a Recuperação Judicial	129.314	655.183
2.01.03	Obrigações Fiscais	10.047	14.776
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.047	14.776
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	10.047	14.776
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	417.171	2.900.410
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	417.171	2.900.410
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.625	2.181.564
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	415.546	718.846
2.01.05	Outras Obrigações	3.513.116	18.181.934
2.01.05.02	Outros	3.513.116	18.181.934
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5.589	5.762
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	3.724	13.830
2.01.05.02.05	Outros Tributos	829.408	1.538.180
2.01.05.02.06	Programa de Refinanciamento Fiscal	102.668	97.888
2.01.05.02.07	Autorizações e Concessões a Pagar	35.864	62.553
2.01.05.02.08	Arrendamentos a Pagar	667.329	676.074
2.01.05.02.09	Passivos Associados a Ativos Mantidos para Venda	0	13.569.773
2.01.05.02.10	Cessão de Créditos	81.967	180.327
2.01.05.02.11	Demais Obrigações	1.786.567	2.037.547
2.01.06	Provisões	675.972	716.764
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	675.972	716.764
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	124.809	187.889
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	266.870	271.186
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	284.293	257.689
2.02	Passivo Não Circulante	41.218.797	52.276.426
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	20.771.995	30.082.708
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	20.771.995	30.082.708
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	6.427.826	10.450.722
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	14.344.169	19.631.986
2.02.02	Outras Obrigações	15.375.747	16.430.428
2.02.02.02	Outros	15.375.747	16.430.428
2.02.02.02.03	Fornecedores Sujeitos a Recuperação Judicial	4.116.585	3.779.116
2.02.02.02.04	Outros Tributos	2.056.001	930.344
2.02.02.02.05	Arrendamentos a Pagar	2.427.780	2.332.100
2.02.02.02.06	Programa de Refinanciamento Fiscal	132.240	172.506
2.02.02.02.07	Demais Obrigações	6.643.141	9.216.362
2.02.04	Provisões	5.071.055	5.763.290
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.071.055	5.763.290
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.697.268	1.036.739

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.103.962	1.147.676
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	878.800	813.401
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.391.025	2.765.474
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	804.787	-722.981
2.03.01	Capital Social Realizado	32.538.937	32.538.937
2.03.02	Reservas de Capital	3.911.613	3.895.011
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	1.750.494	1.750.494
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-33.315	-33.315
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	1.383.807	1.379.234
2.03.02.10	Juros Sobre Obras em Andamento	745.756	745.756
2.03.02.11	Correção Monetária Lei 8.200/91	31.287	31.287
2.03.02.13	Remuneração Baseada em Ações	33.584	21.555
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-35.265.935	-36.774.102
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-801.073	-801.073
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	389.055	385.553
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	32.190	32.693

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.579.520	5.066.463	2.626.993	5.264.118
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.326.978	-4.210.935	-2.132.038	-4.261.216
3.03	Resultado Bruto	252.542	855.528	494.955	1.002.902
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-863.941	-1.836.294	-1.039.141	-1.309.851
3.04.01	Despesas com Vendas	-528.370	-1.079.061	-619.185	-1.243.819
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-533.861	-987.981	-543.086	-1.119.368
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	370.615	608.436	575.072	1.824.665
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-235.146	-439.583	-452.910	-772.494
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	62.821	61.895	968	1.165
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-611.399	-980.766	-544.186	-306.949
3.06	Resultado Financeiro	-2.988.343	-716.625	1.489.075	-2.239.053
3.06.01	Receitas Financeiras	360.487	2.688.629	2.342.277	239.814
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.348.830	-3.405.254	-853.202	-2.478.867
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-3.599.742	-1.697.391	944.889	-2.546.002
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4.610.827	-4.611.330	-881	-9.406
3.08.01	Corrente	-62.307	-62.810	-881	-9.406
3.08.02	Diferido	-4.548.520	-4.548.520	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-8.210.569	-6.308.721	944.008	-2.555.408
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	7.889.910	7.772.009	149.872	562.043
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	7.889.910	7.772.009	149.872	562.043
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-320.659	1.463.288	1.093.880	-1.993.365
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-320.815	1.461.147	1.093.628	-1.989.607
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	156	2.141	252	-3.758
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,05	0,25	0,18	-0,33
3.99.01.02	PN	-0,05	0,25	0,18	-0,33
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
3.99.02.01	ON	-0,05	0,25	0,18	-0,33
3.99.02.02	PN	-0,05	0,25	0,18	-0,33

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-320.659	1.463.288	1.093.880	-1.993.365
4.02	Outros Resultados Abrangentes	6.452	858	-12.647	-5.228
4.02.01	Resultado na Contabilidade de Hedge	2.527	1.395	-9.977	-4.453
4.02.02	Ganho Atuarial	32	64	31	63
4.02.03	Ajuste de Conversão de Investimentos no Exterior	3.893	-601	-2.701	-838
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-314.207	1.464.146	1.081.233	-1.998.593
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-317.073	1.464.649	1.082.820	-1.994.896
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.866	-503	-1.587	-3.697

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.342.370	-2.428.154
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	274.142	1.500.039
6.01.01.01	Prejuízo antes das Tributações	-1.697.391	-2.546.002
6.01.01.02	Encargos, Rendimentos Financeiros e Atualizações Monetárias e Cambiais	-1.313.542	871.736
6.01.01.03	Amortização do Desconto das Dívidas e Variações Monetárias e Cambiais	1.387.564	1.027.190
6.01.01.04	Ajuste a Valor Justo de Fornecedores	-1.324.411	64.564
6.01.01.05	Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	115.895	23.672
6.01.01.06	Depreciação e Amortização	2.019.075	2.029.540
6.01.01.07	Perdas Esperadas em Contas a Receber de Clientes	86.819	51.281
6.01.01.08	Provisões/(Reversões)	-5.443	78.930
6.01.01.09	Provisão Obrigações Contratuais	690.372	0
6.01.01.10	Equivalência Patrimonial	-61.895	-1.165
6.01.01.11	Resultado com Alienações e Baixa de Ativos	27.801	-1.008.827
6.01.01.12	Taxa de Prorrogação do Contrato de Concessão - ANATEL	62.239	52.048
6.01.01.13	Participação de Empregados e Administradores	76.802	63.467
6.01.01.14	Recuperação de Tributos	-75.731	-16.849
6.01.01.15	Atualização Monetária de Provisões/(Reversões)	318.209	151.518
6.01.01.16	Outros	-32.221	132.194
6.01.01.18	Fluxo de Caixa das Operações Descontinuadas	0	526.742
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-476.811	-3.138.126
6.01.02.01	Contas a Receber	-609.927	28.733
6.01.02.02	Estoques	55.846	-52.772
6.01.02.03	Tributos	623.348	759.770
6.01.02.04	Acréscimos/Decréscimos em Aplicações Financeiras	1.327	3.154
6.01.02.05	Fornecedores	531.171	-953.189
6.01.02.06	Salários, Encargos Sociais e Benefícios	-121.197	-221.862
6.01.02.07	Provisões	-277.945	-299.000
6.01.02.08	Variação de Ativos e Passivos Mantidos para Venda	0	-1.901.524
6.01.02.09	Outras Contas Ativas e Passivas	-679.434	-501.436
6.01.03	Outros	-1.139.701	-790.067
6.01.03.01	Encargos Financeiros Pagos - Dívida	-1.064.433	-654.306
6.01.03.02	Encargos Financeiros Pagos - Arrendamentos	-71.292	-76.566
6.01.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos - Empresa	-3.157	-5.813
6.01.03.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos - Terceiros	-819	-53.382
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	17.771.198	-1.937.852
6.02.01	Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-973.749	-1.160.661
6.02.02	Recursos Obtidos na Venda de Investimentos e Ativos Fixos	4.865	1.057.846
6.02.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	-502.910	-164.082
6.02.04	Resgates Judiciais de Depósitos e Bloqueios Judiciais	441.794	263.162
6.02.05	Fluxo de Caixa das Operações Descontinuadas	18.801.198	-1.934.117
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-14.632.150	1.689.821
6.03.01	Pagamento de Principal de Empréstimos e Financiamentos	-10.976.002	-2.056
6.03.02	Recebimento/(Pagamentos) de Operações de Instrumentos Financeiros Derivativos	-160.827	-4.073

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.03.03	Programa de Refinanciamento Fiscal	-41.762	-40.313
6.03.04	Arrendamentos	-298.803	-293.707
6.03.05	Fluxo de Caixa das Operações Descontinuadas	-3.154.756	2.029.970
6.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	112.037	-1.518
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.908.715	-2.677.703
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.917.251	4.107.941
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.825.966	1.430.238

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	32.538.937	3.895.011	0	-36.774.102	-415.520	-755.674	32.693	-722.981
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.538.937	3.895.011	0	-36.774.102	-415.520	-755.674	32.693	-722.981
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	16.602	0	0	0	16.602	0	16.602
5.04.08	Remuneração Baseada em Ações	0	16.602	0	0	0	16.602	0	16.602
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.508.167	3.502	1.511.669	-503	1.511.166
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.461.147	0	1.461.147	2.141	1.463.288
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	47.020	3.502	50.522	-2.644	47.878
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.502	3.502	-2.644	858
5.05.02.07	Equivalência Reflexa sobre Investimento	0	0	0	47.020	0	47.020	0	47.020
5.07	Saldos Finais	32.538.937	3.911.613	0	-35.265.935	-412.018	772.597	32.190	804.787

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	32.538.937	3.873.456	0	-28.257.917	-402.984	7.751.492	18.418	7.769.910
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.538.937	3.873.456	0	-28.257.917	-402.984	7.751.492	18.418	7.769.910
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	13.405	0	0	0	13.405	0	13.405
5.04.08	Remuneração Baseada em Ações	0	13.405	0	0	0	13.405	0	13.405
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.989.607	-5.289	-1.994.896	-3.697	-1.998.593
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.989.607	0	-1.989.607	-3.758	-1.993.365
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-5.289	-5.289	61	-5.228
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-5.289	-5.289	61	-5.228
5.07	Saldos Finais	32.538.937	3.886.861	0	-30.247.524	-408.273	5.770.001	14.721	5.784.722

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
7.01	Receitas	6.888.313	8.436.469
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.407.693	6.724.997
7.01.02	Outras Receitas	574.200	1.791.252
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-93.580	-79.780
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.692.210	-3.203.390
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-92.045	-76.875
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.524.128	-3.044.672
7.02.04	Outros	-76.037	-81.843
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.196.103	5.233.079
7.04	Retenções	5.147.777	-1.998.994
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.019.075	-2.029.540
7.04.02	Outras	7.166.852	30.546
7.04.02.01	Provisões (inclui atualização monetária)	-312.766	-230.448
7.04.02.02	Resultado de Operações Descontinuadas	7.772.009	562.043
7.04.02.03	Outras Despesas	-292.391	-301.049
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	9.343.880	3.234.085
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.750.524	240.979
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	61.895	1.165
7.06.02	Receitas Financeiras	2.688.629	239.814
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	12.094.404	3.475.064
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	12.094.404	3.475.064
7.08.01	Pessoal	764.743	822.550
7.08.01.01	Remuneração Direta	554.492	599.557
7.08.01.02	Benefícios	154.594	153.870
7.08.01.03	F.G.T.S.	40.511	48.750
7.08.01.04	Outros	15.146	20.373
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.914.449	1.517.206
7.08.02.01	Federais	4.735.948	198.515
7.08.02.02	Estaduais	1.074.846	1.191.533
7.08.02.03	Municipais	103.655	127.158
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.951.924	3.128.673
7.08.03.01	Juros	3.173.622	2.371.556
7.08.03.02	Aluguéis	778.302	757.117
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.463.288	-1.993.365
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.461.147	-1.989.607
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	2.141	-3.758

2T22

divulgação de

resultados



Comentário do Desempenho

01 2122 DESTAQUES



Divulgação de Resultados

11 de agosto de 2022

Videoconferência em Inglês

12 de agosto de 2022
 11:00h [Brasília]
 10:00h [NY] / 15:00h [UK]
 ZOOM: [clique aqui](#)

Videoconferência em Português

TRADUÇÃO
 SIMULTÂNEA

12 de agosto de 2022
 11:00h [Brasília]
 10:00h [NY] / 15:00h [UK]
 TEAMS: [clique aqui](#)

Informações e Resultados Consolidados (Não Auditados)

Este relatório contempla o desempenho operacional e financeiro da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi S.A.” ou “Oi” ou “Companhia”) – e de suas subsidiárias no segundo trimestre de 2022.



Comentário do Desempenho

01 2122 DESTAQUES



Destques das operações brasileiras

APÓS CONCLUSÃO DOS M&As, ESTAMOS FOCADOS NA EXECUÇÃO DO CORE. APESAR DOS KPIs FINANCEIROS REFLETIREM UMA TRANSIÇÃO DE MODELO, TEMOS TENDÊNCIAS POSITIVAS NO 2T

Destques



Acelerando o crescimento nas RECEITAS CORE	+26% MÉDIA MENSAL DO NET ADDS MAI/JUN VS ABR	ACELERAÇÃO NO NET ADDS DE FTTH EM MAIO/JUNHO, APESAR DAS POLÍTICAS DE CRÉDITO MAIS RESTRITIVAS
	+32% A/A	SUSTENTANDO POR FORTE CRESCIMENTO DE TIC NA OI SOLUÇÕES
	+33% A/A	CRESCIMENTO ACELERADO DA RECEITA CORE (FIBRA E OI SOLUÇÕES CORE), QUE JÁ REPRESENTA 67% DA NOVA OI
Simplificando MODELO OPERACIONAL	-23% A/A	REDUÇÃO DO OPEX DE ROTINA DEVIDO À SAÍDA GRADUAL DA MÓVEL/V.TAL E EFICIÊNCIAS, COM POTENCIAL PARA MAIS ECONOMIAS À FRENTE
	386 RS MI	NOVO PERFIL DE CAPEX COM MAIS DE 80% DO TOTAL ORIENTADO PARA SUPORTAR O CRESCIMENTO E COM OPORTUNIDADES DE EFICIÊNCIA
Gerenciando nossa ESTRUTURA de CAPITAL	1,0 RS BI	FUTURA ENTRADA DE CAIXA AO FINAL DE 2022 DEVIDO À VENDA DOS SITES DE INFRAESTRUTURA DA FIXA
	RS 16 BI DÍVIDA LÍQUIDA	REDUÇÃO DE -60% NA DÍVIDA FINANCEIRA BRUTA DESDE O INÍCIO DA RJ
Forte ênfase na ARBITRAGEM e MIGRAÇÃO da concessão		AVANÇOS POSITIVOS NOS PROCESSOS DE ARBITRAGEM E MIGRAÇÃO PREVISTOS PARA OS PRÓXIMOS 18 A 24 MESES, DEVEM AJUDAR NA SUSTENTABILIDADE DOS NEGÓCIOS LEGADOS

Comentário do Desempenho



Sumário

Tabela 1 – Destaques

em R\$ milhões ou indicado de outra forma	2T22	2T21	1T22	Δ Ano	Δ Tri.	2022	2021	Δ Ano
Oi S.A. Consolidado								
Receita Líquida Total	2.770	4.389	4.415	-36,9%	-37,3%	7.185	8.842	-18,7%
EBITDA de Rotina	388	1.284	1.252	-69,8%	-69,0%	1.641	2.423	-32,3%
Margem EBITDA de Rotina [%]	14,0%	29,3%	28,4%	-15,2 p.p.	-14,3 p.p.	22,8%	27,4%	-4,6 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido atribuído aos acionistas controladores	-321	1.139	1.782	-128,2%	-118,0%	1.461	-1.899	-177,0%
Dívida Líquida	16.123	25.695	31.420	-37,3%	-48,7%	16.123	25.695	-37,3%
Caixa Disponível	5.031	3.421	1.983	47,1%	153,7%	5.031	3.421	47,1%
CAPEX	388	1.896	363	-79,5%	7,0%	751	3.759	-80,0%
BRASIL								
Receita Líquida Total	2.740	4.333	4.383	-36,8%	-37,5%	7.124	8.728	-18,4%
EBITDA de Rotina	384	1.271	1.220	-69,8%	-68,5%	1.604	2.399	-33,1%
Margem EBITDA de Rotina [%]	14,0%	29,3%	27,8%	-15,3 p.p.	-13,8 p.p.	22,5%	27,5%	-5,0 p.p.
CAPEX	386	1.883	345	-79,5%	12,1%	731	3.742	-80,5%
EBITDA de Rotina - CAPEX	-2	-613	875	-99,7%	-100,2%	873	-1.343	-165,0%

Comentário do Desempenho

OI 2T22 RELATÓRIO TRIMESTRAL



Receita Líquida

Tabela 2 – Composição da Receita Líquida

R\$ Milhões	Trimestre					6 meses			Composição %	
	2T22	2T21	1T22	Δ Ano	Δ Tri.	2022	2021	Δ Ano	2T22	2T21
Receita Líquida Total Consolidada	2.770	4.389	4.415	-36,9%	-37,3%	7.185	8.842	-18,7%	100%	100%
Brasil	2.740	4.333	4.383	-36,8%	-37,5%	7.124	8.728	-18,4%	98,9%	98,7%
Operações Continuadas	2.237	2.215	2.124	1,0%	5,3%	4.362	4.429	-1,5%	80,8%	50,5%
Fibra	958	691	913	38,7%	4,9%	1.871	1.282	45,9%	34,6%	15,7%
Oi Soluções	686	671	620	2,1%	10,5%	1.306	1.347	-3,0%	24,7%	15,3%
Legado	502	845	590	-40,5%	-14,8%	1.092	1.787	-38,9%	18,1%	19,2%
Subsidiárias e Outras	92	9	1	950,2%	8957,2%	93	13	594,8%	3,3%	0,2%
Operações Descontinuadas e Oper. Mantidas para Venda	503	2.118	2.259	-76,3%	-77,7%	2.762	4.299	-35,8%	18,2%	48,3%
Operações Internacionais	30	55	32	-46,0%	-6,6%	62	114	-45,8%	1,1%	1,3%
Unidades Geradoras de Receitas (UGRs) - Mil	13.681	55.319	56.063	-75,3%	-75,6%	13.681	55.319	-75,3%	100%	100%
Operações Continuadas	12.830	13.891	13.085	-7,6%	-1,9%	12.830	13.891	-7,6%	93,8%	25,1%
Fibra	7.265	5.628	7.004	29,1%	3,7%	7.265	5.628	29,1%	53,1%	10,2%
Oi Soluções	2.286	2.347	2.302	-2,6%	-0,7%	2.286	2.347	-2,6%	16,7%	4,2%
Legado	3.156	5.781	3.654	-45,4%	-13,6%	3.156	5.781	-45,4%	23,1%	10,4%
Telefones Públicos	122	136	124	-10,3%	-1,6%	122	136	-10,3%	0,9%	0,2%
Operações Descontinuadas e Oper. Mantidas para Venda	851	41.427	42.978	-97,9%	-98,0%	851	41.427	-97,9%	6,2%	74,9%

Neste 2T22, a receita líquida consolidada totalizou R\$ 2.770 milhões, apresentando uma redução de 37,3% em relação ao 1T22 e 36,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A receita líquida das operações brasileiras ("Brasil") totalizou R\$ 2.740 milhões, apresentando uma redução de 37,5% em relação ao 1T22 e 36,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa redução ocorreu em função da conclusão das alienações da UPI Ativos Móveis e da V.tal.

A receita líquida das operações continuadas no Brasil totalizou R\$ 2.237 milhões, crescimento de 5,3% na comparação com o 1T22 e de 1,0% em relação ao 2T21.

A receita líquida das Subsidiárias e outras totalizou R\$ 92 milhões no 2T22, principalmente em função dos serviços prestados a partir de junho à V.tal. Após o *closing* da venda da V.tal, os serviços da SEREDE, de construção e manutenção, prestados para a V.tal, passaram ser reconhecidos como receita da Companhia.

A receita líquida das operações internacionais totalizou R\$ 30 milhões, queda de 6,6% quando comparada ao 1T22 e de 46,0% em relação ao 2T21.

Fibra

Tabela 3 – Receita Líquida e UGRs da Fibra

	2T22	2T21	1T22	Δ Ano	Δ Tri.	2022	2021	Δ Ano
Fibra								
Receita Líquida [R\$ Milhões]	958	691	913	38,7%	4,9%	1.871	1.282	45,9%
Casas Conectadas - FTTH (Mil)	3.678	2.839	3.534	29,5%	4,1%	3.678	2.839	29,5%
Take up	21,8%	23,6%	22,6%	-1,8 p.p.	-0,8 p.p.	21,8%	23,6%	-1,8 p.p.
Unidades Geradoras de Receitas (UGRs) - Mil	7.265	5.628	7.004	29,1%	3,7%	7.265	5.628	29,1%
Banda Larga	3.632	2.792	3.488	30,1%	4,1%	3.632	2.792	30,1%
Voz Fixa	3.560	2.739	3.436	30,0%	3,6%	3.560	2.739	30,0%
IPTV	74	98	81	-24,4%	-8,4%	74	98	-24,4%

Comentário do Desempenho

OI 2T22 RELATÓRIO TRIMESTRAL

Em termos operacionais, a Companhia finalizou o 2T22 com 3.678 mil casas conectadas com Fibra (*Homes Connected – HCs*). As adições líquidas de HCs totalizaram 144 mil acessos no 2T22 (86% das adições foram de clientes residenciais). Nos últimos 12 meses foram adicionadas 839 mil HCs. As receitas ligadas aos serviços de Fibra encerraram o 2T22 em R\$ 958 milhões (+4,9% no comparativo trimestral e +38,7% no comparativo anual).

Neste trimestre, embora ainda haja desaceleração das adições líquidas observada desde os últimos meses de 2021, decorrentes principalmente de ajustes na gestão do crescimento da base, derivados das condições macroeconômicas e seus impactos no *churn* involuntário e inadimplência, já vemos uma melhora nas adições líquidas nos meses de maio e junho. A Companhia continuou direcionando esforços para reforçar seus modelos de política de crédito, que começaram a ter resultados no 2T22, com uma redução do nível de *churn*, com maior impacto na linha de *churn* involuntário (-0,4 p.p. em relação ao trimestre anterior). Esse incremento de base vem associado com aumento de ARPU, já que a Companhia vem traçando estratégias como o modelo de precificação por cidades, incremento de velocidades e diferenciação de oferta, com a venda de novos serviços de valor agregado.

A Companhia segue priorizando a qualidade da base entrante (ex: venda de planos \geq 400 mbps), cujo maior foco vem sendo em regiões menos afetadas pela atual situação macroeconômica, com maior poder aquisitivo. No 2T22, 33,0% dos clientes de Fibra (+9,7 p.p. tri contra tri) já possuíam planos de 400 mbps ou superior. Neste trimestre, o incremento de clientes nesta faixa foi de 395 mil novos clientes. Esse *upselling* permite, principalmente, a blindagem e defesa da base, e é associado com vendas dos novos serviços.

A diferenciação de oferta da Companhia continua sendo estratégia, de modo que nesse primeiro semestre, novos serviços foram lançados, como o Oi Fibra X (FTTR – Fiber to the Room). Um cliente que adquire o Oi Fibra X tem, em média, um ARPU aproximadamente 50% superior quando comparado ao cliente da fibra *standalone*. A estratégia de casas conectadas permite que, a partir da base já existente, sejam ofertados diversos serviços agregados à fibra, como o Técnico Virtual, o Oi Place, o Oi Play TV e o Oi expert, que incrementam a receita por parte dos clientes.

Além disso, por ser uma mão de obra própria e especializada, a Oi, através de sua subsidiária integral SEREDE, pode oferecer serviços técnicos diferenciados para o cliente, aumentando a satisfação com a instalação e uso dos serviços de fibra.

Oi Soluções

Tabela 4 – Receita Líquida do segmento Oi Soluções

	2T22	2T21	1T22	Δ Ano	Δ Tri.	2022	2021	Δ Ano
Oi Soluções								
Receita Líquida [R\$ Milhões]	686	671	620	2,1%	10,5%	1.306	1.347	-3,0%
TIC	124	94	106	31,8%	17,1%	230	179	27,9%
Telecom	331	342	338	-3,0%	-1,9%	669	686	-2,5%
Não-Core	230	236	177	-2,2%	30,1%	407	481	-15,3%

No 2T22, a receita líquida do segmento Oi Soluções totalizou R\$ 686 milhões, um aumento de 10,5% em relação ao 1T22 e de 2,1% na comparação anual.

As receitas de TI, que são o foco da Companhia para o *turnaround* do segmento, totalizaram R\$ 124 milhões no trimestre, apresentando crescimento de 17,1% comparado ao 1T22 e 31,8% em relação ao 2T21. As receitas

Comentário do Desempenho

OI 2T22 RELATÓRIO TRIMESTRAL



de Telecom totalizaram R\$ 331 milhões, apresentando queda sequencial de 1,9% e de 3,0% na comparação anual.

A tendência de recuperação da receita no segmento, que resultou em crescimento anual no 2T22, ainda vem ocorrendo de forma gradual e é esperado que seja mais lenta e sujeita a mais volatilidade. No curto prazo, esta dinâmica é fortemente impactada pelo cenário macroeconômico desafiador do país, refletido nas reduções de preços de renegociações de contratos de produtos legados com empresas e governos, que impactam principalmente as receitas de Telecom e Não-Core.

O crescimento das receitas de TIC é suportado por ações de médio prazo, como a evolução do portfólio para comercialização de serviços de valor adicionado e o incremento na exposição da base às novas soluções digitais. Neste sentido, a plataforma Oi Soluções tem demonstrando importantes reconhecimentos no mercado e ampliado a gama de produtos e serviços. Os produtos e serviços com maiores contribuições para o crescimento da receita foram: os serviços para Gerenciamento dos Negócios de Clientes, os serviços de Gestão de Infraestrutura de Rede, os serviços profissionais de Suporte Técnico de TI e as soluções para Comunicação Unificada.

Além disso, as receitas de Não-Core totalizaram R\$ 230 milhões no 2T22, crescimento de 30,1% em relação ao 1T22 e queda de 2,2% comparado ao 2T21. O crescimento sequencial está relacionado com os serviços do Atacado. A melhora ocorreu por conta de Swaps de capacidade que passam a ser uma receita do perímetro da operação continuada.

Legado - Cobre (Telefonia Fixa, Banda Larga e Outros)

Tabela 5 – Receita Líquida e UGRs do Legado

	2T22	2T21	1T22	Δ Ano	Δ Tri.	2022	2021	Δ Ano
Legado								
Receita Líquida [R\$ Milhões]	502	845	590	-40,5%	-14,8%	1.092	1.787	-38,9%
Fixa Cobre	368	603	432	-39,0%	-14,8%	799	1.264	-36,8%
Banda Larga Cobre	135	242	158	-44,3%	-14,8%	293	523	-43,9%
Unidades Geradoras de Receitas [UGRs] - Mil	3.156	5.781	3.654	-45,4%	-13,6%	3.156	5.781	-45,4%
Fixo Cobre	2.276	3.976	2.595	-42,8%	-12,3%	2.276	3.976	-42,8%
Banda Larga Cobre	880	1.805	1.059	-51,2%	-16,8%	880	1.805	-51,2%

No 2T22, a receita líquida dos serviços legados totalizou R\$ 502 milhões, queda de 14,8% na comparação com o 1T22 e de 40,5% em relação ao 2T21. A Companhia encerrou o 2T22 com 2.276 mil clientes de voz fixa por tecnologia de cobre no segmento, redução 12,3% em relação ao 1T22 e de 42,8% em comparação ao 2T21. Na banda larga de cobre, a Companhia registrou 880 mil UGRs, uma queda de 16,8% no trimestre e de 51,2% na comparação anual.

O serviço de cobre segue a tendência de retração, alinhada à: (i) mudança estrutural do setor, com redução da demanda decorrente do processo de substituição fixo-móvel, priorização do *on demand* na distribuição do conteúdo e de tecnologias mais avançadas, com menor latência e maior velocidade, como o caso da Fibra na banda larga; e (ii) redução do foco comercial da Companhia nesses serviços, com as vendas no cobre sendo realizadas pontualmente sob demanda e aceleração da migração para tecnologias alternativas com menor custo de serviço. Neste sentido, a Oi vem trabalhando de maneira contínua para maximizar a margem dos negócios legados e balancear a tendência de queda da receita, criando estratégias para a manutenção do ARPU através de uma abordagem *smart pricing*; o descomissionamento da infraestrutura não utilizada e

Comentário do Desempenho

OI 2T22 RELATÓRIO TRIMESTRAL

implementação de medidas de eficiência operacional dentro da regulação vigente, como a migração dos clientes do cobre para tecnologias alternativas, como o WLL e VoIP; e a digitalização dos processos de atendimento ao cliente.

Informações Adicionais (Operações Descontinuadas e Operações Mantidas para Venda)

A fim de facilitar a análise do mercado, nesta seção fornecemos uma informação complementar sobre as operações descontinuadas de Mobilidade Pessoal e de V.tal, que passaram a integrar o total dessas receitas.

Neste trimestre, com o *closing* das operações e consequente alienação da UPI Ativos Móveis e da UPI InfraCo, as receitas dessas operações foram migradas para os compradores e deixaram de consolidar as demonstrações financeiras da Oi, a partir de abril e junho, respectivamente.

Além das operações mencionadas acima, alocamos neste grupo, as receitas da operação de TV DTH, visto que a Companhia está trabalhando em negociações para concluir também a venda deste ativo.

A receita líquida da operação continuada da TV DTH, foi de R\$ 312 milhões no 2T22, redução de 5,6% na comparação com o 1T22 e de 12,4% em relação ao 2T21. Esta queda está relacionada à queda da base, que foi de 5,4% na comparação sequencial e de 22,2% no comparativo anual. Espera-se que até 2023, a venda da operação de TV DTH, que já tem o *term sheet* com a Sky assinado, seja concluída. Quando concluída, a receita e os custos de conteúdo associados não serão mais de responsabilidade da Companhia, a partir do *closing*. Com os recursos da operação, a Companhia espera financiar o contrato oneroso de capacidade satelital.

Custos e Despesas Operacionais

Tabela 6 – Composição dos Custos e Despesas Operacionais de Rotina

R\$ Milhões	2T22	2T21	1T22	Δ Ano	Δ Tri.	2022	2021	Δ Ano
Custos e Despesas Operacionais de Rotina								
Brasil	2.356	3.063	3.163	-23.1%	-25.5%	5.519	6.329	-12.8%
Pessoal	507	530	517	-4,4%	-1,9%	1.023	1.110	-7,8%
Interconexão	53	97	85	-45,8%	-38,3%	138	193	-28,6%
Serviços de terceiros	1.001	1.299	1.295	-22,9%	-22,7%	2.296	2.625	-12,5%
Serviço de manutenção da rede	139	200	199	-30,8%	-30,5%	338	406	-16,8%
Custos de aparelhos e outros	10	16	9	-35,8%	19,3%	19	32	-42,2%
Publicidade e Propaganda	93	137	70	-32,2%	32,7%	163	239	-31,6%
Aluguéis e seguros	643	662	658	-2,9%	-2,2%	1.301	1.310	-0,7%
Provisão para devedores duvidosos	54	58	83	-6,3%	-34,7%	138	128	7,3%
Contingências, Tributos e outros	-144	63	247	-328,5%	-158,2%	103	285	-63,9%
Operações Internacionais	26	42	0	-38.6%	-31178.5%	26	90	-71.4%
OPEX de rotina	2.382	3.104	3.163	-23.3%	-24.7%	5.545	6.419	-13.6%

Os custos e despesas operacionais (Opex) consolidados de rotina, incluindo as operações internacionais, totalizaram R\$ 2.382 milhões no 2T22, queda de 24,7% na comparação sequencial e de 23,3% na comparação anual. O Opex de rotina das operações brasileiras totalizou R\$ 2.356 milhões, redução de 25,5% em relação ao 1T22 e de 23,1% na comparação anual. O resultado desse trimestre foi impactado positivamente pelo projeto de eficiência e redução de custos da Companhia e, principalmente, pelo *closing* da alienação da UPI Ativos Móveis em abril, e do controle da V.tal no início de junho.

Comentário do Desempenho

OI 2T22 RELATÓRIO TRIMESTRAL



Como parte do plano estratégico, a Oi continua atuando fortemente nas frentes de redução de custos, simplificação de processos, eficiência e transformação digital, garantindo a implementação de uma das mais importantes etapas operacionais do plano de transformação e a transição para um modelo que resultará em uma Companhia mais leve, ágil e centrada na experiência do cliente.

Pessoal

As despesas com pessoal totalizaram R\$ 507 milhões no 2T22, redução de 1,9% na comparação trimestral e de 4,4% contra o 2T21. Essa redução, tanto na visão trimestral quanto no comparativo anual, segue ocorrendo em função dos movimentos de readequação de seu quadro de funcionários, em linha com os objetivos de transformação e reestruturação da Companhia. Neste trimestre, a redução de colaboradores se deu majoritariamente pela transferência de colaboradores para a V.tal. Como consequência deste processo, a Companhia incorreu em menores despesas com salários e encargos, queda de 10,2% no ano e 2,5% no trimestre, além da linha de benefícios que apresentou redução de 11,8% no ano e 14,5% no trimestre, mesmo com a aplicação do reajuste anual por inflação de 8,0%, relativo ao exercício de 2021, a partir de maio.

Interconexão

No 2T22, os custos de interconexão das operações brasileiras totalizaram R\$ 53 milhões, uma redução de 38,3% na comparação com o 1T22 e de 45,8% em relação ao 2T21, impactado, principalmente, pelo *closing* da alienação da UPI Ativos Móveis em abril.

Serviços de Terceiros

Os custos e despesas com serviços de terceiros no Brasil totalizaram R\$ 1.001 milhões, apresentando uma redução de 22,7% em relação ao 1T22 e de 22,9% comparado ao ano anterior. A redução ano contra ano ocorreu principalmente em função de (i) queda de 46% nos gastos relacionados com vendas já que, com a saída da móvel (SVAs), houve redução nas despesas com comissões, redução de frete de aparelhos e nos custos envolvidos com a venda de pré-pago; (ii) queda de 21% na aquisição de conteúdo relacionada também à saída da móvel e à queda da base e renegociação com fornecedores de conteúdo de TV; (iii) queda de 27% com consumo de energia elétrica, principalmente em função do *closing* das operações de venda da Móvel e V.tal; além de (iv) queda de 28% com despesas gerais devido às iniciativas de eficiência implementadas no período.

Serviços de Manutenção de Rede

Os custos e despesas com serviços de manutenção de rede acumularam R\$ 139 milhões no trimestre, queda de 30,5% na comparação sequencial e de 30,8% na comparação anual. Essa redução ocorreu em função, principalmente, de menores custos com gerenciamento de rede decorrentes da saída da UPI Móvel.

A venda das torres fixas, futuramente impactarão positivamente para a redução dos custos associados à essa linha, e a expectativa é de que o *closing* ocorra até o final do ano.

A Companhia segue com iniciativas de redução de custos, ampliando ações como: (i) o contínuo esforço para aumento da eficiência das operações de campo e da digitalização de processos e atendimento [o crescente uso do aplicativo técnico virtual, para solução de problemas, é um grande exemplo de redução de custos nessa linha, já que atualmente os pedidos de assistência técnica na Fibra podem ser realizados através da ferramenta]; e (ii) o crescimento e expansão da Fibra, substituindo as redes legadas, mais antigas e deterioradas e que demandam mais reparo.

Comentário do Desempenho

OI 2T22 RELATÓRIO TRIMESTRAL



Custos de Aparelhos e Outros

No 2T22, os custos de aparelhos das operações brasileiras totalizaram R\$ 10 milhões, um crescimento de 19,3% na comparação com o trimestre anterior e queda de 35,8% na comparação anual. Nesta linha são alocados os custos com dispositivos wireless [WLL] e equipamentos de TI para atendimento de clientes da Nova Oi.

Publicidade e Propaganda

As despesas com publicidade e propaganda totalizaram R\$ 93 milhões no trimestre, apresentando um crescimento de 32,7% em relação ao 1T22, e uma redução de 32,2% na comparação com o 2T21. A redução anual está explicada pela disciplina em custos nesta linha através de renegociações e redução de fornecedores e realização das campanhas de Fibra de forma mais eficiente e diretas, priorizando mídias alternativas à veiculação na TV aberta. O crescimento trimestral se deve às campanhas de lançamento da Nova Oi, focando no reposicionamento da marca.

Aluguéis e Seguros

No 2T22, as despesas com aluguéis e seguros das operações brasileiras totalizaram R\$ 643 milhões, redução de 2,2% na comparação com o 1T22 e de 2,9% em relação ao 2T21. Após a saída da UPI Ativos Móveis houve uma redução relevante dos custos relacionados aos aluguéis de torres que foram parcialmente compensado por um crescimento dos custos de aluguel de infraestrutura, fruto do contrato com a V.tal, a partir de junho.

Provisões para Devedores Duvidosos (PDD)

As provisões para devedores duvidosos totalizaram R\$ 54 milhões no 2T22, uma redução de 34,7% em relação ao 1T22 e de 6,3% em relação ao 2T21. A redução da PDD nesse trimestre é decorrente das novas estratégias de políticas de créditos que a Companhia vem executando desde o final do ano passado, melhorando o perfil da base entrante, além de uma melhoria na performance de cobrança, atenuando o impacto de inadimplência.

Contingências, Tributos e Outros

As contingências, tributos e outros, totalizaram um crédito de R\$ 144 milhões no trimestre, uma queda de 158,2% na comparação com o 1T22 e de 328,5% na comparação com o mesmo período do ano anterior. A queda ocorreu principalmente em função da redução nas provisões para o pagamento do Fistel, taxa regulatória da Anatel, decorrente do negócio móvel, que deixou de existir após o Closing da venda do ativo.

Comentário do Desempenho

OI 2T22 RELATÓRIO TRIMESTRAL



EBITDA

Tabela 7 – EBITDA e Margem EBITDA

	2T22	2T21	1T22	Δ Ano	Δ Tri.	2022	2021	Δ Ano
Oi S.A.								
EBITDA de Rotina (R\$ milhões)	388	1.284	1.252	-69,8%	-69,0%	1.641	2.423	-32,3%
Brasil	384	1.271	1.220	-69,8%	-68,5%	1.604	2.399	-33,1%
Operações Internacionais	4	13	32	69,4%	87,2%	36	24	-48,6%
Margem EBITDA de Rotina (%)	14,0%	29,3%	28,4%	-15,2 p.p.	-14,3 p.p.	22,8%	27,4%	-4,6 p.p.
Brasil	14,0%	29,3%	27,8%	-15,3 p.p.	-13,8 p.p.	22,5%	27,5%	-5,0 p.p.
Operações Internacionais	13,7%	24,2%	100,3%	-10,5 p.p.	-86,6 p.p.	58,5%	21,3%	37,1 p.p.
Itens Não Rotina (R\$ milhões)	8.188	-13	4	n.m.	n.m.	8.192	1.216	n.m.
EBITDA (R\$ milhões)	8.577	1.271	1.256	574,9%	582,8%	9.833	3.639	170,2%
Brasil	8.573	1.258	1.224	581,7%	600,4%	9.797	3.615	171,0%
Operações Internacionais	4	13	32	-69,4%	-87,2%	36	24	48,6%
Margem EBITDA (%)	309,6%	29,0%	28,4%	280,7 p.p.	281,2 p.p.	138,8%	41,2%	95,7 p.p.

O EBITDA de rotina das operações brasileiras totalizou R\$ 384 milhões no trimestre, apresentando redução de 68,5% em relação ao 1T22 e de 69,8% na comparação com o 2T21. A margem EBITDA de rotina das operações brasileiras foi de 14,0% uma redução trimestral de 13,8 p.p. e anual de 15,3 p.p.

Os efeitos de redução no EBITDA neste trimestre ocorreram, principalmente, em função do impacto de venda da operação móvel, que apresentava um resultado positivo para a Companhia. Este movimento está em linha com o modelo de negócios da Nova Oi e o reposicionamento da marca. Adicionalmente, em função da venda da V.tal, e novo modelo de expansão de FTTH existem impactos positivos na troca de Capex por Opex. Esta nova dinâmica vem compensando a redução de receita e EBITDA dando margem para a Companhia ser mais eficiente em termos de geração de caixa operacional.

Em relação às operações internacionais, o EBITDA de rotina totalizou R\$ 4 milhões no 2T22, comparado aos R\$ 32 milhões no 1T22 e aos R\$ 13 milhões no 2T21.

Os itens não rotina totalizaram de R\$ 8.188 milhões no 2T22, e se referem principalmente ao ganho com a conclusão das alienações da UPI Ativos Móveis e UPI InfraCo.

Investimentos

Tabela 8 – Investimentos

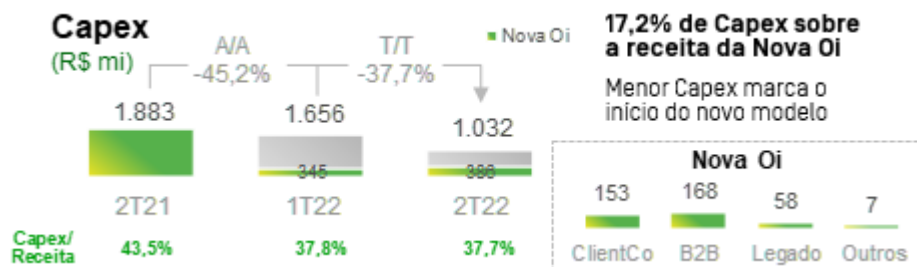
R\$ Milhões	2T22	2T21	1T22	Δ Ano	Δ Tri.	2022	2021	Δ Ano
Investimentos								
Brasil	386	545	345	-29,0%	12,1%	731	1.096	-33,3%
Operações Internacionais	2	13	18	-85,8%	-90,0%	20	17	17,9%
Total	388	557	363	-30,3%	7,0%	751	1.113	-32,5%

Comentário do Desempenho

OI 2T22 RELATÓRIO TRIMESTRAL



Gráfico 1 – Investimentos Proforma Brasil



No 2T22, a Companhia registrou um aumento na linha de investimentos na comparação com o trimestre anterior. Essas variações foram impulsionadas, principalmente, pelos investimentos na plataforma de Oi Soluções, que tem ampliado o desenvolvimento de produtos e soluções para os clientes. A Companhia seguiu realizando os investimentos em infraestrutura de fibra na modalidade do acordo de locked-box desde o início do ano, investimento esse que foi parcialmente compensado pela AFAC (Antecipação para Futuro Aumento de Capital), e que passam a não mais ser realizados diretamente pela Companhia a partir do *closing da Operação com V.Tal*. A linha de investimentos ainda foi impactada pela venda da operação móvel.

O Capex consolidado da Companhia, excluindo o Capex realizado pela V.tal, totalizou R\$ 388 milhões, sendo as operações brasileiras responsáveis por um investimento de R\$ 386 milhões, enquanto as operações internacionais responderam por um investimento da ordem de R\$ 2 milhões.

Os investimentos nas operações da ClientCo totalizaram R\$ 153 milhões no 2T22. O foco desses investimentos foi atrelado à qualidade do serviço para aprimoramento da experiência do cliente, que passou a se tornar um diferencial competitivo dada a mudança no modelo operacional.

Os investimentos nas operações de Oi Soluções somaram R\$ 168 milhões no trimestre. O foco desses investimentos foi relacionado à evolução do portfólio (i) para comercialização de serviços de valor adicionado, aumentando a exposição da nossa base às soluções digitais como *Cloud*, segurança digital, *IOT*, *Big Data*, etc.; e (ii) para implementação de projetos customizados para clientes corporativos.

Os investimentos na rede legada foram de R\$ 58 milhões no trimestre. Os investimentos neste segmento foram destinados à otimização da rede existente, em conformidade com as atuais regras regulatórias, e ao adensamento das redes já instaladas, por meio da oferta de produtos e serviços para os nossos clientes, permitindo ganhos de escala e de eficiência. Além disso, a dinâmica desta linha é impactada pelo investimento em reposição de infraestrutura decorrente de ações de vandalismo e furto.

Comentário do Desempenho

Oi 2T22 RELATÓRIO TRIMESTRAL



Fluxo de Caixa Operacional (EBITDA de rotina – Capex)

Tabela 9 - Fluxo de Caixa Operacional

R\$ Milhões	2T22	2T21	1T22	Δ Ano	Δ Tri.	2022	2021	Δ Ano
Oi S.A.								
EBITDA de Rotina	388	1.284	1.252	-69,8%	-69,0%	1.641	2.423	-32,3%
Capex	388	1.896	363	-79,5%	7,0%	751	3.759	-80,0%
Fluxo de Caixa Operacional de Rotina (EBITDA - Capex)	0	-612	889	100,0%	100,0%	890	-2.030	-143,8%

Tabela 10 - Fluxo de Caixa Operacional das Operações Brasileiras

R\$ Milhões	2T22	2T21	1T22	Δ Ano	Δ Tri.	2022	2021	Δ Ano
Oi S.A.								
EBITDA de Rotina	384	1.271	1.220	-69,8%	-68,5%	1.604	2.399	-33,1%
Capex	386	1.883	345	-79,5%	12,1%	731	3.742	-80,5%
Fluxo de Caixa Operacional de Rotina (EBITDA - Capex)	-2	-613	875	99,7%	100,2%	873	-2.172	-140,2%

No 2T22, o fluxo de caixa operacional consolidado de rotina foi negativo em R\$ 2 milhões nas operações brasileiras. Esses valores refletem o novo momento de Companhia, com a mudança no modelo de negócios. Esses números já apresentam redução nos investimentos da rede de fibra. Com isso a Companhia muda seu perfil de investimento em Capex, tendo um maior foco no uso de infraestrutura compartilhada, podendo gerar ainda mais valor através de ganhos em eficiência, com grande margem para melhorias.

Depreciação / Amortização

Tabela 11 - Depreciação e Amortização

R\$ Milhões	2T22	2T21	1T22	Δ Ano	Δ Tri.	2022	2021	Δ Ano
Depreciação e Amortização								
Total	1.036	1.015	983	2,1%	5,4%	2.019	2.187	-7,7%

As despesas com depreciação e amortização da Companhia totalizaram R\$ 1.036 milhões no 2T22, um aumento de 5,4% em relação ao 1T22 e de 2,1% na comparação com o 2T21.

Comentário do Desempenho

Oi 2T22 RELATÓRIO TRIMESTRAL



Resultados Financeiros

Tabela 12 – Resultado Financeiro

R\$ Milhões	2T22	2T21	1T22	2022	2021
Oi S.A. Consolidado					
Juros Líquidos [s/ Aplicações Fin. e Emprést. e Financ.]	-703	-545	-899	-1.602	-1.110
Amortização do ajuste a valor justo	-531	58	242	-290	-418
Resultado Cambial Líquido [s/ Aplicações Fin. e Emprést. e Financiamentos]	-1.003	1.924	2.358	1.356	549
Outras Receitas / Despesas Financeiras	-902	-237	172	-729	-1.767
Resultado Financeiro Líquido Consolidado	-3.139	1.199	1.874	-1.266	-2.746

O resultado financeiro líquido consolidado totalizou uma despesa de R\$ 3.139 milhões no trimestre, em comparação a uma receita de R\$ 1.874 milhões no 1T22 e de R\$ 1.199 milhões no mesmo período do ano anterior.

Tanto no trimestre quanto ano contra ano, o aumento das despesas financeiras é explicado, principalmente pelo impacto negativo da depreciação cambial do 2T22, comparativamente a uma valorização do Real no 1T22 e no mesmo trimestre do ano anterior.

No trimestre, o item “Resultado Cambial Líquido” registrou despesas financeiras devido à desvalorização do Real vs Dólar de 10,56% em comparação a valorizações de 15,10% no 1T22 e de 12,20% no 2T21.

O item “Amortização do ajuste a valor justo” também foi impactado pela manutenção do Dólar em patamares depreciados no trimestre e no ano.

Já no item “Outras Receitas/Despesas Financeiras”, as despesas apresentadas são reflexo de maiores atualizações monetárias sobre contingências, somado ao impacto negativo da variação cambial sobre os passivos onerosos, compensado parcialmente pelas receitas do ajuste a valor presente do novo acordo de dívida tributária com a Anatel.

No item “Juros Líquidos”, por sua vez, a despeito do Real mais depreciado e do maior nível dos principais indexadores de dívida da Companhia (CDI e IPCA, principalmente), o trimestre apresentou menores juros em razão dos pré-pagamentos ocorridos no período. No comparativo anual, os juros superiores guardam relação com as captações realizadas no início do terceiro trimestre de 2021, além do impacto negativo do CDI e do IPCA no 2T22.

Comentário do Desempenho

OI 2T22 RELATÓRIO TRIMESTRAL



Lucro (Prejuízo) Líquido

Tabela 13 – Lucro (Prejuízo) Líquido (Oi S.A. Consolidado)

R\$ Milhões	2T22	2T21	1T22	Δ Ano	Δ Tri.	2022	2021	Δ Ano
Lucro (Prejuízo) Líquido								
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos (EBIT)	7.540	256	273	2848,8%	-2660,9%	7.814	1.452	438,1%
Resultado Financeiro	-3.139	1.199	1.874	361,9%	267,6%	-1.266	-2.746	-53,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-4.722	-315	-363	1398,2%	1201,9%	-5.085	-608	735,7%
Lucro (Prejuízo) Líquido Consolidado	-321	1.139	1.784	128,1%	118,0%	1.463	-1.902	-176,9%
-atribuído aos acionistas controladores	-321	1.139	1.782	128,2%	118,0%	1.461	-1.899	-177,0%
-atribuído aos acionistas não controladores	0	0	2	37,8%	-92,1%	2	-4	-157,0%

No 2T22, o resultado operacional da Companhia antes do resultado financeiro e dos tributos (EBIT) foi de R\$ 7.540 milhões, comparado ao resultado de R\$ 273 milhões no 1T22 e ao resultado de R\$ 256 milhões do 2T21. Esse resultado positivo, ocorreu principalmente em função dos ganhos com as vendas do negócio de mobilidade e também da V.tal. No trimestre, a Companhia registrou resultado financeiro líquido negativo de R\$ 3.139 milhões e uma despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social no valor de R\$ 4.722 milhões. Como resultado, a Companhia registrou um prejuízo líquido consolidado de R\$ 321 milhões no período.

Liquidez & Endividamento

Tabela 14 – Posição de Caixa (Operações Brasileiras)

R\$ Milhões

Posição Inicial de Caixa	1.983
Ebitda de rotina	384
IFRS16	-191
Capex	-386
Capex V.tal	-645
AFAC	320
Capital de giro	-746
Passivo oneroso	-649
Esfera legal	-23
Closing UPI Ativos Móveis	3.029
Closing UPI InfraCo	2.112
Operações financeiras	-166
Efeito caixa <i>non core</i>	9
Posição Final de Caixa	5.031

A Companhia encerrou o trimestre com caixa consolidado de R\$ 5.031 milhões, um crescimento de 153,7% em relação ao 1T22 e de 47,1% comparado ao mesmo período do ano anterior.

Comentário do Desempenho

01 2T22 RELATÓRIO TRIMESTRAL

Neste trimestre, a Companhia concluiu as principais operações de M&A previstas em seu plano (UPI Ativos Móveis e UPI InfraCo), que estavam em negociação. Os recursos dessas transações foram utilizados para amortizar dívidas, resultando num caixa líquido de aproximadamente R\$ 5,1 bilhões. É possível encontrar mais detalhes sobre as dívidas amortizadas, na seção de Endividamento.

Por outro lado, houve consumo de capital de giro, cuja dinâmica é alavanca para gestão de liquidez da Companhia. Neste trimestre, o capital de giro foi afetado por efeitos não recorrentes após o fechamento das operações de M&A.. Além disso, na linha de Passivo Oneroso, houve um pagamento de 5 parcelas da Globenet, no montante total de R\$ 568 milhões. As parcelas da competência de 2022 (aproximadamente R\$ 490 milhões) serão reembolsadas até o final de 2022, corrigidas pela SELIC, como resultado líquido do pagamento do contrato de LTLA com a Globenet, referente a 2022, e o recebimento da segunda parcela da secundária pela alienação parcial da V.tal.

Tabela 15 – Endividamento

R\$ Milhões	2T22	2T21	1T22	% Dívida Bruta
Endividamento				
Curto Prazo	382	6.401	5.777	1,8%
Longo Prazo	20.772	22.715	27.625	98,2%
Dívida Total	21.154	29.116	33.402	100,0%
Exposição moeda nacional	6.429	12.418	16.099	30,4%
Exposição moeda estrangeira	14.760	16.669	17.191	69,8%
Swap	-35	29	113	-0,2%
(-) Caixa	-5.031	-3.421	-1.983	-23,8%
(=) Dívida Líquida	16.123	25.695	31.420	76,2%

A dívida bruta consolidada registrou um saldo de R\$ 21.154 milhões no 2T22, representando uma redução de 36,7% ou R\$ 12.248 milhões em relação ao registrado no 1T22 e uma diminuição de 27,3% ou R\$ 7.962 milhões no comparativo anual.

A redução tanto no trimestre quanto no ano, é resultado, principalmente, do pré-pagamento de dívidas após a conclusão da venda da UPI Ativos Móveis, a saber: BNDES, no valor de R\$ 4.640 milhões; Debêntures 2ª emissão no valor de R\$ 2.356 milhões e “Bond” sênior 2026 com adesão de 98,71% do total do principal em circulação, o que representa cerca de US\$ 869 milhões, além dos juros *accruados* e não pagos até a data. Somado a isso, antes do encerramento do trimestre, ocorreu também a conclusão da operação de alienação parcial da UPI InfraCo, quando houve a quitação integral de todos os compromissos da debênture privada da 1ª emissão da BrT Multimídia, no valor total atualizado de R\$ 3.526 milhões.

Há que se ressaltar que a redução nos períodos analisados, foi parcialmente compensada pela desvalorização do Real vs Dólar de 10,56% na comparação sequencial e de 4,71% no ano, além dos usuais *accrual* de juros no período e da amortização do ajuste a valor presente (AVP).

A Companhia encerrou o 2T22 com caixa consolidado de R\$ 5.031 milhões, uma elevação de R\$ 3.048 milhões no trimestre e de R\$ 1.610 milhões no ano. Com isso, sua dívida líquida totalizou R\$ 16.123 milhões no período,

Comentário do Desempenho

OI 2T22 RELATÓRIO TRIMESTRAL

R\$15.927 milhões, ou 48,7%, menor quando comparada ao 1T22 e R\$ 9.572 milhões, ou 37,3%, em relação ao registrado no 2T21, proveniente, principalmente, de uma menor dívida bruta no período.

Tabela 16 – Composição da Dívida Bruta

R\$ Milhões

Composição da Dívida Bruta – 2T22	Valor de Face	Ajuste a Valor Justo [AVJ]	Valor Justo
Bancos Locais	10.108	[3.722]	6.386
ECAs	9.134	[4.490]	4.644
Bonds Qualificados	9.072	[541]	8.531
Facility "Não Qualificados"	545	[127]	418
Oferta Geral	5.472	[4.298]	1.174
Bond 2026	46	-	46
Outros	[45]	-	[45]
Dívida Bruta Total	34.332	[13.177]	21.154

Comentário do Desempenho

OI 2T22 RELATÓRIO TRIMESTRAL



Informações Adicionais e Complementares

Tabela 17 – Demonstração do Resultado do Exercício (Oi S.A. Consolidado)

R\$ Milhões	2T22	2T21	1T22
Receita Operacional Líquida	2.770	4.389	4.415
Custos e Despesas Operacionais	5.806	-3.118	-3.159
Pessoal	-530	-544	-523
Interconexão	-53	-98	-86
Serviços de terceiros	-999	-1.314	-1.301
Serviço de manutenção da rede	-155	-201	-200
Custo de aparelhos e outros	-11	-19	-9
Publicidade e propaganda	-87	-138	-70
Aluguéis e seguros	-861	-668	-663
Provisões para contingências	-10	-31	15
Provisão para devedores duvidosos	-46	-58	-84
Tributos e outras receitas (despesas)	8.558	-47	-238
EBITDA	8.577	1.271	1.256
Margem %	309,6%	29,0%	28,4%
Depreciações e Amortizações	-1.036	-1.015	-983
EBIT	7.540	256	273
Despesas Financeiras	-1.457	1.159	1.878
Receitas Financeiras	-1.682	40	-4
Lucro [Prejuízo] Antes dos Impostos	4.401	1.454	2.147
Imposto de Renda e Contribuição Social	-4.722	-315	-363
Lucro [Prejuízo] Líquido do Exercício	-321	1.139	1.784
Margem %	-11,6%	26,0%	40,4%
Lucro [Prejuízo] líquido atribuído aos acionistas controladores	-321	1.139	1.782
Lucro [Prejuízo] líquido atribuído aos acionistas não controladores	0	0	2

Comentário do Desempenho

OI 2T22 RELATÓRIO TRIMESTRAL



Tabela 18 – Balanço Patrimonial (Oi S.A. Consolidado)

R\$ Milhões	30/06/2022	31/03/2022	30/06/2021
TOTAL DO ATIVO	50.814	78.697	74.894
Ativo Circulante	14.875	13.450	14.301
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.826	1.782	1.976
Aplicações Financeiras	196	191	1.435
Instrumentos Financeiros Derivativos	40	11	0
Contas a Receber	4.788	5.772	5.258
Estoques	296	360	444
Tributos Correntes e a Recuperar	306	303	366
Outros Tributos	459	807	1.252
Depósitos e Bloqueios Judiciais	799	1.013	1.165
Ativos Mantidos para Venda	704	704	108
Outros Ativos	2.461	2.506	2.296
Ativo Não Circulante	35.940	65.247	60.594
Realizável a Longo Prazo	7.070	12.210	11.030
.Tributos Diferidos e a Recuperar	1.210	6.257	3.671
.Outros Tributos	538	944	1.341
.Aplicações Financeiras	10	10	10
.Depósitos e Bloqueios Judiciais	4.250	4.129	4.807
.Outros Ativos	1.063	870	1.201
Investimentos	8.251	37	113
Imobilizado	17.032	48.444	45.283
Intangível	3.586	4.556	4.168
TOTAL DO PASSIVO	50.814	78.697	74.895
Passivo Circulante	8.791	20.669	18.876
Fornecedores	3.682	5.725	5.111
Arrendamentos a Pagar	667	2.123	1.941
Empréstimos e Financiamentos	417	5.665	6.372
Cessão de Crédito - Sistel	82	131	197
Instrumentos Financeiros	4	126	37
Pessoal, Encargos Sociais e Benefícios	493	611	709
Provisões	676	666	546
Tributos a Recolher e Diferidos	10	15	11
Outros Tributos	829	2.298	1.829
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	6	6	20
Passivos Associados a Ativos Mantidos para Venda	0	0	30
Autorizações e Concessões a Pagar	36	70	54
Outras Contas a Pagar	1.889	3.233	2.020
Passivo Não Circulante	41.219	56.964	50.142
Fornecedores	4.117	3.945	3.453
Arrendamentos a Pagar	2.428	8.687	8.081
Empréstimos e Financiamentos	20.772	27.625	22.715
Cessão de Crédito - Sistel	0	0	82
Tributos a Recolher e Diferidos	0	1.830	588
Outros Tributos	2.056	1.038	1.318
Provisões	4.192	4.937	4.904
Provisões para Fundo de Pensão	879	842	752
Outras Contas a Pagar	6.775	8.059	8.248
Patrimônio Líquido	805	1.065	5.876

Comentário do Desempenho

01 2T22 RELATÓRIO TRIMESTRAL

Eventos Subsequentes

- A partir de 01 de julho de 2022, entrou em vigor um novo período de contagem de 30 pregões para que a Companhia entre em conformidade com a regra da B3, de cotação mínima em R\$ 1,00.
- Em 01 de agosto de 2022, a Companhia divulgou ao mercado, através de Fato Relevante, que, em 29 de julho de 2022, recebeu proposta vinculante da NK 108 Empreendimentos e Participações S.A. ["NK 108"], afiliada da Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A., para a aquisição de 8.000 (oito mil) "sites" de infraestrutura de telecomunicações da operação fixa, na forma da aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de uma sociedade anônima de propósito específico ["SPE Torres 2"] para cujo capital social a Companhia contribuirá os Itens de Infraestrutura. De acordo com a Proposta Vinculante, observadas determinadas condições, a NK 108 comprometeu-se, caso sagre-se vencedora do processo competitivo a ser conduzido na forma da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, a celebrar os documentos que estipularão os termos e condições definitivos quanto à aquisição dos Itens de Infraestrutura (incluindo um contrato de compartilhamento por meio do qual a Companhia se comprometerá a locar espaço nos Itens de Infraestrutura e a adquirir a totalidade das ações representativas do capital social da SPE Torres 2 pelo valor de até R\$ 1.697.000, variável e ajustável nos termos estipulados na Proposta Vinculante, dos quais R\$ 1.088.000 a serem recebidos na data de fechamento da operação e até R\$ 609.000 a serem recebidos até 2026, a depender da quantidade futura de Itens de Infraestrutura a serem utilizados. A Proposta Vinculante prevê que a conclusão da operação está condicionada, entre outras condições precedentes usuais a este tipo de transação, às aprovações regulatórias aplicáveis, incluindo ANATEL e CADE.

RESOLUÇÃO CVM 44/2021, ART. 12: Acionistas controladores direta ou indiretamente e acionistas que elegem membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, bem como qualquer outra pessoa física ou jurídica, ou grupo de pessoas, agindo como um grupo ou que representem os mesmos interesses, que atingem um interesse direto ou indireto representando patamares de [5%] cinco por cento, [10%] dez por cento,

Comentário do Desempenho

OI 2T22 RELATÓRIO TRIMESTRAL



15% [quinze por cento], e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações do capital social de uma sociedade anônima de capital aberto, devem notificar a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Companhia do fato, de acordo com o artigo acima.

A Oi recomenda que seus acionistas cumpram com os termos do artigo 12 da Resolução CVM 44/2021, mas não assume qualquer responsabilidade pela divulgação ou não de aquisições ou alienações de terceiros de interesse correspondentes a 5% ou mais de qualquer tipo ou classe de sua participação ou de direitos sobre essas ações ou outros valores mobiliários de sua emissão.

Tabela 20 – Ações do Capital Social da Companhia

	Ações do Capital Social	Em Tesouraria	Em circulação
Ordinárias	6,445,310,218	644,049,685	5,801,260,533
Preferenciais	157,727,241	1,811,755	155,915,486
Total	6.603.037.459	645.861.440	5.957.176.019

Composição acionária em 30/06/2022.

Em tempo

As principais tabelas divulgadas neste Relatório de Resultados em formato Excel estarão disponíveis no *website* da Companhia (www.oi.com.br/ri), na seção “Informações Financeiras / Resultados Trimestrais”.

As definições de termos utilizados neste Relatório de Resultados também estão disponíveis no glossário do *website* da Companhia: <https://ri.oi.com.br/glossario/>

Comentário do Desempenho

DISCLAIMER



Este relatório contempla informações financeiras e operacionais consolidadas da Oi S.A. - Em Recuperação Judicial ["Oi S.A." ou "Oi" ou "Companhia"] e suas controladas diretas e indiretas em 30 de junho de 2022 que, seguindo instrução da CVM, estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS). Em função da sazonalidade do setor de serviços de telecomunicações em seus resultados trimestrais, a Companhia irá focar a comparação dos seus resultados financeiros com o mesmo período do ano anterior, exceto quando indicado de outra forma.

Este relatório contém projeções e/ou estimativas de eventos futuros. As projeções aqui disponíveis foram preparadas de maneira criteriosa, considerando a atual conjuntura baseadas em trabalhos em andamento e suas respectivas estimativas. O uso dos termos "projeta", "estima", "antecipa", "prevê", "planeja", "espera", entre outros, pretende sinalizar possíveis tendências e declarações prospectivas que, evidentemente, envolvem incertezas e riscos, sendo que os resultados futuros podem diferir das expectativas atuais. Estas declarações baseiam-se em diversos pressupostos e fatores, inclusive nas condições econômicas, de mercado e do setor, além de fatores operacionais. Quaisquer alterações nesses pressupostos e fatores podem levar a resultados práticos diferentes das expectativas atuais. Não se deve confiar plenamente nessas declarações prospectivas.

Declarações prospectivas se aplicam somente à data em que foram preparadas, não se obrigando a Companhia a atualizá-las à luz de novas informações ou desenvolvimentos futuros. A Oi não se responsabiliza por operações que sejam realizadas ou por decisões de investimentos que sejam feitos com base nessas projeções e estimativas. As informações financeiras contidas neste documento não foram auditadas, e, portanto, podem diferir dos resultados finais.

Oi – Relações com Investidores

www.oi.com.br/ri

+55 (21) 3131-2918 | +55 (21) 3131-1315

invest@oi.net.br

Notas Explicativas

Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia” ou “Oi”) é uma concessionária do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado e atua, desde julho de 1998, nas Regiões I e II do PGO - Plano Geral de Outorgas, exceto os Setores 03, 20, 22 e 25, nas modalidades local e de longa distância nacional, bem como autorizada do STFC na Região III do PGO e nos Setores 03, 20, 22 e 25, nas modalidades local e longa distância nacional. A Companhia também presta serviços de longa distância internacional nas Regiões I, II e III do PGO, com base em autorização outorgada pela Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações (“ANATEL” ou “Agência”).

A Companhia é sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Centro, na Rua do Lavradio, 71 – 2º andar.

A Oi ainda possui a autorização para a prestação do SCM – Serviço de Comunicação Multimídia, e do SeAC - Serviço de Acesso Condicionado, em ambos os casos em todo território brasileiro, sendo esta em decorrência da incorporação da sua controlada Oi Móvel S.A. - Em Recuperação Judicial (“Oi Móvel”), que ocorreu em 22 de fevereiro de 2022.

As autorizações para prestação de serviços de telefonia móvel detidas pela Oi Móvel foram objeto de renúncia previamente a essa incorporação.

No exterior, a Companhia presta serviços de telefonia fixa e móvel e outros serviços de telecomunicações relacionados essencialmente a sua subsidiária Timor Telecom.

A Companhia é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários, tendo suas ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob os códigos OIBR3 e OIBR4. Os ADR’s - “*American Depositary Receipts*” representativos de ações ordinárias e preferenciais de sua emissão estão sendo negociados no mercado de balcão nos Estados Unidos sob os códigos de negociação “OIBZQ” e “OIBRQ”, respectivamente.

Autorização Societária

A autorização para a conclusão da preparação destas Informações Trimestrais ocorreu na Reunião de Diretoria do dia 11 de agosto de 2022, após apreciadas na Reunião do Conselho de Administração ocorrida no dia 10 de agosto de 2022.

Recuperação Judicial

No âmbito do processo de recuperação judicial que corre perante a 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Recuperação Judicial” e “Juízo da Recuperação Judicial”, respectivamente), após a aprovação dos credores da Companhia e suas subsidiárias integrais, diretas e indiretas, Oi Móvel (incorporada pela Companhia em fevereiro de 2022), Telemar (incorporada pela Companhia em maio de 2021), Copart 4 Participações S.A. – Em Recuperação Judicial (incorporada pela Telemar em janeiro de 2019), Copart 5 Participações S.A. – Em Recuperação Judicial (incorporada pela Companhia em março de 2019), Portugal Telecom International Finance B.V. – Em Recuperação Judicial e Oi Brasil Holdings Cooperatief U.A. – Em Recuperação Judicial (todas em conjunto “Empresas Oi” ou “Recuperandas”), do termo de aditamento ao plano de recuperação judicial (“Aditamento ao PRJ), em assembleia geral realizada em 8 de setembro de 2020, tendo sido homologado pelo juízo da recuperação judicial (“Juízo da Recuperação Judicial”), por meio de

Notas Explicativas

decisão proferida em 5 de outubro de 2020 e publicada em 8 de outubro de 2020, destacamos os seguintes acontecimentos ocorridos ao longo do primeiro semestre de 2022:

Em 28 de março de 2022, em vista da proximidade do encerramento do período de supervisão e da singularidade da recuperação judicial das Recuperandas, o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão determinando que fossem adotadas certas medidas preparatórias necessárias para orientar a conclusão ordenada do processo. A referida decisão, publicada em 30 de março de 2022, determinou, entre outros pontos, (i) que o Administrador Judicial apresentasse o Quadro Geral de Credores (“QGC”), em até 60 (sessenta) dias, no qual deveriam constar todos os incidentes de habilitação e impugnações de crédito sentenciados até 28 de março de 2022; e (ii) que as Recuperandas criassem procedimento administrativo para que os credores concursais retardatários que não tenham ingressado com a correta distribuição por dependência do seu pedido de habilitação ou impugnação, realizem habilitação administrativa (o “Formulário Digital para Credores”, o qual está disponível no www.recjud.com.br). O Juízo da Recuperação Judicial também esclareceu que os incidentes que não tivessem sido decididos até a homologação do QGC e do encerramento da recuperação judicial deveriam prosseguir normalmente e, depois de decididos, serão inseridos na lista de credores pelas próprias Recuperandas.

Em 27 de junho de 2022, o Administrador Judicial apresentou ao Juízo da Recuperação Judicial o Relatório Circunstanciado previsto no art. 63, III, da Lei 11.101/2005, bem como o QGC, conforme artigo 10, §7º, da Lei nº 11.101/2005, os quais encontram-se disponíveis, para fins de consulta, no endereço eletrônico www.recjud.com.br.

Aditamento ao PRJ

Para maiores informações sobre os objetivos do Aditamento ao PRJ, bem como sobre a composição de cada UPI prevista no Aditamento ao PRJ e os termos e condições aplicáveis à sua alienação, inclusive àquelas relativas à estrutura e ao preço mínimo, favor consultar o Aditamento ao PRJ disponibilizado, para fins de consulta, no endereço eletrônico www.recjud.com.br.

O Aditamento ao PRJ prevê a possibilidade de ajustes nas condições de pagamento de credores concursais e também mecanismos que permitem ou obrigam a Companhia a pagar determinados créditos sujeitos ao Plano em prazo menor do que o previsto no PRJ Original.

Não houve mudanças no primeiro semestre de 2022 em relação às informações relacionadas ao Aditamento ao PRJ divulgadas nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Alienação da UPI Ativos Móveis

Em 13 de abril de 2022, a Companhia e as operadoras Telefônica Brasil S.A. (“Vivo”), TIM S.A. (“Tim”) e Claro S.A. (“Claro”) e, em conjunto com Vivo e Tim, “Compradoras”), signatárias do Contrato UPI Ativos Móveis, trocaram notificações confirmando o cumprimento ou dispensa temporária, conforme o caso, de todas as condições precedentes para a conclusão da Operação UPI Ativos Móveis (“CPs”), bem como celebraram o Primeiro Aditivo ao Contrato UPI Ativos Móveis (“1º Aditivo”), por meio do qual acordaram em alterar determinados termos e condições do Contrato UPI Ativos Móveis, e agendaram seu fechamento para o dia 20 de abril de 2022.

Notas Explicativas

Nessa mesma oportunidade, a Companhia informou que, em função da definição da data de fechamento da Operação UPI Ativos Móveis, deu início à Oferta Pública de Aquisição de até 100% das *Notes* Oi Móvel, condicionada à conclusão da Operação UPI Ativos Móveis, em cumprimento às obrigações dispostas na Cláusula 4.07 da Escritura de Emissão *Notes* Oi Móvel.

Em 20 de abril de 2022, após o cumprimento (ou dispensa temporária) das CPs previstas no Contrato UPI Ativos Móveis, ocorreu o fechamento da Operação UPI Ativos Móveis.

O preço de fechamento ajustado da Operação UPI Ativos Móveis foi de R\$ 15.922.236, correspondendo ao preço base da Operação UPI Ativos Móveis de R\$ 15.744.000, acrescido de ajustes positivos de R\$ 178.236 (“Preço de Fechamento Ajustado da Operação UPI Ativos Móveis”), na forma do Contrato UPI Ativos Móveis, para refletir, entre outros, o montante da dívida líquida e do capital de giro de cada uma das UPIs Móveis transferidas às Compradoras, bem como a redução ou acréscimo, conforme o caso, de valores individualmente acordados entre a Companhia e as Compradoras.

Com o fechamento da Operação, as Compradoras realizaram, na referida data, o pagamento em dinheiro de um montante, em conjunto, de R\$ 14.474.760 (“Preço da Operação” - valor recebido no fechamento) equivalente ao Preço de Fechamento Ajustado da Operação menos o valor de Demais obrigações (“Valor Retido”), equivalente a 10% do Preço da Operação, retido pelas Compradoras por até 120 (cento e vinte) dias, na forma do Contrato, para possíveis compensações de valores que a Oi possa ter que vir a pagar às Compradoras em função de eventuais ajustes pós-fechamento e de outras obrigações de indenização previstas no Contrato. Como resultado da operação da alienação da UPI Ativos Móveis a Companhia reconheceu um ganho de R\$ 7.739.784 no resultado de operações descontinuadas (Nota 27 (a)).

Adicionalmente ao Preço de Fechamento Ajustado da Operação UPI Ativos Móveis, a Companhia poderá fazer jus, ainda, a um valor contingente adicional líquido de até R\$ 294.608 a ser recebido em caso de atingimento de determinadas metas de migração de bases de clientes e frequências dos quais R\$ 64.608 líquidos já foram recebidos até a data da emissão das Informações Trimestrais de 30 de junho de 2022. Mediante o fechamento, a totalidade das ações de emissão da (i) Cozani RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. (“Cozani”) foi transferida para a Tim; (ii) Garliava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (“Garliava”) foi transferida para a Vivo; e (iii) Jonava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (“Jonava”) foi transferida para a Claro.

As Compradoras também pagaram, na mesma data, o preço de R\$ 586.000, referente aos serviços de transição, a serem prestados pela Companhia, nos termos dos respectivos contratos de prestação de serviços de transição (“Contratos de Prestação de Serviços de Transição”), os quais já refletem o acordo entre a Companhia e as Compradoras para a retirada de determinados custos relacionados aos serviços de transição do escopo dos Contratos de Prestação de Serviços de Transição. O valor recebido foi reconhecido em Demais obrigações (Nota 22) e é apropriado ao resultado pelo prazo contratual.

Dívidas liquidadas por conta do fechamento da Operação UPI Ativos Móveis

Em 20 de abril de 2022, foi concluída a venda da UPI Ativos Móveis. Como parte do recebimento desses recursos, e conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial da Companhia, na mesma data foi realizada a quitação integral de suas dívidas junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Social - BNDES, no valor de R\$ 4.640 milhões. Adicionalmente, em linha com o previsto na escritura das debêntures segunda emissão da Oi Móvel foi feito o pagamento antecipado desta dívida, no valor de R\$ 2.356 milhões. Por fim, também nesta data foi encerrada a oferta pública mandatária para o “*Bond*”

Notas Explicativas

sênior 2026, conforme previsto em sua “*indenture*”, com adesão de 98,71% do total do principal em circulação, o que representa cerca de US\$ 869 milhões de principal (R\$ 4.109 milhões). Tais pré-pagamentos são o início da redução da alavancagem da Companhia, em linha com o que consta no Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial, transformando sua estrutura de capital e perseguindo a sustentabilidade financeira da Nova Oi.

Celebração de Term Sheet: Transferência da Base DTH e Utilização da infraestrutura IPTV

O Aditamento ao PRJ previu a alienação de ativos, passivos e direitos relacionados ao negócio de TV por assinatura, descritos no seu Anexo 5.3.5, estabelecendo, ainda, a possibilidade de alienação dos referidos ativos de forma conjunta mediante constituição da UPI TVCo ou por outra modalidade prevista na Lei nº 11.101/2005, nos termos da Cláusula 5.1 do Aditamento ao PRJ.

Em 28 de abril de 2022, a Companhia celebrou com a Sky Serviços de Banda Larga Ltda. (“Sky”) “*Term Sheet*” (“Instrumento”) para (i) permitir eventual transferência da integralidade da base de clientes pós-pagos de DTH (“*direct to home*”) (“Base DTH”), em continuidade à sua estratégia de desinvestimento do negócio de TV por assinatura com base na tecnologia DTH; e (ii) a utilização da infraestrutura de IPTV (“*internet protocol television*”) (“Infraestrutura IPTV”) da Oi e a prestação de serviços com relação a essa infraestrutura pela Sky, com o compartilhamento das receitas auferidas entre Oi e Sky (“Operação TVCo”).

De acordo com o Instrumento, e sujeito ao implemento das condições precedentes para o fechamento da Operação TVCo, as quais serão previstas nos Contratos Definitivos (conforme definido abaixo) da Operação TVCo (“CPs TVCo”), a Sky se comprometeu a adquirir a Base DTH da Oi e a Oi concordou em transferir a Base DTH para a Sky, bem como concordou em prestar à Sky os serviços relacionados à Infraestrutura IPTV. Os termos e condições exatos da Operação TVCo estarão contidos nos contratos definitivos a serem discutidos entre a Oi e a Sky (“Contratos Definitivos”).

A efetiva conclusão da Operação TVCo está sujeita, ainda, à obtenção da autorização do Juízo da Recuperação Judicial da Companhia para a transferência da Base DTH e à obtenção de aprovação do CADE, bem como ao cumprimento das CPs TVCo.

O fechamento da Operação TVCo, o qual deverá ocorrer somente após cumprimento das CPs TVCo, garantirá ao Grupo Oi a execução de sua estratégia de desinvestimento do negócio de TV por assinatura com base na tecnologia DTH, ao mesmo tempo em que possibilitará a manutenção de uma participação importante na geração de receitas de conteúdo a partir da prestação de serviços de TV por assinatura via protocolo IP (IPTV), com base em plataformas e equipamentos com tecnologia IPTV que permanecerão de propriedade da Companhia e/ou de empresas que detém participação.

Instrumento de Repactuação e Transação Celebrado com a ANATEL

Em 31 de maio de 2022, a Companhia celebrou com a ANATEL, um instrumento de repactuação e transação acerca de débitos não tributários, inscritos em dívida ativa da união até a data de celebração do instrumento, no valor de R\$ 20.237.715, nos termos da Lei nº 13.988/2020 combinada com a Lei nº 14.112/2020, incluindo multas, encargos e juros de mora aplicáveis.

O instrumento de repactuação e transação, que abrange tanto o saldo dos débitos não tributários, objeto do termo de transação assinado em 27 de novembro de 2020, quanto a repactuação dos novos débitos junto à ANATEL, prevê desconto de 54,99% sobre o valor de cada um desses débitos, incluindo o valor do principal devido, de forma que o débito total a ser pago pela Companhia passa a ser de R\$ 9.109.202. Do referido valor será deduzido o montante quitado pela Companhia por meio

Notas Explicativas

dos depósitos judiciais já convertidos em renda e apropriados pela ANATEL, resultando no saldo devedor de R\$ 7.335.223, que deverá ser quitado em 126 parcelas não lineares, a primeira delas com vencimento no mês da assinatura do acordo e a segunda após o decurso o período de 6 meses de carência. Com isso, o vencimento da última parcela ocorrerá em abril de 2033, representando um alongamento significativo do prazo de pagamento estabelecido na transação anterior, que chegaria ao final em outubro de 2027. O valor a pagar a ANATEL está registrado em Fornecedores (Nota 18), descontado a valor presente a taxa de desconto de 17,07% a.a..

Mediante o pagamento das parcelas, a ANATEL conferirá a Companhia ampla, completa, geral, rasa e irrevogável quitação em relação aos débitos não tributários não pagos e/ou objeto das execuções fiscais, conforme listados no instrumento de repactuação e transação.

O referido instrumento representa o cumprimento de mais uma importante etapa do Plano de Recuperação Judicial da Companhia, viabilizando o encerramento de um grande número de processos judiciais.

Alienação Parcial UPI InfraCo - Celebração de Acordo de Investimento e Outras Avenças

Em 5 de maio de 2022, a ANATEL, em deliberação na 912ª Reunião do Conselho Diretor, concedeu anuência prévia à Operação UPI InfraCo, sujeita ao cumprimento de determinadas condicionantes comumente estabelecidas pela ANATEL.

Em 9 de junho de 2022, após o cumprimento (ou dispensa temporária) das CPs previstas no Contrato UPI InfraCo, ocorreu o fechamento da operação de alienação parcial da UPI InfraCo para a Globenet Cabos Submarinos S.A. (“Globenet” ou “Investidor”), com a interveniência da BrT Multimídia, BTG Pactual Infraco Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e BTG Pactual Infraco Co-Investors Fund LP, na qualidade de acionistas do Investidor (“Operação UPI InfraCo”).

O fechamento da Operação UPI InfraCo ocorreu após extensas negociações entre as partes sobre os termos e condições finais da Operação UPI InfraCo, que foram refletidas no termo de fechamento celebrado na mesma data (“Termo de Fechamento”). Neste Termo de Fechamento, as partes concordaram em ajustar o contrato de provimento de capacidade FTTH para refletir condições comerciais mais favoráveis à Oi no preço mensal por HC e no índice de reajuste aplicável, tornando, em contrapartida, os serviços mais competitivos.

O fechamento da Operação UPI InfraCo contemplou, na data de fechamento, a contribuição das seguintes parcelas:

- (i) Parcela Primária: em 9 de junho de 2022, houve a subscrição e integralização pelo Investidor de 1.031.715.633 ações ordinárias representativas do capital social votante da BrT Multimídia, mediante contribuição de um montante em dinheiro de R\$ 1.776.100;
- (ii) Parcela Secundária: em 9 de junho de 2022, houve a aquisição pelo Investidor de 4.653.030.940 ações ordinárias detidas pela Oi representativas do capital social votante da BrT Multimídia, mediante pagamento de um montante em dinheiro de R\$ 8.010.200, a ser pago pelo Investidor em até 3 (três) parcelas, sendo R\$ 4.261.709, pagos naquela data e o restante a ser pago até 2023, nos termos previstos no Acordo de Investimento da Operação UPI InfraCo. De acordo com o referido acordo, o pagamento da segunda parcela do componente secundário do preço de aquisição deverá ocorrer até 2 de dezembro de 2022 e o pagamento da terceira e última parcela do componente secundário

Notas Explicativas

do preço de aquisição deverá ocorrer no dia 17 de janeiro de 2023, sendo certo que o Investidor poderá, nos termos da Cláusula 17.7 do referido acordo, compensar as parcelas pendentes do componente secundário com quaisquer valores devidos pela Oi em contratos existentes com o Investidor na Data de Fechamento da Operação UPI InfraCo.

Desta forma, na data de fechamento, a Globenet passou a deter 51% das ações representativas do capital social total da BrT Multimídia, e a Oi, 49% das mesmas ações.

Numa segunda etapa, após o fechamento, foram realizadas ainda, as seguintes contribuições adicionais à BrT Multimídia pela Globenet, tal como previstas no Contrato UPI InfraCo:

- (iii) Parcela Primária Adicional – I: em 13 de junho de 2022, houve subscrição e integralização pela Globenet de 730.895.780 ações ordinárias, representativas do capital social votante da BrT Multimídia, mediante contribuição de um montante em dinheiro de R\$ 1.258.238;
- (iv) Incorporação do Investidor: em 30 de junho de 2022, houve incorporação da Globenet pela BrT Multimídia, com a emissão de 882.253.051 ações ordinárias pela BrT Multimídia, representativas do capital social votante da BrT Multimídia, mediante versão do acervo líquido da Globenet no valor de R\$ 2.878.527. Com a conclusão da incorporação, o investimento na BrT Multimídia passou a ser detido pelo BTG Pactual Infraco Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, BTG Pactual Infraco Co-Investors Fund LP e pela Companhia; e
- (v) Parcela Primária Adicional – II: em 6 de julho de 2022, houve subscrição e integralização pelo BTG Pactual Infraco Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e pelo BTG Pactual Economia Real Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia de 209.119.763 ações ordinárias, representativas do capital social votante da BrT Multimídia, mediante contribuição de um montante em dinheiro de R\$ 361.849. Neste mesmo ato, a Companhia renunciou expressamente, em caráter irrevogável e irretratável, ao seu direito de preferência na subscrição de ações de emissão da BrT Multimídia decorrentes desta Parcela Primária Adicional II.

Ainda, em 23 de junho de 2022, a Companhia recebeu o pagamento no valor correspondente a R\$ 2.736.188 referente aos Créditos Dividendos Telemar.

O Contrato UPI InfraCo e seus instrumentos correlatos contemplaram ainda a celebração entre a BrT Multimídia e a Oi e/ou suas afiliadas de contratos de provimento de capacidade e outros contratos operacionais, bem como de acordo de acionistas da BrT Multimídia, entre a Globenet e a Oi.

As partes, ainda no referido Termo de Fechamento, realizaram as verificações e cálculos necessários sobre cada um dos componentes financeiros e operacionais previstos no Contrato UPI InfraCo (tais como endividamento, capital de giro, número de HPs e HCs entregues, OPEX e CAPEX realizados, entre outros) para fins de determinação do ajuste de preço cabível, a ser aplicado através do exercício de bônus de subscrição pelo Investidor, na forma da Cláusula 6 do Contrato. Como resultado destas negociações, as partes concordaram em efetuar ajustes de preços limitados a 7,38% do total de ações representativas do capital social total e votante da BrT Multimídia, a serem realizados em favor da participação da Globenet (“Ajuste de Participação”), tal como descritos a seguir.

Notas Explicativas

Como resultado das referidas negociações, as partes concordaram que o Ajuste de Participação seja implementado da seguinte forma: (i) em até 30 (trinta) dias, contados do fechamento, um ajuste de participação de 3,65% do capital social total e votante da BrT Multimídia; e (ii) em 31 de julho de 2023, um ajuste de participação de até 3,73% do capital social total e votante da BrT Multimídia, em função da aplicação e apuração das condições mais favoráveis para a Oi negociadas no contrato FTTH, como acima mencionado, durante este período, o que resultará, imediatamente após a consumação das etapas descritas acima, em uma participação da Globenet de até 65,27% na BrT Multimídia.

Até o momento, foram realizados os seguintes aportes adicionais, inclusive em função do Ajuste de Participação referido no item (i) do parágrafo imediatamente acima:

- (i) Aumento Adicional I: em 21 de junho de 2022, houve subscrição e integralização pela Globenet de 237.925.291 ações ordinárias, representativas do capital social votante da BrT Multimídia, mediante contribuição de um montante em dinheiro de R\$ 300.000. Neste mesmo ato, a Companhia renunciou expressamente, em caráter irrevogável e irretratável, ao seu direito de preferência na subscrição de ações de emissão da BrT Multimídia decorrentes deste Aumento Adicional I, sem prejuízo do direito de recompor sua participação no capital social da BrT Multimídia, detida no momento imediatamente anterior à implementação deste Aumento Adicional I, mediante aumento do capital social da BrT Multimídia pela Companhia (“Aumento de Capital – Recomposição Oi”), nos termos da Cláusula 2.3.9.7 do Termo de Fechamento; e
- (ii) Aumento Adicional II: em 6 e julho de 2022, houve exercício dos bônus de subscrição nº 1 e 7, Série B, realizado pelos acionistas BTG Pactual Infraco Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, BTG Pactual Infraco Co-Investors Fund LP e FIP Economia Real, com consequente emissão de 1.231.313.548 ações ordinárias, representativas do capital social votante da BrT Multimídia, mediante contribuição de um montante em dinheiro de R\$ 2,00.

Em decorrência da implementação das etapas ocorridas até 30 de junho de 2022, naquela data a Oi passou a deter ações representativas de 42,02% do capital social votante e total da BrT Multimídia e, até a data da emissão das Informações Trimestrais de 30 de junho de 2022, em decorrência da Parcela Primária Adicional II, e do Aumento Adicional II, ambos ocorridos em 6 de julho de 2022, e do Aumento de Capital – Recomposição Oi ocorrido em 5 de agosto de 2022, a Oi passou a deter ações representativas de 38,37% do capital social votante e total da BrT Multimídia, permanecendo os Fundos BTG Pactual Infraco Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, BTG Pactual Infraco Co-Investors Fund LP e FIP Economia Real com a participação restante no capital votante e total.

Foi detalhada também, no Termo de Fechamento, a manutenção de determinados ativos (equipamentos de transmissão ópticos, “*Optical Network Terminal*” – ONT) na Oi, em função da otimização do modelo operacional com a BrT Multimídia, com a eliminação de ajustes de participação futuros relativos a esses ativos anteriormente previstos no Contrato UPI InfraCo.

Como resultado da operação da alienação da UPI InfraCo a Companhia reconheceu um ganho de R\$ 648.122 no resultado de operações descontinuadas (Nota 27 (a)).

Notas Explicativas

A Oi informa, ainda, que, com a conclusão da Operação UPI InfraCo, ocorreu na mesma data a quitação integral de todos os compromissos das debêntures conversíveis em ações preferenciais, da espécie com garantia real, para colocação privada, da 1ª emissão da BrT Multimídia (“Debêntures”), no valor total atualizado de R\$ 3.526.285, cujo pagamento foi efetuado com recursos provenientes da Parcela Secundária, que foram aportados pela Oi na BrT Multimídia, e utilizados para a recompra das ações preferenciais da BrT Multimídia que passaram a ser detidas pelos Debenturistas após a conversão das debêntures em ações da BrT Multimídia, em linha com o disposto na Escritura de Emissão das Debêntures.

Incorporação da Oi Móvel pela Companhia, nos termos do PRJ

Em 27 de janeiro de 2022, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da Oi, na qual foi aprovada a operação de incorporação da Oi Móvel pela Companhia, condicionada (i) concessão pela ANATEL de anuência prévia para a operação e a publicação pela ANATEL, no Diário Oficial da União, do ato de transferência, para a Oi, da outorga do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) detida pela Oi Móvel e consolidação da outorga de Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) com aquela já detida pela Oi; e (ii) obtenção da autorização do Debenturista da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória em Série única, para Colocação Privada, da Oi Móvel.

Em 31 de janeiro de 2022, a ANATEL, em deliberação na 19ª Reunião Extraordinária do Conselho Diretor concedeu anuência prévia para a operação societária de incorporação da Oi Móvel pela Companhia, com a transferência das outorgas detidas pela Oi Móvel para a Companhia para a prestação do SeAC e do SCM, após o cumprimento de determinadas condicionantes. Tal anuência estava sujeita, ainda, à renúncia da outorga do Serviço Móvel Pessoal (SMP), pela Oi Móvel.

Em 18 de fevereiro 2022, foi obtida a autorização do Debenturista da 2ª Emissão de Debêntures Simples.

Em 22 de fevereiro de 2022, foi publicado pela ANATEL o Ato nº 2802/2022, pelo qual foi transferida para a Oi a outorga de exploração de SeAC detida pela Oi Móvel, e autorizada a consolidação da outorga de SCM da Oi Móvel com aquela já detida pela Oi.

Em 22 de fevereiro de 2022, foram integralmente verificadas as condições para a incorporação da Oi Móvel pela Companhia, que foi implementada e tornou-se efetiva na mesma data.

Com a referida Incorporação, o acervo líquido da Oi Móvel, avaliado em R\$ 1.073.719, conforme laudo de avaliação de seu patrimônio líquido contábil em 30 de setembro de 2021, foi incorporado ao patrimônio da Companhia. No entanto, por tratar-se de incorporação de companhia cujas ações são integralmente detidas pela Oi, a referida Incorporação não resultou em aumento do patrimônio líquido da Oi, tendo em vista que a Oi já possuía o registro consolidado da Oi Móvel nas suas demonstrações financeiras consolidadas, por equivalência patrimonial, de modo que a Companhia não teve seu capital social alterado em decorrência da Incorporação Oi Móvel.

As mutações patrimoniais ocorridas na Oi Móvel no período compreendido entre a data do balanço que serviu de base para a determinação do acervo líquido cindido e a data da aprovação da operação foram apropriadas pela Oi Móvel, exceto a equivalência patrimonial do mencionado período, que foi apropriada pela Companhia, conforme Protocolo e Justificação.

Notas Explicativas

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos da Oi Móvel em 22 de fevereiro de 2022 decorrentes da incorporação, estão resumidos abaixo:

Caixa e equivalentes de caixa	1.229.055
Aplicações financeiras	10.086
Contas a receber	2.603.897
Estoques	27.007
Tributos a recuperar	659.633
Dividendos e juros sobre capital próprio	802.916
Depósitos e bloqueios judiciais	287.596
Despesas antecipadas	757.734
Investimentos	7.578.476
Imobilizado	2.411.716
Intangível	481.121
Empréstimos e financiamentos	(9.252.113)
Fornecedores	(3.075.758)
Tributos a recolher	(1.622.956)
Arrendamentos a pagar	(239.481)
Provisões	(1.061.165)
Outros ativos e passivos	(2.796.056)
Acervo líquido incorporado	(1.198.292)

A incorporação da Oi Móvel na controladora não afeta as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

Íntegra do Aditamento ao PRJ

A íntegra do Aditamento ao PRJ encontra-se à disposição dos acionistas da Companhia na sede da Companhia e em seus “websites” (www.oi.com.br/ri ou <http://www.recjud.com.br/>), no Sistema Empresas.NET da CVM (www.cvm.gov.br), além do “website” da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

Continuidade das operações

As Informações Trimestrais do período findo em 30 de junho de 2022, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e na observância dos requerimentos, termos e condições previstos no Aditamento ao PRJ, bem como dos requisitos legais aplicáveis em uma recuperação judicial previstos na Lei nº 11.101/2005. A recuperação judicial tem por objetivo assegurar a continuidade das operações das Empresas Oi, sendo que tal continuidade foi reforçada com a aprovação do Aditamento ao PRJ e depende, em última análise, do êxito no cumprimento das obrigações estabelecidas no processo de recuperação judicial e da implementação do Plano Estratégico da Companhia.

A Companhia tem obtido êxito no cumprimento das obrigações estabelecidas nos procedimentos do processo de recuperação judicial e embora não existam indícios neste sentido, ressalta-se as condições e circunstâncias que, por sua própria natureza, indicam incertezas que podem afetar o êxito da recuperação judicial e, eventualmente, suscitar dúvidas substanciais sobre a capacidade das Empresas Oi de continuarem em operação. Ressaltamos que, eventos recentes e relevantes previstos no Aditamento ao PRJ foram concretizados até a data de divulgação dessas Informações Trimestrais, como as alienações das UPI Ativos Móveis e UPI InfraCo, dentre outros eventos, descritos anteriormente nesta mesma nota.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2022, e após a implementação do PRJ, o total do patrimônio líquido era de R\$ 804.787 (R\$ 772.597 na controladora), o lucro consolidado do período era de R\$ 1.463.288 (R\$ 1.461.147 na controladora) e o capital circulante líquido era de R\$ 7.622.744 (R\$ 8.155.839 na controladora). Em 31 de dezembro de 2021, e após a implementação do PRJ, o total do patrimônio líquido negativo era de R\$ 722.981 (R\$ 755.674 na controladora), o prejuízo consolidado do exercício era de R\$ 8.492.526 (R\$ 8.516.185 na controladora) e o capital circulante líquido era de R\$ 20.029.036 (R\$ 6.895.107 na controladora).

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Declaração de conformidade

As Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o IAS 34 *Interim Financial Reporting* (Pronunciamento Técnico - CPC 21 (R1) Demonstrações Intermediárias) dos padrões internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards - "IFRS"*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das Informações Trimestrais, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração.

(a) Base de elaboração

O CPC 21 (R1) / IAS 34 requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Informações Trimestrais não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras anuais, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas no período findo em 30 junho de 2022 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2021, além dos novos pronunciamentos, interpretações e alterações que entraram em vigor posteriormente a 31 de dezembro de 2021, conforme item (b) desta nota explicativa.

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas no Brasil é o Real ("R\$"), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação ("moeda funcional"). A Companhia possui controladas que atuam em ambiente econômico internacional, principalmente na Europa e Ásia, cuja a moeda funcional é o Euro e Dólar Norte Americano, respectivamente.

Essas Informações Trimestrais estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.

Notas Explicativas

As demonstrações do resultado e do fluxo de caixa das investidas, com moeda funcional distinta da controladora, são convertidas para reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final e os demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica. Todas as diferenças de câmbio são reconhecidas no resultado abrangente.

Quando uma operação no exterior é total ou parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio líquido são reconhecidas no resultado do exercício.

As principais taxas cambiais utilizadas pela Companhia para converter suas operações no exterior foram:

Moeda	Fechamento		Média	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	30/06/2021
Euro	5,4842	6,3210	5,5568	6,4902
Dólar Norte Americano	5,2380	5,5805	5,0782	5,3862

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes, bem como requer julgamentos relacionados a esses assuntos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas e julgamentos contábeis críticos que possuem maior risco de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a: (i) Reconhecimento de receita e contas a receber; (ii) Perdas esperadas em contas a receber de clientes; (iii) Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida; (iv) Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração; (v) Arrendamentos; (vi) Valor justo de passivos financeiros; (vii) Provisões; (viii) Imposto de renda e contribuição social diferidos; (ix) Benefícios a empregados e (x) Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas.

Reapresentações de saldos contábeis do período comparativo

A Companhia efetuou alguns ajustes e reclassificações no período comparativo, decorrente: (i) da alteração no plano de venda da UPI TVCo que deixou de ser classificada como ativos mantidos para venda e passivos associados a mantidos para venda no balanço patrimonial e operação descontinuada na demonstração do resultado, conforme determinado pelo CPC 31/IFRS 5, a entidade deve efetuar a reclassificação incluindo tais operações no resultado das operações continuadas em todos os períodos apresentados inclusive os montantes relativos aos períodos anteriores. Mediante alteração do plano de venda, a Companhia manteve alguns ativos classificados como mantidos para venda (vide Nota 27 (b)) e (ii) de ajustes e reclassificações entre os perímetros de operações continuadas e descontinuadas na demonstração do resultado, substancialmente proveniente da UPI InfraCo, (iii) de reclassificações entre contas do resultado financeiro e (iv) a demonstração dos fluxos de caixa, para melhor comparabilidade, compreensão dessas transações e saldos nas Informações Trimestrais. Abaixo destacamos os respectivos ajustes e reclassificações:

Notas Explicativas

Demonstração de resultados

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	30/06/2021			30/06/2021		
	Anteriormente apresentado	Ajustes e reclassificações	Apresentação atual	Anteriormente apresentado	Ajustes e reclassificações	Apresentação atual
Receitas de vendas e/ou serviços	2.638.986		2.638.986	4.473.101	791.017	5.264.118
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(2.265.506)		(2.265.506)	(3.311.071)	(950.145)	(4.261.216)
Lucro bruto	373.480		373.480	1.162.030	(159.128)	1.002.902
Receitas (despesas) operacionais						
Resultado de equivalência patrimonial	(1.118.614)	(285.806)	(1.404.420)	1.165		1.165
Despesas com vendas	(393.262)	(11.552)	(404.814)	(1.131.473)	(112.346)	(1.243.819)
Despesas gerais e administrativas	(489.837)		(489.837)	(1.119.366)	(2)	(1.119.368)
Outras receitas operacionais	411.003		411.003	1.824.197	468	1.824.665
Outras despesas operacionais	(162.592)		(162.592)	(770.701)	(1.793)	(772.494)
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos	(1.379.822)	(297.358)	(1.677.180)	(34.148)	(272.801)	(306.949)
Receitas financeiras	260.508	634.160	894.668	209.924	29.890	239.814
Despesas financeiras	(1.146.530)	(622.608)	(1.769.138)	(2.435.972)	(42.895)	(2.478.867)
Resultado financeiro	(886.022)	11.552	(874.470)	(2.226.048)	(13.005)	(2.239.053)
Prejuízo antes das tributações	(2.265.844)	(285.806)	(2.551.650)	(2.260.196)	(285.806)	(2.546.002)
Imposto de renda e contribuição social						
Corrente				(9.406)		(9.406)
Diferido						
Prejuízo das operações continuadas	(2.265.844)	(285.806)	(2.551.650)	(2.269.602)	(285.806)	(2.555.408)
Operações descontinuadas						
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos)	367.259	194.784	562.043	367.259	194.784	562.043
Prejuízo do período	(1.898.585)	(91.022)	(1.989.607)	(1.902.343)	(91.022)	(1.993.365)

Demonstração do resultado abrangente

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	30/06/2021			30/06/2021		
	Anteriormente apresentado	Ajustes e reclassificações	Apresentação atual	Anteriormente apresentado	Ajustes e reclassificações	Apresentação atual
Prejuízo do período	(1.898.585)	(91.022)	(1.989.607)	(1.902.343)	(91.022)	(1.993.365)
Resultado na contabilidade de "hedge"	(4.453)		(4.453)	(4.453)		(4,453)
Ganho (Perda) atuarial	63		63	63		63
Ajuste de conversão de investimentos no exterior	(899)		(899)	(838)		(838)
Resultado abrangente de operações continuadas	(5.289)		(5.289)	(5.228)		(5.228)
Total do resultado abrangente do período	(1.903.874)	(91.022)	(1.994.896)	(1.907.571)	(91.022)	(1.998.593)

Notas Explicativas

Demonstração dos fluxos de caixa

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	30/06/2021			30/06/2021		
	Anteriormente apresentado	Ajustes e reclassificações	Apresentação atual	Anteriormente apresentado	Ajustes e reclassificações	Apresentação atual
Prejuízo antes das tributações	(2.265.844)	(285.806)	(2.551.650)	(2.260.196)	(285.806)	(2.546.002)
Encargos, rendimentos financeiros, atualizações monetárias e cambiais	(1.411.534)		(1.411.534)	858.731	13.005	871.736
Depreciação e amortização	1.111.183		1.111.183	1.891.629	137.911	2.029.540
Equivalência patrimonial	1.118.614	285.806	1.404.420	(1.165)		(1.165)
Outros	10.131		10.131	(5.005)	134.890	129.885
Outras atividades operacionais	465.763		465.763	(3.438.890)		(3.438.890)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais – Operações continuadas	(971.687)		(971.687)	(2.954.896)		(2.954.896)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais – Operações descontinuadas				526.742		526.742
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(971.687)		(971.687)	(2.428.154)		(2.428.154)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos – Operações continuadas	(951.301)		(951.301)	(3.735)		(3.735)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos - Operações descontinuadas				(1.934.117)		(1.934.117)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(951.301)		(951.301)	(1.937.852)		(1.937.852)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos – Operações continuadas	574.824		574.824	(340.149)		(340.149)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos - Operações descontinuadas				2.029.970		2.029.970
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos	574.824		574.824	1.689.821		1.689.821
Variação cambial sobre equivalentes de caixa	(1.238)		(1.238)	(1.518)		(1.518)
Fluxo de caixa do período	(1.349.402)		(1.349.402)	(2.677.703)		(2.677.703)

(b) Novas normas, alterações e interpretações de normas

Novas normas, interpretações e emendas emitidas pelo IASB que são efetivas em períodos contábeis futuros e que a Companhia decidiu por não adotar antecipadamente são os seguintes, válidas para períodos iniciados a partir de 1 de janeiro de 2022:

Normas e emendas a normas		Aplicações obrigatórias com início em ou após:
IAS 37	Contrato oneroso - Classificação dos custos relacionados ao cumprimento de contrato oneroso.	1 de janeiro de 2022
IAS 16	Imobilizado - Classificação de itens antes do imobilizado estar em condições de operação	1 de janeiro de 2022
IFRS 3	Estrutura conceitual	1 de janeiro de 2022
Aprimoramento de normas	IFRS 1 - Aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9 - Critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16 - Exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41 - Aspectos de mensuração a valor justo	1 de janeiro de 2022
IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante.	1 de janeiro de 2023
IFRS 4	Contrato de seguros - Isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras	1 de janeiro de 2023
IFRS 17	Nova norma para Contratos de Seguros em substituição do IFRS 4	1 de janeiro de 2023

Notas Explicativas

A Companhia não espera ter impacto relevante nas Informações Trimestrais em razão dessas alterações nas normas contábeis.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

3.1. Instrumentos financeiros

Os valores contábeis e os valores justos estimados de nossos principais ativos e passivos financeiros em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são resumidos como segue:

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2022			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Contas bancárias	Valor justo	270.299	270.299	643.931	643.931
Equivalentes de caixa	Valor justo	4.090.422	4.090.422	4.182.035	4.182.035
Aplicações financeiras	Valor justo	205.260	205.260	205.260	205.260
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	40.154	40.154	40.154	40.154
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	9.272.837	9.272.837		
Contas a receber (i)	Custo amortizado	5.507.415	5.507.415	4.788.062	4.788.062
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	6.437	6.437	251	251
Ativo financeiro a valor justo	Valor justo	37.865	37.865	37.865	37.865
Passivos					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	8.613.376	8.613.376	7.798.334	7.798.334
Empréstimos e financiamentos (ii)					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	6.838.125	6.838.125	7.668.147	7.668.147
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	2.894.544	2.894.544		
Debêntures públicas	Custo amortizado	4.948.897	4.948.897	4.948.897	4.948.897
“Senior Notes”	Custo amortizado	8.572.122	5.063.650	8.572.122	5.063.650
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	3.724	3.724	3.724	3.724
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	5.589	5.589	5.589	5.589
Arrendamentos a pagar (iii)	Custo amortizado	3.053.084	3.053.084	3.095.109	3.095.109

Notas Explicativas

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2021			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Contas bancárias	Valor justo	197.605	197.605	697.123	697.123
Equivalentes de caixa	Valor justo	571.977	571.977	2.220.128	2.220.128
Aplicações financeiras	Valor justo	187.919	187.919	197.989	197.989
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	7.175	7.175	7.175	7.175
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	11.826.732	11.826.732		
Contas a receber (i)	Custo amortizado	3.350.284	3.350.284	4.264.954	4.264.954
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	22.866	22.866	25	25
Ativo financeiro a valor justo	Valor justo	42.793	42.793	42.793	42.793
Passivos					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	6.232.005	6.232.005	7.808.413	7.808.413
Empréstimos e financiamentos (ii)					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	9.845.135	9.845.135	12.169.843	12.169.843
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	2.083.239	2.083.239		
Debêntures públicas	Custo amortizado	4.514.282	4.514.282	4.514.282	4.514.282
Debêntures privadas	Custo amortizado			2.179.950	2.179.950
“Senior Notes”	Custo amortizado	8.990.566	8.901.059	14.119.043	14.403.514
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	13.830	13.830	13.830	13.830
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	825.334	825.334	5.762	5.762
Arrendamentos a pagar (iii)	Custo amortizado	2.602.716	2.602.716	3.008.174	3.008.174

Para o fechamento do período findo em 30 de junho de 2022:

(i) Os saldos de contas a receber têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo. Os saldos de fornecedores, sujeitos a recuperação judicial, foram ajustados a valor justo, na data da novação dos passivos e estão representados pelos montantes que se esperam que as obrigações sejam liquidadas (Nota 18).

(ii) Os saldos de empréstimos e financiamentos com Bancos Locais e ECAs correspondem a mercados exclusivos, sendo o valor justo destes instrumentos semelhante ao valor contábil. Os saldos de empréstimos e financiamentos relacionados aos “Bonds” emitidos no mercado internacional, para os quais existe mercado secundário, o valor de mercado difere do valor contábil. Cabe ressaltar que, no dia 20 de abril de 2022, como resultado da conclusão da venda da UPI Ativos Móveis a Companhia pré-pagou as dívidas com o BNDES, a debênture 2ª Emissão da Oi Móvel, bem como concluiu a oferta de recompra para o “Bond” 2026 com 98,71% de adesão dos “bondholders”. Somado a isso,

Notas Explicativas

no dia 8 de junho de 2022, após a conclusão da venda da UPI InfraCo, a Companhia pré-pagou a debênture 1ª emissão da BrT Multimídia.

(iii) Os arrendamentos a pagar estão representados pelos montantes que se esperam que as obrigações sejam liquidadas, ajustadas a valor presente.

O nivelamento dos ativos/passivos financeiros do caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, são detalhados abaixo:

	Hierarquia do valor justo	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		Valor justo	Valor justo	Valor justo	Valor justo
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Ativos					
Contas bancárias	Nível 1	270.299	197.605	643.931	697.123
Equivalentes de caixa	Nível 1	4.090.422	571.977	4.182.035	2.220.128
Aplicações financeiras	Nível 1	205.260	187.919	205.260	197.989
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	40.154	7.175	40.154	7.175
Passivos					
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	3.724	13.830	3.724	13.830

Não ocorreram transferências entre níveis nos períodos de 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação, a saber:

(a) Equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em depósitos a vista em Dólares dos Estados Unidos da América e em Euros.

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do período multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período, e quando são, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte.

(b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para gerir certos riscos de mercado, principalmente o risco de taxa de câmbio. Na data de encerramento do período findo em 30 de junho de 2022, tais instrumentos incluem contratos de “*Non Deliverable Forward (NDF)*”.

Notas Explicativas

Cabe ressaltar que a Companhia não utiliza derivativos para outros fins, que não a proteção destes riscos e o método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos contratados são o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período.

3.2. Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo e risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. A Companhia e suas controladas podem utilizar instrumentos financeiros derivativos para mitigar certas exposições a estes riscos.

O processo de gestão de riscos na Companhia é realizado em três níveis, considerando sua estrutura consolidada: estratégica, tática e operacional. Na esfera estratégica, a Diretoria da Companhia acorda com o Conselho de Administração, Diretrizes de Risco a serem seguidas em cada ano fiscal. Cabe a um Comitê de Gestão Riscos Financeiros supervisionar o enquadramento da Oi às Políticas. No nível operacional, o gerenciamento de risco é realizado pela Diretoria de Tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Gestão de Riscos Financeiros reúne-se mensalmente e atualmente é composto pela Diretora de Finanças e Relações com Investidores, Diretora de Governança, Riscos e Conformidade, Diretor de Tesouraria, além de no máximo mais dois diretores adicionais da Diretoria de Finanças e no mínimo um Diretor ex-Finanças.

As Políticas de “*Hedge*” e de Investimentos, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi. Em linha com os pilares da Política de “*Hedge*”, a estratégia tem como foco a preservação do fluxo de caixa da Companhia, a manutenção da liquidez e o cumprimento dos “*covenants*” financeiros, se aplicável.

3.2.1. Risco de mercado

(a) Risco de taxa de câmbio

Ativos financeiros

A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada a ativos financeiros em moeda estrangeira em 30 de junho de 2022, para os quais a Companhia não realiza quaisquer operações para cobertura de risco cambial.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 69,7% (31/12/2021 – 62,0%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas.

Notas Explicativas

Para minimizar esse tipo de risco, ao longo do período findo em 30 de junho de 2022, a Companhia manteve a contratação de operações de proteção para a exposição cambial de fluxo de caixa de curto prazo, na modalidade contrato a termo em moeda para os juros do “*Bond*” Qualificado vencidos em fevereiro de 2022 e a vencer em agosto de 2022, bem como para a parcela relevante das despesas denominadas em Dólar até agosto do ano de 2022. Adicionalmente, até abril deste ano, a Companhia contratou derivativos para a proteção do pagamento dos juros do “*Bond*” 2026 vencidos em janeiro de 2022, além dos valores objeto da oferta de recompra destas notas. Para esta oferta, a proteção da exposição cambial vinha sendo realizada via “*hedge*” natural, NDFs e através de uma operação de “*hedge contingent*”. Nesta operação, a Companhia fixou o câmbio de uma parcela da oferta mandatória, mas que só se tornaria efetiva na concretização da venda da UPI Ativos Móveis. Com isso, o total de “*hedge*” para o “*tender offer*” do “*Bond*” 2026 chegou a 60% do valor total. Em função da conclusão da oferta o “*hedge contingent*” foi liquidado e os NDFs atrelados a esta operação não foram rolados desde então.

O percentual de cobertura cambial para os efeitos da exposição cambial no resultado financeiro dos Empréstimos e Financiamentos contratados é de 40,7%. Neste percentual estão incluídos os impactos cambiais sobre o ganho de ajuste a valor justo.

Os ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira estão assim representados no balanço (inclui saldos com empresas do grupo para os valores da Controladora):

	CONTROLADORA			
	30/06/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Contas bancárias	104.276	104.276	132.046	132.046
Créditos com partes relacionadas	9.188.780	9.188.780	9.243.796	9.243.796
Instrumentos financeiros derivativos	40.154	40.154	7.175	7.175
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	16.824.237	16.824.237	16.450.279	16.450.279
Instrumentos financeiros derivativos	3.724	3.724	13.830	13.830

	CONSOLIDADO			
	30/06/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Contas bancárias	472.624	472.624	546.036	546.036
Equivalentes de caixa	1	1	687.279	687.279
Instrumentos financeiros derivativos	40.154	40.154	7.175	7.175
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	14.759.715	14.759.715	20.350.832	20.350.832
Instrumentos financeiros derivativos	3.724	3.724	13.830	13.830

Notas Explicativas

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 estão resumidos a seguir:

	Derivativos designados para contabilidade de “Hedge”					
	Notional (US\$)	Vencimento (anos)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
			Valor justo		Valor justo	
			Valores a (pagar)/ a receber		Valores a (pagar)/ a receber	
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	
Contratos de “Non Deliverable Forward” USD/R\$ (NDF)	2.798	<1ano	1.177	(218)	1.177	(218)

	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”					
	Notional (US\$)	Vencimento (anos)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
			Valor justo		Valor justo	
			Valores a (pagar)/ a receber		Valores a (pagar)/ a receber	
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	
Contratos de “Non Deliverable Forward” USD/R\$ (NDF)	83.809	<1ano	35.253	(6.437)	35.253	(6.437)

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as operações de proteção cambial, contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco cambial eram principalmente:

Contratos de NDF - “Non Deliverable Forward”

US\$/R\$: Referem-se a operações de compra de Dólar futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas ou despesas operacionais em Dólar.

Em 30 de junho de 2022, foram registrados como resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos, os montantes apresentados abaixo:

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Operações de termo em moedas – resultado financeiro	48.502	(59.027)	48.502	(59.027)
Operações de termo em moedas – resultado operacional	(1.647)	(6.377)	(1.647)	(6.377)
Total	46.855	(65.404)	46.855	(65.404)

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Operações de termo em moedas – resultado financeiro	(115.895)	(23.672)	(115.895)	(23.672)
Operações de termo em moedas – resultado operacional	(3.241)	(1.919)	(3.241)	(1.919)
Total	(119.136)	(25.591)	(119.136)	(25.591)

Notas Explicativas

E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos “*hedges*” cambiais designados para fins de contabilidade de “*hedge*”:

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de “ <i>hedge</i> ” em outros resultados abrangentes		
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2021	(218)	(218)
Amortização dos “ <i>hedges</i> ” ao resultado	1.395	1.395
Saldo em 30/06/2022	1.177	1.177

Análise de sensibilidade de risco cambial

De acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7, na data de encerramento do período findo em 30 de junho de 2022, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do período.

No cenário provável foram utilizadas as taxas de câmbio de fechamento de junho de 2022. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Descrição	Taxa	
	30/06/2022	Desvalorização
<i>Cenário Provável</i>		
Dólar	5,2380	0%
Euro	5,2561	0%
<i>Cenário Possível</i>		
Dólar	6,5475	25%
Euro	6,5701	25%
<i>Cenário Remoto</i>		
Dólar	7,8570	50%
Euro	7,8842	50%

Os efeitos de exposição cambial nos saldos das dívidas denominadas em moeda estrangeira com terceiros, considerando derivativos e caixa “*offshore*”, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir (exclui saldos com empresas do grupo):

		30/06/2022					
		CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
Descrição	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	19.969.376	24.961.720	29.954.064	20.782.938	25.978.673	31.174.407
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(34.789)	149.271	262.114	(34.789)	149.271	262.114
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(54.380)	(67.975)	(81.569)	(164.337)	(205.422)	(246.506)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	224.231	280.289	336.347	3.278.833	4.098.541	4.918.249
Caixa em Euro	Queda do Euro	(49.729)	(62.161)	(74.594)	(291.567)	(364.459)	(437.351)
Ajuste a Valor Justo	Queda do Dólar/Euro	(6.253.814)	(7.817.268)	(9.380.721)	(9.291.957)	(11.614.946)	(13.937.935)
Total Ativo/Passivo atrelado ao câmbio		13.800.895	17.443.876	21.015.641	14.279.121	18.041.658	21.732.978
Total (ganho) perda			3.642.981	7.214.746		3.762.537	7.453.857

Notas Explicativas

(b) Risco de taxa de juros

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos exclusivamente pela Companhia e suas controladas, e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha. A maior parte da carteira dos fundos exclusivos é composta de Operações Compromissadas com remuneração atrelada à taxa SELIC.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

Passivos financeiros

Em 30 de junho de 2022, a Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base no CDI e na Taxa Referencial, para as dívidas expressas em Reais. A Companhia não possui empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes expressas em moeda estrangeira.

Em 30 de junho de 2022, aproximadamente 30,3% (31/12/2021 – 31,6%) da dívida consolidada contratada, estava sujeita a taxas flutuantes. A exposição mais relevante à taxa de juros para o endividamento da Companhia e de suas controladas é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros.

Esses ativos e passivos estão assim representados no balanço:

	CONTROLADORA			
	30/06/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	4.090.422	4.090.422	571.977	571.977
Aplicações financeiras	205.260	205.260	187.919	187.919
Créditos com partes relacionadas	84.057	84.057	2.582.937	2.582.937
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	6.403.426	6.403.426	8.976.796	8.976.796

	CONSOLIDADO			
	30/06/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	4.182.034	4.182.034	1.532.849	1.532.849
Aplicações financeiras	205.260	205.260	197.989	197.989
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	6.403.426	6.403.426	12.605.425	12.605.425

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado ao CDI. O risco está associado à elevação desta taxa. Cabe ressaltar que, com a conclusão da venda da UPI Ativos Móveis no dia 20 de abril de 2022, as dívidas indexadas à TJLP

Notas Explicativas

foram integralmente pré-pagas, não representando, portanto, risco de taxa de juros para a Companhia a partir desta data. Quanto ao CDI, este indexador vem apresentando sucessivas altas desde março de 2021, após um longo período de estabilidade em 1,90% a.a. Depois de sete aumentos sucessivos, o CDI encerrou o ano de 2021 em 9,15% a.a. Posteriormente, de janeiro a março de 2022, a taxa foi elevada para 11,65% a.a., em maio, o CDI encontrava-se em 12,65% a.a. e antes do encerramento deste trimestre, a taxa elevou-se mais uma vez, para 13,15% a.a.

De acordo com o CPC40 (R1) / IFRS 7, na data de encerramento do período findo em 30 de junho de 2022, a Administração estimou cenários de variação na taxa CDI Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do período.

As taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

30/06/2022		
Cenários de taxas de juros		
Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	CDI	CDI
13,15%	16,44%	19,73%

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos de dívidas com terceiros em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor justo desses passivos.

Os efeitos de exposição à taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir:

Descrição	Risco individual	30/06/2022					
		CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
		Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em CDI	Alta do CDI	7.358.419	9.251.207	11.160.501	7.358.419	9.251.207	11.160.501
Total Ativo/ Passivo atrelado a taxa de juros		7.358.419	9.251.207	11.160.501	7.358.419	9.251.207	11.160.501
Total (ganho) perda			1.892.788	3.802.082		1.892.788	3.802.082

3.2.2. Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. As perdas esperadas em contas a receber de clientes estão adequadamente protegidas por provisão para fazer face à eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes. Em 30 de junho de 2022, aproximadamente 92,06% das aplicações financeiras consolidadas estavam em contrapartes de “rating” AAA, AA, A e de risco soberano.

Notas Explicativas

3.2.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. Após a conclusão da venda da UPI Ativos Móveis e UPI InfraCO, a Administração utiliza seus recursos, principalmente, com foco na Fibra e em soluções digitais, priorizando a qualidade da base entrante, aliada a um volume saudável de crescimento visando a rentabilidade do produto.

A Administração da Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e custear gastos de capital para modernização e ampliação da rede.

Conforme já detalhado na Nota 1, em 20 de abril de 2022, foi concluída a venda da UPI Ativos Móveis com pré-pagamento das seguintes dívidas: (i) BNDES, no valor de R\$ 4.640 milhões; Debentures e 2ª emissão no valor de R\$ 2.356 milhões e “Bond” sênior 2026 com adesão de 98,71% do total do principal em circulação, o que representa cerca de US\$ 869 milhões de principal (R\$ 4.109 milhões). Tais pré-pagamentos dão início da redução da alavancagem da Companhia, em linha com o que consta no Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial, transformando sua estrutura de capital e perseguindo a sustentabilidade financeira da Nova Oi.

Somado a isso, em 9 de junho de 2022, ocorreu o fechamento da operação de alienação parcial da UPI InfraCo para a Globenet, com a interveniência da BrT Multimídia, BTG Pactual e outros fundos na qualidade de investidores. Com a conclusão da operação, ocorreu na mesma data a quitação integral de todos os compromissos das debêntures conversíveis em ações preferenciais para colocação privada, da 1ª emissão da BrT Multimídia, no valor total atualizado de R\$ 3.526 milhões, em linha com o disposto na Escritura de Emissão das Debêntures.

Gestão de capital

A Companhia administra sua estrutura de capital de acordo com melhores práticas de mercado.

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

Os indicadores utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Bruta sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações) e, índice de cobertura de juros, conforme abaixo:

Dívida Bruta/EBITDA..... entre 2x e 4,0x
Índice de cobertura de juros (*)..... maior que 1,75

(*) Mede a capacidade da Companhia em cobrir suas obrigações futuras de juros.

Notas Explicativas

3.2.4. Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

Ao final de 30 de junho de 2022 não havia risco de vencimento antecipado das dívidas da Companhia. Em linha com o estabelecido no Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial, com a alienação da UPI Ativos Móveis e o pré-pagamento do BNDES em abril de 2022, não há contratos de dívidas com "covenants" financeiros, conforme informado na Nota 19, na seção "Covenants".

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021 Reapresentado
Receita bruta de vendas e/ou serviços	3.476.514	2.128.754	3.588.153	3.705.230
Deduções da receita bruta	(984.241)	(420.039)	(1.008.633)	(1.078.237)
Tributos	(652.286)	(414.606)	(663.136)	(732.169)
Outras deduções	(331.955)	(5.433)	(345.497)	(346.068)
Receitas de vendas e/ou serviços	2.492.273	1.708.715	2.579.520	2.626.993

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021 Reapresentado
Receita bruta de vendas e/ou serviços	6.569.566	3.270.387	7.108.341	7.426.935
Deduções da receita bruta	(1.806.059)	(631.401)	(2.041.878)	(2.162.817)
Tributos	(1.240.620)	(624.052)	(1.341.230)	(1.460.879)
Outras deduções	(565.439)	(7.349)	(700.648)	(701.938)
Receitas de vendas e/ou serviços	4.763.507	2.638.986	5.066.463	5.264.118

Notas Explicativas

5. RESULTADOS POR NATUREZA

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	30/06/2021 Reapresentado	30/06/2022	30/06/2021 Reapresentado
Receitas de vendas e/ou serviços	2.492.273	1.708.715	2.579.520	2.626.993
Receitas (despesas) operacionais:				
Interconexão	(43.726)	(45.594)	(44.928)	(40.107)
Pessoal	(252.304)	(201.689)	(449.866)	(440.571)
Serviços de terceiros	(1.047.746)	(420.179)	(897.922)	(1.042.751)
Serviço de manutenção da rede	(202.472)	(276.583)	(102.754)	(117.069)
Custo de aparelhos e outros			(10.724)	(259)
Publicidade e propaganda	(92.998)	(10.244)	(93.103)	(125.879)
Aluguéis e seguros	(882.087)	(310.630)	(455.411)	(383.327)
(Provisões) / Reversões	23.651	25.072	(9.623)	(30.840)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(48.267)	(39)	(48.418)	(31.361)
Tributos e outras receitas (despesas)	(346.713)	1.196.483	159.402	59.595
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(193.150)	(11.870)	(201.399)	(13.356)
Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização	(3.085.812)	(55.273)	(2.154.746)	(2.165.925)
Depreciação e amortização	(951.456)	(675.887)	(1.036.173)	(1.005.254)
Total das despesas operacionais	(4.037.268)	(731.160)	(3.190.919)	(3.171.179)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos	(1.544.995)	977.555	(611.399)	(544.186)
Resultado financeiro:				
Receitas financeiras	629.835	791.209	360.487	2.342.277
Despesas financeiras	(2.685.194)	(825.008)	(3.348.830)	(853.202)
Total do resultado financeiro	(2.055.359)	(33.799)	(2.988.343)	1.489.075
Lucro (Prejuízo) antes das tributações	(3.600.354)	943.756	(3.599.742)	944.889
Imposto de renda e contribuição social	(4.610.371)		(4.610.827)	(881)
Lucro (Prejuízo) do período das operações continuadas	(8.210.725)	943.756	(8.210.569)	944.008
Operações descontinuadas				
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos) (Nota 27)	7.889.910	149.872	7.889.910	149.872
Lucro (Prejuízo) do período	(320.815)	1.093.628	(320.659)	1.093.880
Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas controladores	(320.815)	1.093.628	(320.815)	1.093.628
Lucro atribuído aos acionistas não controladores			156	252
Despesas operacionais por função:				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(2.703.382)	(1.474.194)	(2.326.978)	(2.132.038)
Despesas com vendas	(581.233)	(245.206)	(528.370)	(619.185)
Despesas gerais e administrativas	(459.583)	(275.680)	(533.861)	(543.086)
Outras receitas operacionais	349.222	181.027	370.615	575.072
Outras despesas operacionais	(120.479)	(121.709)	(235.146)	(452.910)
Resultado de equivalência patrimonial	(521.813)	1.204.602	62.821	968
Total das despesas operacionais	(4.037.268)	(731.160)	(3.190.919)	(3.171.179)

Notas Explicativas

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	30/06/2021 Reapresentado	30/06/2022	30/06/2021 Reapresentado
Receitas de vendas e/ou serviços	4.763.507	2.638.986	5.066.463	5.264.118
Receitas (despesas) operacionais:				
Interconexão	(90.642)	(57.630)	(74.760)	(73.344)
Pessoal	(414.076)	(311.790)	(852.261)	(914.956)
Serviços de terceiros	(1.859.416)	(689.639)	(1.780.135)	(2.109.793)
Serviço de manutenção da rede	(425.947)	(394.327)	(205.364)	(237.352)
Custo de aparelhos e outros			(15.211)	(3.107)
Publicidade e propaganda	(130.583)	(19.527)	(142.810)	(215.348)
Aluguéis e seguros	(1.602.171)	(486.135)	(778.302)	(757.117)
(Provisões) / Reversões	56.228	24.222	5.443	(78.930)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(92.934)	(2.340)	(93.580)	(79.780)
Tributos e outras receitas (despesas) (i)	866.749	(1.373.829)	106.306	(42.982)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (ii)	(189.231)	106.012	(197.480)	971.182
Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização	(3.882.023)	(3.204.983)	(4.028.154)	(3.541.527)
Depreciação e amortização	(1.824.868)	(1.111.183)	(2.019.075)	(2.029.540)
Total das despesas operacionais	(5.706.891)	(4.316.166)	(6.047.229)	(5.571.067)
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos	(943.384)	(1.677.180)	(980.766)	(306.949)
Resultado financeiro:				
Receitas financeiras	2.694.920	894.668	2.688.629	239.814
Despesas financeiras	(3.452.027)	(1.769.138)	(3.405.254)	(2.478.867)
Total do resultado financeiro	(757.107)	(874.470)	(716.625)	(2.239.053)
Prejuízo antes das tributações	(1.700.491)	(2.551.650)	(1.697.391)	(2.546.002)
Imposto de renda e contribuição social	(4.610.371)		(4.611.330)	(9.406)
Prejuízo do período das operações continuadas	(6.310.862)	(2.551.650)	(6.308.721)	(2.555.408)
Operações descontinuadas				
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos) (Nota 27)	7.772.009	562.043	7.772.009	562.043
Lucro (Prejuízo) do período	1.461.147	(1.989.607)	1.463.288	(1.993.365)
Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas controladores	1.461.147	(1.989.607)	1.461.147	(1.989.607)
Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores			2.141	(3.758)
Despesas operacionais por função:				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(4.943.096)	(2.265.506)	(4.210.935)	(4.261.216)
Despesas com vendas	(1.004.357)	(404.814)	(1.079.061)	(1.243.819)
Despesas gerais e administrativas	(754.877)	(489.837)	(987.981)	(1.119.368)
Outras receitas operacionais	608.046	411.003	608.436	1.824.665
Outras despesas operacionais	(176.923)	(162.592)	(439.583)	(772.494)
Resultado de equivalência patrimonial	564.316	(1.404.420)	61.895	1.165
Total das despesas operacionais	(5.706.891)	(4.316.166)	(6.047.229)	(5.571.067)

- (i) Inclui resultado de equivalência patrimonial.
- (ii) No primeiro semestre de 2021, no consolidado, é representado principalmente por ganho na alienação da UPI Torres no montante de R\$ 1.008.683.

Notas Explicativas

6. RESULTADO FINANCEIRO

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021 Reapresentado
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	240.862	109.923	248.836	84.144
Rendimentos de aplicações financeiras	72.414	5.645	73.364	12.411
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas	302.025	209.952	22.791	
Outras receitas	14.534	1.279	15.496	(2.135)
Total	629.835	326.799	360.487	94.420
Despesas financeiras e outros encargos				
a) Despesas com empréstimos e financiamentos				
Amortização do desconto de dívidas com terceiros	(216.117)	(159.231)	(252.991)	(266.601)
Amortização de desconto de dívidas com partes relacionadas	(154.261)	12.853		
Juros sobre empréstimos com terceiros	(439.698)	(304.327)	(439.698)	(349.759)
Juros sobre debêntures	(219.771)	(41.274)	(219.771)	(166.923)
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas		(7)		
Sub-total:	(1.029.847)	(491.986)	(912.460)	(783.283)
b) Outros encargos				
Juros sobre arrendamentos	(91.121)	(76.784)	(91.818)	(87.017)
Ganho (Perda) na alienação / cambial na conversão de investimentos no exterior	18.697	(35.179)	6.682	(10.487)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(97.320)	(14.008)	(98.749)	(20.447)
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	104.320	181.591	105.484	522.482
Atualização monetária de (provisões)/reversões	(273.046)	(6.073)	(281.376)	(55.890)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(3.586)	(921)	(3.615)	(1.325)
Operações com instrumentos financeiros derivativos	48.502	(59.027)	48.502	(59.027)
Outras despesas	(76.282)	(322.621)	(76.403)	(358.208)
Sub-total:	(369.836)	(333.022)	(391.293)	(69.919)
Total	(1.399.683)	(825.008)	(1.303.753)	(853.202)
Variações cambiais, líquidas	(1.285.511)	464.410	(2.045.077)	2.247.857
Resultado financeiro	(2.055.359)	(33.799)	(2.988.343)	1.489.075

Notas Explicativas

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021 Reapresentado
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	315.640	159.411	337.638	209.404
Rendimentos de aplicações financeiras	97.651	12.837	105.016	25.808
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas	588.170	430.055	22.791	
Outras receitas	15.813	9.018	16.253	4.602
Total	1.017.274	611.321	481.698	239.814
Despesas financeiras e outros encargos				
a) Despesas com empréstimos e financiamentos				
Amortização do desconto de dívidas com terceiros	(435.297)	(307.120)	(512.026)	(545.064)
Amortização de desconto de dívidas com partes relacionadas	(302.529)	(269.938)		
Juros sobre empréstimos com terceiros	(925.618)	(626.193)	(987.279)	(767.406)
Juros sobre debêntures	(434.379)	(59.293)	(479.241)	(326.048)
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas	(10)	(7)		
Sub-total:	(2.097.833)	(1.262.551)	(1.978.546)	(1.638.518)
b) Outros encargos				
Juros sobre arrendamentos	(176.398)	(96.963)	(148.141)	(168.100)
Ganho (Perda) na alienação / cambial na conversão de investimentos no exterior	(27.138)	3.519	(31.153)	15.541
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(149.726)	(30.757)	(173.216)	(55.425)
Juros e variações monetárias sobre outros passivos (i)	(463.111)	37.572	(492.689)	39.447
Atualização monetária de (provisões)/reversões	(277.964)	(34.926)	(318.209)	(151.518)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(6.632)	(1.377)	(6.816)	(2.309)
Operações com instrumentos financeiros derivativos	(115.895)	(23.672)	(115.895)	(23.672)
Outras despesas (ii)	(137.330)	(359.983)	(140.589)	(455.572)
Sub-total:	(1.354.194)	(506.587)	(1.426.708)	(801.608)
Total	(3.452.027)	(1.769.138)	(3.405.254)	(2.440.126)
Variações cambiais, líquidas	1.677.646	283.347	2.206.931	(38.741)
Resultado financeiro	(757.107)	(874.470)	(716.625)	(2.239.053)

- (i) São considerados nessa rubrica os juros relativos ao ajuste a valor presente associados aos passivos de contratos onerosos em moeda estrangeira e fornecedores sujeitos ao PRJ e respectivas variações monetárias.
- (ii) Representado, principalmente, por taxas e comissões bancárias e financeiras.

Notas Explicativas

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	(61.851)		(62.307)	(881)
Tributos diferidos (Nota 10)	(4.548.520)		(4.548.520)	
Total	(4.610.371)		(4.610.827)	(881)

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	30/06/2021 Reapresentado	30/06/2022	30/06/2021 Reapresentado
Lucro (Prejuízo) antes das tributações	(3.600.354)	943.756	(3.599.742)	944.889
IRPJ E CSLL				
IRPJ+CSLL sobre o resultado tributado	1.224.120	(320.877)	1.223.912	(321.262)
Equivalência patrimonial	(177.416)	409.565	21.359	329
Incentivos fiscais			20	35
Exclusões (adições) permanentes	(3.216.354)	(2.003.483)	(4.425.204)	(7.243.263)
Reversão (Provisão) ao valor de realização de créditos fiscais diferidos	(2.440.721)	1.914.795	(1.137.519)	7.314.305
Efeito tributário de ativo fiscal diferido de controladas no exterior			(293.395)	248.975
Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado	(4.610.371)		(4.610.827)	(881)

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	(61.851)		(62.810)	(9.406)
Tributos diferidos (Nota 10)	(4.548.520)		(4.548.520)	
Total	(4.610.371)		(4.611.330)	(9.406)

Notas Explicativas

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	30/06/2021 Reapresentado	30/06/2022	30/06/2021 Reapresentado
Prejuízo antes das tributações	(1.700.491)	(2.551.650)	(1.697.391)	(2.546.002)
IRPJ E CSLL				
IRPJ+CSLL sobre o resultado tributado	578.167	867.561	577.113	865.641
Equivalência patrimonial	191.867	(477.503)	21.044	396
Incentivos fiscais			45	81
Exclusões (adições) permanentes (i)	(4.187.971)	(1.513.829)	(5.971.246)	(6.913.172)
Reversão (Provisão) ao valor de realização de créditos fiscais diferidos	(1.192.434)	1.123.771	743.491	6.052.602
Efeito tributário de ativo fiscal diferido de controladas no exterior (ii)			18.223	(14.954)
Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado	(4.610.371)		(4.611.330)	(9.406)

- (i) Os efeitos tributários de adições permanentes estão representados, principalmente, pelos efeitos de variação cambial sobre ajustes a valor justo dos passivos reestruturados incluídos no PRJ.
- (ii) Efeitos tributários de ativos fiscais diferidos não constituídos de controladas no exterior que não apresentam históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis.

8. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos períodos findos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são mensurados pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Contas bancárias	270.299	197.605	643.931	697.123
Equivalentes de caixa	4.090.422	571.977	4.182.035	2.220.128
Total	4.360.721	769.582	4.825.966	2.917.251

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Operações compromissadas (i)	2.655.742	355.093	2.745.239	1.204.694
CDB – Certificado de Depósito Bancário	1.388.127	185.008	1.390.155	234.607
Títulos privados (ii)	42.422	28.945	42.493	89.523
“Time Deposits”				687.279
Outros	4.131	2.931	4.148	4.025
Equivalentes de caixa	4.090.422	571.977	4.182.035	2.220.128

(b) Aplicações financeiras de curto e longo prazos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Títulos privados (iii)	186.058	171.053	186.058	177.863
Títulos públicos	19.202	16.866	19.202	20.126
Total	205.260	187.919	205.260	197.989
Circulante	195.520	185.307	195.520	188.566
Não circulante	9.740	2.612	9.740	9.423

Notas Explicativas

- (i) Representado, principalmente, por fundos de investimento exclusivos, sendo a maior parte da carteira composta de Títulos Públicos com remuneração atrelada à taxa SELIC. O portfólio encontra-se alocado, preferencialmente, em instrumentos no mercado à vista, possuindo liquidez imediata para todos os investimentos.
- (ii) Representados, principalmente, por letras financeiras de bancos privados com remuneração atrelada à taxa CDI e de liquidez imediata.
- (iii) Representados, principalmente, pelos investimentos com rentabilidade atrelada às taxas SELIC e CDB.

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como “benchmark” o CDI no Brasil, a LIBOR para a parcela denominada em Dólares e a EURIBOR para a parcela denominada em Euros.

9. CONTAS A RECEBER

	CONTROLADORA ¹		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Serviços faturados	5.633.596	3.690.948	4.797.874	4.497.565
Serviços a faturar	827.392	449.889	984.740	708.453
Subtotal	6.460.988	4.140.837	5.782.614	5.206.018
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(953.573)	(790.553)	(994.552)	(941.064)
Total	5.507.415	3.350.284	4.788.062	4.264.954

¹ Estes montantes incluem saldos com partes relacionadas conforme Nota 26 e incluem saldos incorporados da Telemar.

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
A vencer	5.138.976	3.403.538	4.460.602	4.057.307
Vencidas até 60 dias	471.239	186.816	471.239	359.639
Vencidas de 61 a 90 dias	104.622	30.842	104.622	78.554
Vencidas de 91 a 120 dias	108.717	28.734	108.717	70.480
Vencidas de 121 a 150 dias	106.063	25.073	106.063	74.375
Vencidas acima de 150 dias	531.371	465.834	531.371	565.663
Total	6.460.988	4.140.837	5.782.614	5.206.018

As movimentações nas perdas esperadas em contas a receber de clientes são as seguintes:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2021	(790.553)	(941.064)
Incorporação Oi Móvel (Nota 1)	(104.318)	
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(86.173)	(86.819)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	27.471	33.331
Saldo em 30/06/2022	(953.573)	(994.552)

Notas Explicativas

10. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Tributos correntes a recuperar				
IR a recuperar (i)	110.795	82.056	128.153	150.009
CS a recuperar (i)	26.280	4.820	43.363	41.792
IRRF/CS – Impostos retidos na fonte (ii)	106.194	51.560	134.251	105.234
Total circulante	243.269	138.436	305.767	297.035
Tributos diferidos a recuperar				
IR e CS sobre diferenças temporárias ¹	1.117.150	5.665.670	1.209.775	5.758.295
Total não circulante	1.117.150	5.665.670	1.209.775	5.758.295

¹ Vide quadro de movimentação abaixo.

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Tributos correntes a recolher				
IR a pagar	666		9.669	13.452
CS a pagar	240		378	1.324
Total circulante	906		10.047	14.776

- (i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais.
- (ii) Créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, derivativos, mútuo, órgãos públicos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos exercícios e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

Notas Explicativas

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTROLADORA			
	Saldo em 31/12/2021	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Incorporação Oi Móvel (Nota 1)	Saldo em 30/06/2022
Tributos diferidos ativos com relação a:				
Diferenças temporárias				
Provisões	931.997	(8.197)	289.336	1.213.136
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	29.393	5.907	14.093	49.393
Provisões para fundos de pensão	(205.109)	126	(225)	(205.208)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	440.676	9.823	101.891	552.390
Participação nos lucros	2.324	(3.804)	28.527	27.047
Variações cambiais	5.046.079	(1.656.368)	1.363.650	4.753.361
Ágio incorporado (i)	839.854	(139.830)		700.024
Obrigação onerosa	1.888.325	(153.792)	1.027.100	2.761.633
Arrendamentos	63.629	7.231	232.863	303.723
ORA – MTM Derivativos	74	(474)		(400)
Alienação de investimentos		617.403		617.403
Outras adições e exclusões temporárias	720.989	34.311	468.662	1.223.962
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	9.758.231	(1.287.664)	3.525.897	11.996.464
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL (iii)	6.139.108	(2.084.631)		4.054.477
Total de tributos diferidos ativos	15.897.339	(3.372.295)	3.525.897	16.050.941
Tributos diferidos passivos				
Diferenças temporárias e IR e CS sobre mais valia (ii)	(1.773.513)	16.209		(1.757.304)
Provisão ao valor de recuperação (iii)	(8.458.156)	(1.192.434)	(3.525.897)	(13.176.487)
Total de tributos diferidos – Ativo (Passivo)	5.665.670	(4.548.520)		1.117.150

	CONSOLIDADO		
	Saldo em 31/12/2021	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Saldo em 30/06/2022
Tributos diferidos ativos com relação a:			
Diferenças temporárias			
Provisões	1.256.681	(18.084)	1.238.597
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	44.057	5.336	49.393
Provisões para fundos de pensão	(205.534)	326	(205.208)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	545.020	7.370	552.390
Participação nos lucros	36.709	(7.253)	29.456
Variações cambiais	4.050.994	(880.177)	3.170.817
Ágio incorporado (i)	839.854	(139.830)	700.024
Obrigação onerosa	2.961.207	(199.574)	2.761.633
Arrendamentos	291.914	11.809	303.723
ORA – MTM Derivativos	74	(474)	(400)
Alienação de investimentos		617.403	617.403
Outras adições e exclusões temporárias	1.203.171	21.367	1.224.538
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	11.024.147	(581.781)	10.442.366
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL (iii)	12.606.015	(4.864.526)	7.741.489
Total de tributos diferidos ativos	23.630.162	(5.446.307)	18.183.855
Tributos diferidos passivos			
Diferenças temporárias e IR e CS sobre mais valia (ii)	(1.913.016)	154.296	(1.758.720)
Provisão ao valor de recuperação (iii)	(15.958.851)	743.491	(15.215.360)
Total de tributos diferidos – Ativo (Passivo)	5.758.295	(4.548.520)	1.209.775

Notas Explicativas

- (i) Referem-se a: (i) créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sob a forma de benefício fiscal originado dos ágios pagos na aquisição da Companhia registrados pelas empresas incorporadas no decorrer do ano de 2009. A realização do crédito fiscal decorre da amortização do saldo de ágio fundamentado na licença de STFC e na mais valia do imobilizado, com aproveitamento fiscal previsto até 2025 e (ii) a créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos originados dos ágios pagos na aquisição de participações da Companhia nos anos de 2008 e 2011 registrados pelas empresas incorporadas na Telemar Participações S.A. (“TmarPart”) e esta pela Companhia em 1 de setembro de 2015, a fundamentação destes ágios está pautada na rentabilidade futura da Companhia e sua amortização está prevista até 2025.
- (ii) Refere-se, substancialmente, aos efeitos tributários sobre a mais valia de ativos imobilizado e intangível, incorporados da TmarPart.
- (iii) A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável de ativo fiscal diferido, caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseado em demonstrativo de expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, e no confronto da estimativa das parcelas anuais de realização das diferenças temporárias ativas e passivas. Com a publicação da Lei 14.112, em dezembro de 2020, foi alterada a regra de compensação dos Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social para os ganhos decorrentes de ganho de capital resultante da alienação judicial de bens ou direitos e para os ganhos decorrentes com a redução da dívida. Nestas duas situações não se aplica o limite de 30% sobre o lucro tributável para compensação do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, passando a ser permitida a compensação de até 100% destes ganhos do total do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social limitada ao valor total destes. Nesse contexto, a Companhia revisou a expectativa de recuperação dos tributos diferidos sobre os ganhos a serem obtidos com a renegociação de dívidas no âmbito da recuperação judicial. A provisão para redução ao valor recuperável é revertida na medida em que se torne provável que o lucro tributável esteja disponível.

O estoque de prejuízos fiscais no Brasil e de controladas no exterior é de aproximadamente R\$ 15.211.793 e R\$ 10.277.920, e correspondem a R\$ 5.172.009 e R\$ 2.569.480 de tributos diferidos ativos, respectivamente, que não expiram e que poderão ser compensados no futuro.

Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos indêbitos tributários

Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) no julgamento de mérito RE nº 1.063.187, que fixou a tese do Tema nº 962, decidiu, por unanimidade, pela inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relativos à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário, tendo sido o último recurso da PGFN julgado no dia 30 de abril de 2022, oportunidade em que o STF modulou os efeitos da decisão estabelecendo que ela produza a partir de 30 de setembro de 2021 (data da publicação da ata de julgamento do mérito), ficando ressalvados: (i) as ações ajuizadas até 17 de setembro de 2021 (data do início do julgamento do mérito) e (ii) os fatos geradores anteriores à 30 de setembro de 2021 em relação aos quais não tenha havido o pagamento do IRPJ ou da CSLL a que se refere a tese de repercussão geral.

A Companhia e sua então controlada Oi Móvel propuseram, em 12 de julho de 2019, ações judiciais para questionar a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores correspondentes à taxa SELIC acrescida (i) aos montantes relativos ao recolhimento indevido ou a maior de tributos que tenham sido recuperados por meio de ação de repetição de indébito ou compensação administrativa; e (ii) aos

Notas Explicativas

depósitos judiciais levantados pelas empresas; pleiteando-se, ainda, a declaração do direito à compensação dos valores indevidamente recolhidos a tal título desde 12 de julho de 2014.

A ação movida pela Oi, foi julgada procedente para afastar a incidência de IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão da repetição de indébito tributário administrativo e/ou judicial, bem como declarar o direito à compensação administrativa dos pagamentos indevidos desde os 5 anos anteriores ao ajuizamento da ação (julho/2014), porém deixou de enfrentar o pedido de não incidência do IRPJ/CSLL sobre a Selic decorrente do levantamento dos depósitos judiciais. Assim, considerando que a decisão proferida na referida ação transitou em julgado em 9 de maio de 2022, a Companhia promoverá a habilitação do crédito para compensação administrativa, cujo montante está estimado em R\$ 15 milhões, além de registrar o saldo de R\$ 399 milhões de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulado adicional em seus livros fiscais.

11. OUTROS TRIBUTOS

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
ICMS a recuperar (i)	450.007	427.096	472.931	607.065
PIS e COFINS (ii)	474.678	483.615	477.386	958.160
Outros	40.234	38.508	46.158	43.257
Total	964.919	949.219	996.475	1.608.482
Circulante	428.545	679.337	458.687	897.338
Não circulante	536.374	269.882	537.788	711.144

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
ICMS	321.089	155.852	320.090	331.320
ICMS Convênio nº 69/1998	137.410	65.146	138.703	139.110
PIS e COFINS (iii)	105.346	68.520	116.418	145.443
FUST/FUNTEL/Radiodifusão (iv)	688.608	574.926	719.810	675.550
Fistel (v)	1.377.386	2.883	1.377.861	974.374
Outros (vi)	175.108	64.170	212.527	202.727
Total	2.804.947	931.497	2.885.409	2.468.524
Circulante	782.356	285.756	829.408	1.538.180
Não circulante	2.022.591	645.741	2.056.001	930.344

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

(ii) A Companhia e suas controladas mantinham ações judiciais em que reivindicam o direito à exclusão dos valores relativos ao ICMS das bases de cálculo da contribuição do PIS e da COFINS, bem como a recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, observado o prazo prescricional.

Em 2019, transitaram em julgado nos Tribunais Regionais Federais das 1ª e 2ª Regiões (Brasília e Rio de Janeiro) decisões favoráveis proferidas nos três principais processos da Companhia relativos à discussão sobre a não incidência do PIS e da COFINS sobre o ICMS.

Notas Explicativas

Referidos créditos foram habilitados para compensação pela Secretaria da Receita Federal entre maio e outubro de 2019, de modo que a Companhia vem utilizando-o para quitar tributos federais vincendos desde junho de 2019. O montante total apurado do crédito foi de aproximadamente R\$ 3 bilhões, somados os três processos.

(iii) Representado, principalmente, pela tributação do Programa de Integração Social e Contribuição para Seguridade Social sobre faturamento, receita financeira e outras receitas.

(iv) A Companhia e a Oi Móvel ajuizaram ações para discutir o correto cálculo da Contribuição destinada ao FUST e realizaram ao longo das ações depósitos judiciais a fim de suspender a exigibilidade da cobrança. Como tais discussões ainda serão apreciadas pelos tribunais superiores, eventual transformação em pagamento definitivo dos valores depositados não deverá ocorrer dentro de 2 (dois) anos.

(v) A Companhia em conjunto com outras empresas do setor, ajuizaram ação objetivando afastar a obrigatoriedade ao recolhimento das Taxas de Fiscalização de Instalação (TFI) e de Funcionamento (TFF). Foi proferida sentença que indeferiu os pedidos, ocasionando a interposição de recurso. Com relação a TFF relativa ao ano de 2020 e a pendência de julgamento do mencionado recurso, foi formulado pedido de antecipação de tutela recursal, deferido em 18 de março de 2020, para suspender a exigibilidade da TFF referente ao ano de 2020, pedido esse renovado para o exercício de 2021 ou até o final da ação, e deferido por decisão proferida em março de 2021, para manter a suspensão da exigibilidade até o julgamento do recurso. Atualmente, o processo aguarda julgamento do mencionado recurso de apelação e do agravo interno interposto pela ANATEL em face ao deferimento das tutelas recursais.

(vi) Representado, principalmente, por atualização monetária sobre exigibilidade suspensa, além de imposto retido sobre operações de mútuo e JSCP.

12. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou determinação judicial, ou ainda, por decisão da Companhia pela apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível ou remota. A Companhia reconhece no ativo circulante o valor que se esperada ser resgatado de depósitos judiciais ou valor que se espera ser compensado de depósitos judiciais contra provisões nos próximos doze meses.

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Cíveis	2.248.449	2.274.259	2.250.064	2.461.938
Tributárias	1.944.509	1.848.773	1.946.501	1.926.137
Trabalhistas	738.867	673.637	935.260	895.767
Subtotal:	4.931.825	4.796.669	5.131.825	5.283.842
Perda estimada	(78.702)	(47.927)	(83.365)	(63.472)
Total	4.853.123	4.748.742	5.048.460	5.220.370
Circulante	633.987	933.644	798.744	1.181.457
Não circulante	4.219.136	3.815.098	4.249.716	4.038.913

Notas Explicativas

13. DESPESAS ANTECIPADAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Custos incorridos no cumprimento de contratos (IFRS 15) (i)	1.621.119	337.886	1.145.074	723.967
Fistel	1.667		1.667	
Publicidade e propaganda	2.862	6.699	2.862	8.792
Seguros	45.700	31.573	45.742	38.307
Fiança bancária	43.087	30.695	43.087	34.760
Outras	94.874	279.766	129.362	114.675
Total	1.809.309	686.619	1.367.794	920.501
Circulante	959.011	548.157	706.427	577.803
Não circulante	850.298	138.462	661.367	342.698

(i) Representado por custos incrementais para obtenção de contrato com cliente (custos de cumprimento de contrato), substancialmente, comissões sobre vendas e taxas de habilitação de clientes de Fibra (FTTH - “Fiber To The Home”), cujo diferimento ao resultado é efetuado de acordo com o prazo médio de permanência do cliente na base da Companhia. As movimentações ocorridas no exercício são as seguintes:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2021	337.886	723.967
Incorporação Oi Móvel (Nota 1)	1.241.696	
Custos incorridos	446.954	826.524
Apropriação ao resultado	(405.417)	(405.417)
Saldo em 30/06/2022	1.621.119	1.145.074

14. DEMAIS ATIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Valores a receber (i)	1.401.744	323.446	1.143.206	124.156
Adiantamentos e valores a recuperar de fornecedores (*)	814.208	395.449	367.844	316.935
Valores a receber com venda de imobilizado	241.921	223.019	241.921	223.019
Créditos a receber (ii)	92.998	204.316	92.998	204.440
Valores a receber de alienação de investimento (iii)	88.144	46.302	88.144	85.319
Adiantamentos a empregados	28.692	29.188	47.302	53.259
Outros	136.709	113.057	147.796	143.743
Total	2.804.416	1.334.777	2.129.211	1.150.871
Circulante	2.302.243	875.092	1.753.424	736.670
Não circulante	502.173	459.685	375.787	414.201

(*) Representados na controladora, substancialmente, por transações com partes relacionadas.

- (i) Representado principalmente por: (i) R\$ 461 milhões a receber da Globenet Cabos Submarinos S.A. relativos a Parcela Secundária, do fechamento da alienação da UPI InfraCo (Nota 1); e (ii) R\$ 270 milhões a receber das empresas que compõem as UPI Ativos Móveis decorrentes de obrigação de pagamento proporcional da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (“TFF”) do exercício de 2022, atualmente com exigibilidade suspensa (Nota 11).
- (ii) Os créditos a receber da Fundação Sistel são decorrentes da participação da Companhia na distribuição do Superávit do plano PBS-A, devidamente aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Em 30 de junho de 2022, a Companhia possuía 5 (cinco) parcelas a receber corrigidas pela rentabilidade do Plano.

Notas Explicativas

- (iii) Valores a receber oriundos da alienação da UPI Data Center, que serão liquidados até março de 2026.

15. INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Investimentos em controladas e coligadas	8.079.466	6.209.496	8.215.368	
Negócios em conjunto	19.160	22.139	19.160	22.139
Outros investimentos			16.747	4.933
Total	8.098.626	6.231.635	8.251.275	27.072

Resumo das movimentações dos saldos de investimento

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2021	6.231.635	27.072
Equivalência patrimonial (i)	(89.810)	45.635
Incorporação Oi Móvel	7.578.477	
Aumento de capital (ii)	4.889.909	
Redução de participação em investimentos (Nota 27) (iii)	(6.556.057)	
Investimento em coligada (iv)		8.300.971
Reclassificação de/para ativos mantidos para venda (v)	(3.820.228)	
Outros	(135.300)	(122.403)
Saldo em 30/06/2022	8.098.626	8.251.275

(i) Composição apresentada abaixo.

(ii) Aumento de capital na subsidiária BrT Multimídia pela Oi, anteriormente da alienação parcial da UPI InfraCo, através de aporte de R\$ 4.886 milhões e R\$ 3,5 milhões em contribuição de ativos associados as operações de fibra.

(iii) A redução na participação na subsidiária BrT Multimídia decorreu dos eventos societários de contribuição das parcelas Primária, Secundária, Primária Adicional I e Incorporação do Investidor (Nota 1). Em decorrência da implementação das referidas etapas, ocorridas no mês de junho de 2022, a Companhia passou a deter um investimento em coligada.

(iv) Participação de 42,02% do capital social votante e total da BrT Multimídia em 30 de junho de 2022.

(v) Reclassificações de ativos mantidos para venda associados a UPI Ativos Móveis e UPI InfraCo, alienados em abril e junho de 2022, respectivamente (Nota 27).

Notas Explicativas

Os principais dados relativos às participações diretas em controladas, ajustados para fins de aplicação da equivalência patrimonial, são os seguintes:

			CONTROLADORA		
			30/06/2022		
			Quantidade em milhares de ações	Participação - %	
Controladas, Coligadas e Negócios em conjunto	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) líquido do período	Ordinárias	Capital total	Capital votante
Oi Holanda	(2.312.389)	54.350		100	100
PTIF	(4.663.650)	9.486	2.201	100	100
Paggo Empreendimentos	(608.480)	(35.713)	222	100	100
Serede	(411.824)	(62.279)	139.502	100	100
PT Participações	368.443	(12.539)	1.000.000	100	100
Oi Móvel		(120.703)			
BrT Multimídia	19.754.811	(806.792)	12.997.591	42,02	42,02
Outros	42.824	(31.265)			

Controladas, Coligadas e Negócios em conjunto	Equivalência patrimonial		Valor do investimento		Provisão para patrimônio líquido negativo	
	30/06/2022	30/06/2021 Reapresentado	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Telemar		(618.123)				
Oi Holanda	54.350	5.031			2.312.389	2.366.739
PTIF	9.486	(44.773)			4.663.650	4.673.136
Serede	(62.176)	(54.835)			411.824	346.470
PT Participações	(12.539)	(2.179)	368.443	404.797		
Oi Móvel	(120.703)	(131.054)				1.077.599
BrT Multimídia	(757.065)		8.300.971	7.412.788		
Paggo Empreendimentos	(26.879)				608.480	
Outros	45.445	(1.220)	(107.636)	28.934	(16.051)	58.127
Resultado não realizado com investidas	(66.421)	4.776	(463.152)	(212.487)		
Equivalência de ativos mantidos para venda	884.922					
Resultado de operações descontinuadas	615.896	(562.043)				
Equivalência de operação continuada no resultado (Nota 5)	564.316	(1.404.420)				
Variação cambial sobre equivalência patrimonial	(24.086)	9.765				
Equivalência patrimonial sobre provisão para patrimônio líquido negativo (i)	154.366	99.971				
Resultado de operações descontinuadas	(615.896)	562.043				
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(215.532)			(1.402.397)		
Outros	47.022	157.821				
Total	(89.810)	(574.820)	8.098.626	6.231.635	7.980.292	8.522.071

- (i) Representado por equivalência patrimonial nas subsidiárias Oi Holanda, PTIF, CVTEL, BrT Call Center e Serede.

Notas Explicativas

Informações financeiras resumidas

Controladas, Coligadas e Negócios em conjunto	30/06/2022		
	Ativos	Passivos	Receitas
Oi Holanda (1)	2.950.019	5.262.408	
PTIF (1)	2.091.615	6.755.265	
Serede	999.695	1.411.519	845.445
PT Participações	549.277	180.834	61.722
BrT Multimídia	32.743.649	12.988.838	1.620.734
Pago Empreendimentos	209.836	818.316	
Outros	244.422	198.624	182.856

(1) Valores ajustados para fins de consolidação e equivalência patrimonial.

Controladas, Coligadas e Negócios em conjunto	31/12/2021		30/06/2021
	Ativos	Passivos	Receitas
Telemar (1)			1.402.121
Oi Holanda (1)	2.959.813	5.326.552	
PTIF (1)	2.147.064	6.820.200	
Serede	1.116.527	1.466.072	974.896
PT Participações	584.799	180.002	113.936
Oi Móvel	26.241.946	27.319.545	5.032.728
BrT Multimídia	18.933.258	8.086.333	1.486.750
Outros	211.945	244.711	426.454

(1) Valores ajustados para fins de consolidação e equivalência patrimonial.

Notas Explicativas

16. IMOBILIZADO

	CONTROLADORA							
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros ⁽¹⁾	Infraestrutura	Prédios	Direito de uso - Arrendamentos	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)								
Saldo em 31/12/2021	894.135	16.825.699	51.864.841	8.837.920	3.619.162	3.216.290	4.085.588	89.343.635
Incorporação Oi Móvel (Nota 1)	307.858	788.146	4.365.790	814.933	28.760	353.739	185.223	6.844.449
Modificações contratuais						(26.566)		(26.566)
Adições	438.999	2	23.982	747		420.027	159.483	1.043.240
Baixas	(1)		(177.361)		(601)	(107.758)	(6.579)	(292.300)
Transferências	(485.939)	26.017	359.913	(4.190)	9.215		94.984	
Transferências de/ para ativos mantidos para venda (i)		(1.919.021)		1.661	3.751		47.169	(1.866.440)
Saldo em 30/06/2022	1.155.052	15.720.843	56.437.165	9.651.071	3.660.287	3.855.732	4.565.868	95.046.018
Depreciação acumulada								
Saldo em 31/12/2021		(16.612.841)	(44.242.906)	(7.180.424)	(3.147.813)	(699.476)	(3.522.685)	(75.406.145)
Incorporação Oi Móvel (Nota 1)		(263.201)	(3.180.459)	(503.561)	(1.418)	(140.792)	(343.302)	(4.432.733)
Despesas de depreciação		(47.343)	(523.568)	(491.134)	(29.429)	(183.060)	(29.904)	(1.304.438)
Baixas			137.088		155	80.474	5.776	223.493
Transferências		8	(410)	12.234	(3.934)		(7.898)	
Transferências de/ para ativos mantidos para venda (i)		1.227.126		(765)	(1.658)		(48.122)	1.176.581
Saldo em 30/06/2022		(15.696.251)	(47.810.255)	(8.163.650)	(3.184.097)	(942.854)	(3.946.135)	(79.743.242)
Imobilizado líquido								
Saldo em 31/12/2021	894.135	212.858	7.621.935	1.657.496	471.349	2.516.814	562.903	13.937.490
Saldo em 30/06/2022	1.155.052	24.592	8.626.910	1.487.421	476.190	2.912.878	619.733	15.302.776
Taxa anual de depreciação (média)		10%	12%	10%	9%	8%	15%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

- (i) Representado, substancialmente, pela transferência da Operação TVCo para Mantidos para venda, originária da incorporação da Oi Móvel pela Companhia, em fevereiro de 2022 (Nota 1), vide Notas 27 (b) e 29 (c).

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO							
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros ⁽¹⁾	Infraestrutura	Prédios	Direito de Uso - Arrendamentos	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)								
Saldo em 31/12/2021	1.482.574	17.265.981	39.483.532	23.978.076	3.824.704	3.870.398	4.881.338	94.786.603
Modificações contratuais						7.785		7.785
Adições	452.761		23.982	33.876	24.430	420.695	162.968	1.118.712
Baixas	(61.578)	(2.091)	(193.775)		(601)	(322.568)	(74.198)	(654.811)
Transferências	(485.939)	26.017	359.913	(4.190)	9.215		94.984	
Saldo em 30/06/2022	1.387.818	17.289.907	39.673.652	24.007.762	3.857.748	3.976.310	5.065.092	95.258.289
Depreciação acumulada								
Saldo em 31/12/2021		(16.971.696)	(34.940.143)	(18.520.301)	(2.547.459)	(965.166)	(4.649.315)	(78.594.080)
Despesas de depreciação		(53.997)	(667.470)	(499.396)	(53.267)	(196.762)	17.509	(1.453.383)
Baixas		1.986	148.100	2.288	3.376	138.990	12.318	307.058
Saldo em 30/06/2022		(17.023.707)	(35.459.513)	(19.017.409)	(2.597.350)	(1.022.938)	(4.619.488)	(79.740.405)
Imobilizado líquido								
Saldo em 31/12/2021	1.482.574	294.285	4.543.389	5.457.775	1.277.245	2.905.232	232.023	16.192.523
Saldo em 30/06/2022	1.387.818	266.200	4.214.139	4.990.353	1.260.398	2.953.372	445.604	15.517.884
Taxa anual de depreciação (média)		10%	12%	10%	9%	8%	15%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

Informações adicionais

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, os bens integrantes do patrimônio das Concessionárias, que sejam indispensáveis à prestação do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado, previstos nos referidos contratos são denominados reversíveis.

Em 30 de junho de 2022, o saldo residual dos bens reversíveis da controladora é de R\$ 5.878.998 (31/12/2021 – R\$ 6.092.717), composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação. No consolidado, o referido saldo era de R\$ 7.985.034 (31/12/2021 - R\$ 8.328.195).

No período findo em 30 de junho de 2022, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento na taxa média de 7% a.a.

Notas Explicativas

Movimentação dos direitos de uso - arrendamentos

	CONTROLADORA					
	Torres	Espaço físico	Veículos	Imóveis	Energia distribuída	Total
Custo do arrendamento (valor bruto)						
Saldo em 31/12/2021	2.712.801	446.342	25.627	17.081	14.439	3.216.290
Incorporação Oi Móvel (Nota 1)	42.403	249.838		50.039	11.459	353.739
Modificações contratuais	(78.491)	23.240	20.538	8.100	47	(26.566)
Adições	288.067	67.991	566	32.428	30.975	420.027
Baixas	(14.810)	(34.114)	(8.336)	(50.498)		(107.758)
Saldo em 30/06/2022	2.949.970	753.297	38.395	57.150	56.920	3.855.732
Depreciação acumulada						
Saldo em 31/12/2021	(511.506)	(149.977)	(20.635)	(15.657)	(1.701)	(699.476)
Incorporação Oi Móvel (Nota 1)	(59.657)	(58.158)		(22.284)	(693)	(140.792)
Despesas de depreciação	(104.044)	(66.292)	(6.622)	(4.536)	(1.566)	(183.060)
Baixas	9.136	26.557	7.751	37.030		80.474
Saldo em 30/06/2022	(666.071)	(247.870)	(19.506)	(5.447)	(3.960)	(942.854)
Direito de uso líquido						
Saldo em 31/12/2021	2.201.295	296.365	4.992	1.424	12.738	2.516.814
Saldo em 30/06/2022	2.283.899	505.427	18.889	51.703	52.960	2.912.878

	CONSOLIDADO						
	Torres	Espaço físico	Lojas	Veículos	Imóveis	Energia distribuída	Total
Custo do arrendamento (valor bruto)							
Saldo em 31/12/2021	2.708.579	760.168	172.622	129.644	73.490	25.895	3.870.398
Modificações contratuais	(78.491)	23.241	1836	52.729	8.470		7.785
Adições	288.045	67.991		1.096	32.541	31.022	420.695
Baixas	31.836	(98.103)	(174.458)	(39.565)	(42.281)	3	(322.568)
Saldo em 30/06/2022	2.949.969	753.297		143.904	72.220	56.920	3.976.310
Depreciação acumulada							
Saldo em 31/12/2021	(522.190)	(223.719)	(95.027)	(79.935)	(41.967)	(2.328)	(965.166)
Despesas de depreciação	(81.686)	(71.196)	(3.566)	(32.357)	(6.324)	(1.633)	(196.762)
Baixas	(62.196)	47.045	98.593	23.005	32.543		138.990
Saldo em 30/06/2022	(666.072)	(247.870)		(89.287)	(15.748)	(3.961)	(1.022.938)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31/12/2021	2.186.389	536.449	77.595	49.709	31.523	23.567	2.905.232
Saldo em 30/06/2022	2.283.897	505.427		54.617	56.472	52.959	2.953.372

Notas Explicativas

17. INTANGÍVEL

	CONTROLADORA				
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)					
Saldo em 31/12/2021		5.314.470	14.478.133	897.343	20.689.946
Incorporação Oi Móvel (Nota 1)	4.021	2.301.082	166.851	10.001	2.481.955
Adições	67.346	610		6.564	74.520
Baixas		(47.502)			(47.502)
Transferências	(69.518)	71.937		(2.419)	
Saldo em 30/06/2022	1.849	7.640.597	14.644.984	911.489	23.198.919
Amortização acumulada					
Saldo em 31/12/2021		(5.254.837)	(11.070.948)	(836.774)	(17.162.559)
Incorporação Oi Móvel (Nota 1)		(1.853.843)	(139.108)	(7.883)	(2.000.834)
Despesas de amortização		(91.582)	(428.821)	(27)	(520.430)
Baixas		25.581			25.581
Transferências		(17.828)		17.828	
Saldo em 30/06/2022		(7.192.509)	(11.638.877)	(826.856)	(19.658.242)
Intangível líquido					
Saldo em 31/12/2021		59.633	3.407.185	60.569	3.527.387
Saldo em 30/06/2022	1.849	448.088	3.006.107	84.633	3.540.677
Taxa anual de amortização (média)		20%	20%	23%	

	CONSOLIDADO				
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)					
Saldo em 31/12/2021	2.216	7.371.662	14.699.429	1.037.974	23.111.281
Adições	68.802	1.796		2.454	73.052
Baixas		(68.525)			(68.525)
Transferências	(69.518)	71.937		(2.419)	
Saldo em 30/06/2022	1.500	7.376.870	14.699.429	1.038.009	23.115.808
Amortização acumulada					
Saldo em 31/12/2021		(6.954.552)	(11.299.794)	(851.550)	(19.105.896)
Despesas de amortização		(113.749)	(448.670)	(6.336)	(568.755)
Baixas		120.497			120.497
Transferências		(17.828)		17.828	
Saldo em 30/06/2022		(6.965.632)	(11.748.464)	(840.058)	(19.554.154)
Intangível líquido					
Saldo em 31/12/2021	2.216	417.110	3.399.635	186.424	4.005.385
Saldo em 30/06/2022	1.500	411.238	2.950.965	197.951	3.561.654
Taxa anual de amortização (média)		20%	20%	23%	

Notas Explicativas

18. FORNECEDORES

	CONTROLADORA ¹		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
ANATEL (*)	7.444.051	5.576.284	7.444.051	5.854.157
Serviços	3.595.221	2.397.377	2.127.665	1.973.827
Materiais de infraestrutura, rede e manutenção da planta	287.539	209.659	1.037.133	1.748.495
Aluguel de postes e direito de passagem	487.125	383.629	487.125	494.778
Outros	687.545	105.189	565.882	356.616
Ajuste a valor presente (**)	(3.888.105)	(2.440.133)	(3.863.522)	(2.619.460)
Total	8.613.376	6.232.005	7.798.334	7.808.413
Circulante	4.498.209	2.688.581	3.681.749	4.029.297
Não circulante	4.115.167	3.543.424	4.116.585	3.779.116
Fornecedores sujeitos à Recuperação Judicial	4.251.656	4.162.625	4.245.899	4.434.299
Fornecedores não sujeitos à Recuperação Judicial	4.361.720	2.069.380	3.552.435	3.374.114
Total	8.613.376	6.232.005	7.798.334	7.808.413

¹ Estes montantes incluem saldos com partes relacionadas conforme Nota 26 e incorporação da controlada Telemar em maio de 2021.

(*) Crédito da Agência Reguladora de acordo com o previsto no Aditamento ao PRJ, cujo montante inscrito em dívida ativa foi objeto de assinatura em maio de 2022 de novo Instrumento de Repactuação e Transação com base nos preceitos da Lei 13.988/2020 combinada com a Lei nº 14.112/2020 (Nota 1).

(**) O cálculo considera os fluxos contratuais previstos no PRJ e Instrumento de Transação firmado com a ANATEL, descontados por taxas que variam entre 14,9% a.a. e 17,07% a.a. considerando as maturidades de cada passivo (ANATEL e outras contas a pagar). O valor de ajuste a valor presente específico da ANATEL em 30 de junho de 2022 é de R\$ 3.425.707 (31/12/2021 – R\$ 2.078.418), na controladora, e R\$ 3.425.707 (31/12/2021 – R\$ 2.162.656), no consolidado.

Cronograma de vencimento dos fornecedores de longo prazo

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2023	39.793	18.743
2024	716.053	695.002
2025	666.390	645.340
2026	634.036	634.036
2027 a 2030	3.128.833	3.128.833
2031 e exercícios seguintes	2.794.162	2.794.405
Ajuste a valor presente (**)	(3.864.100)	(3.799.774)
Total não circulante	4.115.167	4.116.585

Notas Explicativas

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimos e financiamentos por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	Vencimento contratual	
					Principal	Juros
“Senior Notes” moeda estrangeira	9.118.002	9.664.934	9.118.002	14.876.979	Jul/2026	Semestral
Debêntures						
Públicas	7.845.539	7.522.196	7.845.539	7.522.196	Ago/2023 a Fev/2035	Semestral
Privadas				2.199.882	Mai/2023	Mensal
Instituições financeiras						
Moeda nacional						
BNDES		3.232.633		4.586.453	Mar/2024 a Fev/2033	Mensal
Outros	2.262.011	1.989.169	2.262.011	2.170.694	Jul/2022 a Fev/2035	Mensal e Semestral
Moeda estrangeira	9.134.144	9.644.474	9.134.144	9.644.474	Ago/2023 a Fev/2035	Semestral
Financiamento multilateral moeda estrangeira	545.494	561.244	545.494	561.244	Ago/2024 a Fev/2030	Semestral
Oferta Geral						
Moeda nacional	207.941	207.006	207.941	207.035	Fev/2038 a Fev/2042	Parcela Única
Moeda estrangeira	1.395.966	1.506.797	5.264.130	5.894.241	Fev/2038 a Fev/2042	
Mútuo com controladas (Nota 26)	31.122.513	25.201.896				
Subtotal	61.631.610	59.530.349	34.377.261	47.663.198		
Custo de transação incorrido	(10.605)	(11.031)	(10.605)	(115.024)		
Desconto das dívidas (*)	(38.367.317)	(34.086.096)	(13.177.490)	(14.565.056)		
Total	23.253.688	25.433.222	21.189.166	32.983.118		
Circulante	417.171	436.240	417.171	2.900.410		
Não circulante	22.836.517	24.996.982	20.771.995	30.082.708		

(*) O cálculo considera os fluxos contratuais previstos no PRJ, descontados por taxas que variam entre 12,6% a.a. e 16,4% a.a. a depender das respectivas maturidades e moeda de cada instrumento.

Custos de transações por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Instituições financeiras	10.100	10.506	10.100	94.568
Debêntures	505	525	505	20.456
Total	10.605	11.031	10.605	115.024
Circulante	1.621	1.386	1.621	39.550
Não circulante	8.984	9.645	8.984	75.474

Composição da dívida por moeda

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Euro	2.206.193	1.435.361	701.121	735.717
Dólar Norte Americano	14.618.045	15.014.918	14.058.594	19.615.115
Reais	6.429.450	8.982.943	6.429.451	12.632.286
Total	23.253.688	25.433.222	21.189.166	32.983.118

Notas Explicativas

Composição da dívida por indexador

	Indexador/Taxa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Taxa pré-fixada	1,75% a.a. – 13,61% a.a.	13.658.746	14.083.749	13.658.746	21.432.821
CDI	80% CDI	6.359.487	5.705.664	6.359.487	5.781.082
TJLP	2,95% a.a. + TJLP		3.232.139		4.585.465
TR	0% a.a. - 1,484%	43.939	38.992	43.939	38.998
Outros	0% a.a.	3.191.516	2.372.678	1.126.994	1.144.752
Total		23.253.688	25.433.222	21.189.166	32.983.118

Cronograma de vencimento da dívida de longo prazo e cronograma de apropriação do custo de transação

	Dívida de longo prazo		Custo de transação		Desconto das dívidas	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	30/06/2022					
2023	383.695	383.112	882	882	1.543.733	1.051.763
2024	793.656	792.450	1.786	1.786	1.549.660	1.057.690
2025	9.596.890	9.582.307	1.208	1.208	1.475.415	983.444
2026	866.562	850.009	282	282	1.369.574	877.604
2027 e seguintes	49.572.015	22.350.591	4.826	4.826	32.428.935	9.206.989
Total	61.212.818	33.958.469	8.984	8.984	38.367.317	13.177.490

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	31/12/2021	Juros e variação monetária e cambial	Amortização do desconto das dívidas	Pagamento de principal e juros	Pagamento de tributos e outros	Transferências e outros	30/06/2022
Empréstimos e Financiamentos	47.663.198	(1.119.808)		(12.040.435)	(129.902)	4.208	34.377.261
Desconto das dívidas	(14.565.056)	1.391.830	(4.264)				(13.177.490)
Custo de transação	(115.024)					104.419	(10.605)
Total empréstimos e financiamentos	32.983.118	272.022	(4.264)	(12.040.435)	(129.902)	108.627	21.189.166

Em fevereiro de 2022, a Companhia realizou o pagamento de mais uma parcela dos juros dos “Senior Notes” no valor de R\$ 438.217, emitidos no âmbito da implementação do Plano Original, que vencem em julho de 2025, dívida esta que possui pagamentos de juros semestrais e cupom de 10% a.a..

Conforme já detalhado na Nota 1, em 20 de abril de 2022, foi concluída a venda da UPI Ativos Móveis. Como parte do recebimento desses recursos, e conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial da Companhia, na mesma data foi realizada a quitação integral de suas dívidas junto ao BNDES, no valor de R\$ 4.640 milhões. Adicionalmente, em linha com o previsto na escritura das debêntures segunda emissão da Oi Móvel foi feito o pagamento antecipado desta dívida, no valor de R\$ 2.356 milhões. Por fim, também nesta data foi encerrada a oferta pública mandatória para o “Bond” sênior 2026, conforme previsto em sua “indenture”, com adesão de 98,71% do total do principal em circulação, o que representa cerca de US\$ 869 milhões de principal (R\$ 4.109 milhões).

Garantias

Com a conclusão da venda da UPI Ativos Móveis, em 20 de abril de 2022, ocorreu a quitação integral do crédito com garantia real de titularidade do BNDES junto à Companhia, em linha com o disposto na Cláusula 4.2.5 do Plano e nos termos previstos no Contrato UPI Ativos Móveis. O financiamento do BNDES possuía, originalmente, garantias em recebíveis da Companhia e de suas controladas

Notas Explicativas

Telemar, incorporada na Companhia, em 3 de maio de 2021, e Oi Móvel, incorporada na Companhia em 22 de fevereiro de 2022.

Do mesmo modo, também foram integralmente quitadas como resultado da conclusão da venda da UPI Ativos Móveis as Debêntures Oi Móvel 2ª Emissão, que possuía garantias representadas pelos recebíveis advindos da referida alienação, pelas ações da Oi Móvel e pelos dividendos a receber que a Companhia tem a receber da Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A. (“BrT Multimídia”), além de garantia fidejussória da Companhia.

Adicionalmente, em função da alienação mencionada, foi realizada a oferta pública mandatária dos “bonds” emitidos pela Oi Móvel em 30 de julho de 2021, com a adesão de 98,71% dos “bondholders”. Com isso, para garantir 1,29% do total do principal emitido, permanece a estrutura de garantias representadas por recebíveis da Companhia e de suas controladas, além de garantia fidejussória prestada pela Companhia, sendo que todas somente serão exercidas na ocorrência de inadimplemento.

Ao final do primeiro semestre de 2022, o montante total de garantias era de R\$ 46.247.

“Covenants”

De acordo com a Cláusula 17 do Anexo 4.2.4 do Plano de Recuperação Judicial (“Plano Original”), a Companhia e suas controladas estariam sujeitas a algumas cláusulas restritivas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, com base em indicadores financeiros, os quais são acompanhados em bases trimestrais.

Conforme estabelecido no Plano Original, conforme aditado (“Aditamento ao PRJ”), o BNDES concordou que, a partir da homologação judicial do Aditamento ao PRJ, ocorrida em 8 de outubro de 2020, e até a liquidação financeira da alienação da UPI Ativos Móveis ou até 30 de maio de 2022, o que ocorrer primeiro, a obrigação de cumprimento dos índices financeiros previstos no contrato de financiamento do BNDES terá sua exigibilidade temporariamente suspensa pelo BNDES e, portanto, durante tal período, sua não observância não implicará em eventual descumprimento contratual e não causará, dentre outras consequências contratualmente previstas, o vencimento antecipado do saldo devido das dívidas da Companhia. Com a conclusão da venda da UPI Ativos Móveis e a quitação integral do crédito com garantia real de titularidade do BNDES, não há mais “covenants” financeiros nos contratos de dívida da Companhia.

20. ARRENDAMENTOS A PAGAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Torres	2.380.909	2.263.935	2.380.909	2.241.507
Espaço físico	543.953	318.114	543.953	571.963
Lojas				85.376
Imóveis	53.585	1.577	58.714	32.616
Veículos	19.361	5.351	56.256	51.765
Energia distribuída	55.276	13.739	55.277	24.947
Total	3.053.084	2.602.716	3.095.109	3.008.174
Circulante	633.262	501.229	667.329	676.074
Não circulante	2.419.822	2.101.487	2.427.780	2.332.100

Notas Explicativas

Movimentação dos arrendamentos a pagar

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2021	2.602.716	3.008.174
Incorporação Oi Móvel (Nota 1)	239.481	
Novas contratações	420.027	420.695
Cancelamentos	(22.194)	(152.473)
Juros	177.811	181.023
Pagamentos	(338.191)	(370.095)
Modificações contratuais	(26.566)	7.785
Saldo em 30/06/2022	3.053.084	3.095.109

Cronograma de vencimento dos arrendamentos a pagar de longo prazo

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2023	635.858	636.336
2024	597.161	597.161
2025	498.781	498.781
2026	357.959	357.959
2027	335.084	335.084
2028 a 2030	918.480	918.480
2031 e exercícios seguintes	2.124.596	2.124.601
Total	5.467.919	5.468.402
Juros	(3.048.097)	(3.040.622)
Não circulante	2.419.822	2.427.780

O valor presente dos arrendamentos a pagar foi calculado, através da projeção dos pagamentos futuros fixos, que não consideram inflação projetada, descontados pelas taxas de desconto, que variam de 10,79% a 12,75% a.a.

Contratos não reconhecidos como arrendamentos a pagar

A Companhia optou por não reconhecer um passivo de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (arrendamentos com prazo esperado de 12 meses ou menos) ou para arrendamentos de ativos de baixo valor. Em 30 de junho de 2022, tais arrendamentos foram reconhecidos no resultado no montante de R\$ 26.382 (30/06/2021 - R\$ 1.422), na controladora, e de R\$ 28.852 (30/06/2021 - R\$ 14.470), no consolidado. Além disso foram reconhecidos também no resultado o montante de R\$ 35.042 (30/06/2021 - R\$ 12.481), na controladora, e de R\$ 48.130 (30/06/2021 - R\$ 44.390), no consolidado, referente a pagamentos variáveis de arrendamento.

Informações complementares

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, de 18 de dezembro de 2019 e ao Ofício Circular SNC/SEP01/20, de 5 de fevereiro de 2020, segue abaixo informações complementares:

CONTROLADORA							
Maturidade vencimento	Taxa média desconto	2023	2024	2025	2026	2027 a 2030	Acima de 2031
Até 2024	10,79%	64.446	24.722				
2025 até 2031	12,27%	178.551	178.872	152.713	104.367	162.658	3.391
2032 até 2035	12,58%	285.050	285.562	251.098	142.288	612.095	326.455
A partir de 2036	12,75%	107.811	108.005	94.970	111.304	478.811	1.794.750
Total		635.858	597.161	498.781	357.959	1.253.564	2.124.596
Inflação projetada¹		4,78%	4,21%	4,45%	4,80%	5,50%	5,79%

Notas Explicativas

CONSOLIDADO							
Maturidade vencimento	Taxa média desconto	2023	2024	2025	2026	2027 a 2030	Acima de 2031
Até 2024	10,79%	64.494	24.722				
2025 até 2031	12,27%	178.686	178.872	152.713	104.367	162.658	3.392
2032 até 2035	12,58%	285.264	285.562	251.098	142.288	612.095	326.456
A partir de 2036	12,75%	107.892	108.005	94.970	111.304	478.811	1.794.753
Total		636.336	597.161	498.781	357.959	1.253.564	2.124.601
Inflação projetada¹		4,78%	4,21%	4,45%	4,80%	5,50%	5,79%

¹Fonte: Anbima

21. PROVISÕES

Composição do saldo

Natureza	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Trabalhista				
Horas extras	307.535	302.318	496.473	494.678
Adicionais diversos	108.825	113.491	184.367	237.156
Estabilidade / Reintegração	106.998	108.979	171.679	182.664
Indenizações	91.851	96.590	149.225	171.646
Complemento de aposentadoria	53.139	52.204	84.347	69.070
Diferenças salariais e reflexos	34.981	32.435	56.312	46.572
Honorários advocatícios/periciais	31.967	27.074	54.093	44.758
Verbas rescisórias	18.379	15.222	29.803	29.980
Multas trabalhistas	15.058	13.642	24.235	27.931
Vínculo empregatício	9.108	10.186	14.457	22.253
FGTS	8.158	6.700	13.156	12.428
Subsidiariedade	200	197	318	377
Demais ações	58.036	55.511	92.367	79.349
Total	844.235	834.549	1.370.832	1.418.862
Tributária				
ICMS	840.695	494.080	843.513	794.955
ISS	89.947	83.867	90.433	85.998
INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	305.194	20.826	320.066	37.597
IPTU	108.755	108.755	108.755	108.755
Demais ações	455.147	175.531	459.310	197.323
Total	1.799.738	883.059	1.822.077	1.224.628
Cível				
ANATEL		1.060.007		1.298.116
Societário	266.750	296.828	266.750	296.828
Juizado Especial	90.829	43.809	90.942	79.797
Demais ações	1.288.926	904.762	1.317.626	1.348.422
Total	1.646.505	2.305.406	1.675.318	3.023.163
Total das provisões	4.290.478	4.023.014	4.868.227	5.666.653
Circulante	492.836	413.881	675.972	716.764
Não circulante	3.797.642	3.609.133	4.192.255	4.949.889

Notas Explicativas

De acordo com as leis aplicáveis aos processos trabalhistas, tributários e cíveis, os processos judiciais são mensalmente atualizados monetariamente, considerando os índices de correção aplicáveis, sendo os principais índices de atualização o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), Taxa Referencial (TR) e Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

Resumo das movimentações dos saldos de provisões:

	CONTROLADORA			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 31/12/2021	834.549	883.059	2.305.406	4.023.014
Incorporação Oi Móvel (Nota 1)	27.971	323.267	709.927	1.061.165
Atualização monetária	17.618	217.535	42.811	277.964
Adições / (Reversões) (i)	8.776	241.117	(236.504)	13.389
Baixas por pagamentos / encerramentos	(44.679)	134.760	(181.160)	(91.079)
Transferências (i)			(993.975)	(993.975)
Saldo em 30/06/2022	844.235	1.799.738	1.646.505	4.290.478

	CONSOLIDADO			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 31/12/2021	1.418.862	1.224.628	3.023.163	5.666.653
Atualização monetária	32.910	220.893	64.406	318.209
Adições / (Reversões) (i)	52.980	242.349	(231.155)	64.174
Baixas por pagamentos / encerramentos	(133.920)	134.207	(187.121)	(186.834)
Transferências (i)			(993.975)	(993.975)
Saldo em 30/06/2022	1.370.832	1.822.077	1.675.318	4.868.227

(i) A redução nas contingências cíveis no período decorre, principalmente, da transferência do passivo relacionado a débitos com a ANATEL para contas a pagar, no montante de R\$ 994 milhões, e reversão de contingências no montante de R\$ 325 milhões, em decorrência da celebração de instrumento de repactuação e transação que abrange tanto o saldo dos débitos não tributários, quanto a repactuação dos novos débitos junto à ANATEL (Nota 1).

Detalhamento do passivo contingente, por natureza

A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Trabalhista	196.840	171.791	224.872	218.892
Tributária	29.233.923	20.205.438	29.276.408	28.552.020
Cível	3.055.256	1.902.992	3.055.256	2.372.417
Total	32.486.019	22.280.221	32.556.536	31.143.329

Garantias

A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças, seguro garantia contratadas e vigentes em 30 de junho de 2022 corresponde a R\$ 11.517.750 (31/12/2021 - R\$ 10.209.447) na controladora e R\$ 11.569.312 (31/12/2021 - R\$ 11.379.606) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

Notas Explicativas

22. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	CONTROLADORA ¹		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Obrigação onerosa (i)	4.738.540	5.553.898	4.738.540	8.709.432
Receitas a apropriar (ii)	1.800.711	1.328.730	1.816.732	1.358.799
Obrigações contratuais (iii)	690.372		690.372	
Provisões para indenizações a pagar	435.005	505.026	435.005	505.026
Adiantamentos de clientes	285.020	87.153	338.015	335.232
Provisão para desmobilização de ativos	19.995	19.601	19.995	19.601
Consignação a favor de terceiros	15.953	14.570	17.138	21.133
Outros	364.220	303.064	373.911	304.686
Total	8.349.816	7.812.042	8.429.708	11.253.909
Circulante	1.704.013	1.269.085	1.786.567	2.037.547
Não circulante	6.645.803	6.542.957	6.643.141	9.216.362

¹ Os saldos da controladora em 2021, incluem passivos da Telemar incorporada em maio de 2021.

- (i) A Companhia e suas controladas mantém um acordo, com a Globenet Cabos Submarinos S.A. (“Globenet”), de fornecimento de capacidade de transmissão de sinais de telecomunicações através de cabos submarinos que conectam a América do Norte à América do Sul e, também, contrata o fornecimento de capacidade de segmento espacial para fins de prestação do serviço de TV DTH. Dado que (a) as obrigações dos contratos excedem os benefícios econômicos que se espera receber ao longo do contrato, e (b) os custos são inevitáveis, a Companhia e suas controladas, consoante o CPC 25/IAS 37, reconheceram uma obrigação onerosa mensurada ao menor custo líquido de saída dos contratos trazidos a valor presente.
- (ii) Representado principalmente por: (i) R\$ 1.253 milhões de receitas a apropriar de valores recebidos antecipadamente pela cessão do direito à operação comercial e uso de ativos de infraestrutura que são reconhecidos na receita pelo período efetivo dos contratos; e (ii) R\$ 472 milhões referente a receitas a apropriar de serviços de transição, a serem prestados pela Companhia, nos termos do acordo de fechamento da alienação da UPI Ativos Móveis (Nota 1), reconhecidos ao resultado pelo prazo contratual.
- (iii) Representado por obrigações contratuais decorrentes do fechamento da alienação da UPI InfraCo, relativamente a segregações contratuais e física de sistemas, a serem liquidados em obrigações mensais até o final de 2027, descontados a valor presente a taxa de desconto, considerando a maturidade dos passivos, de 13,81%.

Notas Explicativas

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 32.538.937 (31/12/2021 - R\$ 32.538.937), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

	Quantidade (em milhares de ações)	
	30/06/2022	31/12/2021
Capital total em ações		
Ações ordinárias	6.445.310	6.440.497
Ações preferenciais	157.727	157.727
Total	6.603.037	6.598.224
Ações em tesouraria		
Ações ordinárias	644.050	644.050
Ações preferenciais	1.812	1.812
Total	645.862	645.862
Ações em circulação		
Ações ordinárias	5.801.260	5.796.447
Ações preferenciais	155.915	155.915
Total em circulação	5.957.175	5.952.362

Em fevereiro de 2022, a Companhia emitiu 4.813 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, mediante capitalização de créditos detidos pelos beneficiários do Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações de emissão da Companhia para Executivos, em razão do atingimento da condição mínima de performance para a aquisição do direito ao recebimento das ações pelos Beneficiários relativa ao 2º “*vesting*” da 1ª outorga de ações realizada no Plano de Incentivo de Longo Prazo (Nota 24). O valor do aumento de capital foi de R\$ 4.573, integralmente destinado à reserva de capital, ao preço de emissão de R\$ 0,95 por ação, fixado com base no artigo 170, §1º, inciso III, da Lei das S.A., sem diluição injustificada, com base na média ponderada por volume da cotação das ações ordinárias da Companhia nos 30 pregões anteriores à data de aprovação do aumento de capital, critério este que, no entendimento da administração da Companhia, melhor se adapta à atual realidade da Companhia, tendo em vista que as ações ordinárias de emissão da Companhia são liquidas e possuem dispersão no mercado.

Na AGE - Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 23 de junho de 2022, foi aprovada a destinação do prejuízo do exercício de 2021 no montante de R\$ 8.516.185 registrado na conta de prejuízos acumulados.

(b) Ações em tesouraria

Em 30 de junho de 2022, a Companhia mantém a totalidade de suas ações preferenciais em tesouraria dadas em garantia em processos judiciais.

(c) Reservas de capital

As reservas de capital são constituídas, principalmente, pelas reservas descritas abaixo e em conformidade com as seguintes práticas:

Reserva especial de ágio na incorporação: representa o valor líquido da contrapartida do valor de crédito tributário.

Notas Explicativas

Reserva especial de incorporação – acervo líquido: representado por: (i) acervo líquido incorporado pela Companhia na Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012; e (ii) acervo líquido incorporado pela Companhia na incorporação da TmarPart aprovada em 1 de setembro de 2015.

Outras reservas de capital: representado, principalmente por: (i) R\$ 3.837.009 relativos ao aumento de capital com novos recursos ocorrido em janeiro de 2019, e (ii) R\$ 2.462.799 relativos a absorção de reservas de capital, devido a entrega de ações em tesouraria à Bratel em abril de 2019.

(d) Outros resultados abrangentes

Para fins de apresentação no formulário ITR On line da CVM/B3, foram incluídos em outros resultados abrangentes e são apresentados abaixo:

	Outros resultados abrangentes	Custo de emissão de ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldo em 31/12/2021	527.424	(801.073)	(141.871)	(415.520)
Resultado na contabilidade de “ <i>hedge</i> ”	1.395			1.395
Ganho atuarial	64			64
Ajuste de conversão de investimentos no exterior	2.043			2.043
Saldo em 30/06/2022	530.926	(801.073)	(141.871)	(412.018)

(e) Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído

Os acionistas ordinaristas e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os mesmos.

Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas.

Notas Explicativas

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído:

	Período de três meses findos em 30/06/2022	Período de seis meses findos em 30/06/2022	Período de três meses findos em 30/06/2021 Reapresentado	Período de seis meses findos em 30/06/2021 Reapresentado
Lucro (Prejuízo) das operações continuadas	(8.210.725)	(6.310.862)	943.756	(2.551.650)
Lucro das operações descontinuadas (líquido de impostos)	7.889.910	7.772.009	149.872	562.043
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia	(320.815)	1.461.147	1.093.628	(1.989.607)
Lucro (Prejuízo) alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(312.414)	1.422.879	1.064.982	(1.937.491)
Lucro (Prejuízo) alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(8.401)	38.268	28.646	(52.116)
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	5.798.052	5.797.249	5.796.467	5.796.458
Ações preferenciais – básicas e diluídas	155.915	155.915	155.915	155.915
Lucro (Prejuízo) por ação (Em Reais):				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(0,05)	0,25	0,18	(0,33)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(0,05)	0,25	0,18	(0,33)
Lucro (Prejuízo) por ação das operações continuadas (Em Reais):				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(1,38)	(1,06)	0,16	(0,43)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(1,38)	(1,06)	0,16	(0,43)
Lucro por ação das operações descontinuadas (Em Reais):				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	1,33	1,31	0,03	0,09
Ações preferenciais – básicas e diluídas	1,33	1,31	0,03	0,09

As ações preferenciais adquirirão direito a voto se a Companhia, por três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus na forma do seu Estatuto Social.

24. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Planos de pensão

Em 30 de junho de 2022, as responsabilidades com benefícios de aposentadoria registradas no balanço estão demonstradas a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Ativos atuariais				
Plano TCSPREV	27.154	25.548	25.867	25.683
Plano CELPREV			434	420
Plano PBS-TNC			853	827
Total	27.154	25.548	27.154	26.930
Circulante	1.300	793	1.300	2.175
Não circulante	25.854	24.755	25.854	24.755

Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Passivos atuariais				
Obrigações financeiras - Plano BrTPREV (i)	869.804	804.778	869.804	804.778
Plano PAMEC	8.996	8.623	8.996	8.623
Total	878.800	813.401	878.800	813.401
Não circulante	878.800	813.401	878.800	813.401

(i) A Companhia possuía contrato de obrigações financeiras firmado com a Fundação Atlântico destinado ao pagamento de provisão matemática sem cobertura no patrimônio do plano. Com a aprovação e homologação do PRJ, o respectivo crédito da Fundação Atlântico com a Oi está sujeito aos termos do PRJ.

Abaixo seguem as principais movimentações ocorridas nos ativos atuariais relativos aos planos de pensão e aposentadoria em 30 de junho de 2022:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2021	25.548	26.930
Rendimentos com planos de aposentadoria, líquidos	2.569	1.196
Pagamentos, contribuições e reembolsos	(963)	(972)
Saldo em 30/06/2022	27.154	27.154

Abaixo seguem as principais movimentações ocorridas nas obrigações atuariais com planos de pensão e aposentadoria em 30 de junho de 2022:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2021	813.401	813.401
Custos com planos de aposentadoria, líquidos	373	373
Juros do passivo atuarial	65.026	65.026
Saldo em 30/06/2022	878.800	878.800

Remuneração baseada em ações

A estratégia de remuneração da Companhia, inclui os Planos de Incentivo de Longo Prazo (ILP) baseados em ações, cujo objetivo é concentrar a maior parte do pacote de remuneração nos componentes variáveis, sujeitos portanto ao cumprimento de metas de performance e a menor parte em salários fixos. Os componentes variáveis de curto e longo prazos possuem metas aderentes à estratégia da Oi e pretendem, assim, alinhar interesses dos administradores com acionistas.

O plano prevê outorgas de ações anuais ao longo de três anos, representativas de ações do capital social da Companhia, divididos em plano de outorgas de ações ao diretor presidente, plano de outorga de ações a executivos e plano de outorgas de ações ao conselho de administração, sendo este último suspenso por decisão judicial, até que seja encerrada a recuperação judicial.

Os valores justos das outorgas de ações são apurados com base no período de aquisição dos direitos e reconhecidos à medida que os serviços são prestados. A despesa reconhecida no período findo em 30 de junho de 2022, para os planos de outorgas de ações, foi de R\$ 21.893 (30/06/2021 – R\$ 19.744).

Não ocorreram, no período findo em 30 de junho de 2022, movimentações de outorgas de ações ao diretor presidente e conselho de administração.

Notas Explicativas

As movimentações ocorridas no saldo de outorga de ações a executivos estão resumidas a seguir:

	Ações	Valor médio da ação R\$
Saldo de outorga de ações em 31/12/2021	78.553.343	
Outorgas liquidadas (i)	(4.813.368)	0,95
Cancelamentos	(6.042.197)	
Saldo de outorga de ações em 30/06/2022	67.697.778	

(i) Em 31 de março de 2022 foi realizada a liquidação de 52,39% das ações referentes ao segundo período de aquisição do direito da primeira outorga de ações, após a apuração do atingimento parcial das condições de performance do programa, mediante a um aumento de capital com capitalização de créditos no valor de R\$ 4.573, integralmente destinado a reserva de capital.

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O Conselho de Administração da Companhia, que é o principal tomador de decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho, utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. A Companhia identificou apenas um segmento operacional que exclui as operações descontinuadas e que corresponde aos negócios de Telecomunicações no Brasil.

Além dos negócios de Telecomunicações no Brasil, a Companhia tem outros negócios que não cumprem individualmente ou em conjunto nenhum dos indicadores quantitativos que demandem divulgação como segmento de negócio reportável. Estes negócios relacionam-se essencialmente às empresas Companhia Santomense de Telecomunicações, S.A. R.L. (“CSTT”), empresa alienada em novembro de 2021 e Timor Telecom S.A., as quais prestam serviços de telecomunicações fixas e móveis.

A geração de receita é avaliada pelo Conselho de Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias:

- Serviços de Fibra, com foco na venda de serviços de banda larga, voz fixa e IPTV, para clientes residenciais e pequenas empresas;
- Oi Soluções, que incluem soluções empresariais para nossos clientes corporativos de médio e grande porte, além dos serviços Digitais e de TI; e
- Serviços Legados, que incluem os serviços relacionados à tecnologia de cobre, TV DTH e serviços regulados de atacado.

Notas Explicativas

Telecomunicações no Brasil

Na preparação da informação financeira deste segmento reportável, as transações entre as empresas que o compõem são eliminadas. A informação financeira deste segmento reportável para 30 de junho de 2022 e de 2021 é como segue:

	Período de três meses findos em	
	30/06/2022	30/06/2021 Reapresentado
Cobre	607.836	934.051
Fibra	957.757	690.562
DTH	311.602	356.012
Oi Soluções	580.693	582.432
Outros serviços e negócios	91.831	8.743
Receita de vendas e/ou serviços	2.549.719	2.571.800
Despesas operacionais		
Depreciação e amortização	(1.030.542)	(2.306.304)
Interconexão	(44.429)	83.046
Pessoal	(444.123)	(291.664)
Serviços de terceiros	(891.662)	(300.808)
Serviços de manutenção de rede	(102.677)	14.044
Custo de aparelhos e outros	(10.219)	38.586
Publicidade e propaganda	(92.009)	(97.227)
Aluguéis e seguros	(450.107)	273.187
Provisões / Reversões	(9.622)	(31.549)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(48.269)	41.028
Tributos e outras despesas	165.493	(524.775)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(201.399)	(13.358)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e tributos	(609.846)	(543.994)
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	352.234	63.040
Despesas financeiras	(3.348.760)	1.438.644
Resultado antes dos tributos	(3.606.372)	957.690
Imposto de renda e contribuição social	(4.610.825)	(145)
Prejuízo das operações continuadas	(8.217.197)	957.545
Operações descontinuadas		
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos) (Nota 27)	7.889.910	149.872
Prejuízo do período	(327.287)	1.107.417

Notas Explicativas

	Período de seis meses findos em	
	30/06/2022	30/06/2021 Reapresentado
Cobre	1.246.980	1.964.049
Fibra	1.870.642	1.282.141
DTH	641.846	720.328
Oi Soluções	1.152.534	1.170.318
Outros serviços e negócios	92.744	13.346
Receita de vendas e/ou serviços	5.004.746	5.150.182
Despesas operacionais		
Depreciação e amortização	(2.007.653)	(3.315.951)
Interconexão	(73.726)	50.809
Pessoal	(840.001)	(754.133)
Serviços de terceiros	(1.767.706)	(1.353.339)
Serviços de manutenção de rede	(205.218)	(105.858)
Custo de aparelhos e outros	(13.973)	38.534
Publicidade e propaganda	(141.604)	(185.911)
Aluguéis e seguros	(767.975)	(96.564)
Provisões / Reversões	5.444	(79.638)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(93.227)	(7.195)
Tributos e outras despesas	92.949	(615.199)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(197.480)	971.180
Resultado operacional antes do resultado financeiro e tributos	(1.005.424)	(303.083)
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	2.680.376	185.586
Despesas financeiras	(3.351.882)	(2.422.963)
Resultado antes dos tributos	(1.676.930)	(2.540.460)
Imposto de renda e contribuição social	(4.611.342)	(7.612)
Prejuízo das operações continuadas	(6.288.272)	(2.548.072)
Operações descontinuadas		
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos) (Nota 27)	7.772.009	562.043
Prejuízo do período	1.483.737	(1.986.029)

Reconciliação das receitas e do resultado líquido e informação por mercado geográfico

Nos períodos findos em 30 de junho de 2022 e de 2021, a reconciliação entre receitas do segmento de Telecomunicações no Brasil e o total das receitas consolidadas é como segue:

	Período de três meses findos em	
	30/06/2022	30/06/2021 Reapresentado
Receita de vendas e/ou serviços		
Receitas relativas ao segmento reportado	2.549.719	2.571.800
Receitas relativas a outros negócios	29.801	55.193
Receita de vendas e/ou serviços consolidado (Nota 5)	2.579.520	2.626.993

Notas Explicativas

	Período de seis meses findos em	
	30/06/2022	30/06/2021 Reapresentado
Receita de vendas e/ou serviços		
Receitas relativas ao segmento reportado	5.004.746	5.150.182
Receitas relativas a outros negócios	61.717	113.936
Receita de vendas e/ou serviços consolidado (Nota 5)	5.066.463	5.264.118

Nos períodos findos em 30 de junho de 2022 e de 2021, a reconciliação entre o resultado antes do resultado financeiro e tributos do segmento de Telecomunicações no Brasil e o resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado é como segue:

	Período de três meses findos em	
	30/06/2022	30/06/2021 Reapresentado
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		
Telecomunicações no Brasil	(609.846)	(543.994)
Outros negócios	(1.553)	(192)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos de operações continuadas (Nota 5)	(611.399)	(544.186)

	Período de seis meses findos em	
	30/06/2022	30/06/2021 Reapresentado
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		
Telecomunicações no Brasil	(1.005.424)	(303.083)
Outros negócios	24.658	(3.866)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos de operações continuadas (Nota 5)	(980.766)	(306.949)

O total do ativo, do passivo e dos ativos tangíveis e intangíveis por mercado geográfico em 30 de junho de 2022, são como segue:

	30/06/2022				
	Total do ativo	Total do passivo	Ativos tangíveis	Ativos intangíveis	Investimento em ativos tangíveis e intangíveis
Brasil	50.287.777	49.960.108	15.447.488	3.547.380	2.741.339
Outros, principalmente África	526.715	49.597	70.396	14.274	19.757

Notas Explicativas

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas consolidadas

	CONTROLADORA	
	30/06/2022	31/12/2021
Ativo		
Contas a receber	826.558	1.955.107
Paggo Administradora	818.003	45
BrT Call Center	2.879	50.464
BrT Multimídia		133.846
Oi Móvel		1.770.201
Serede	5.676	551
Créditos com partes relacionadas (circulante e não circulante)	9.272.837	11.826.732
PTIF	6.103.538	6.137.597
Oi Holanda	3.085.242	3.106.199
BrT Multimídia		2.582.199
Serede	83.070	
Pointer	987	737
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	6.186	22.841
Oi Serviços Financeiros	4.624	4.624
Rio Alto	1.546	1.546
Brt Serviços Financeiros	16	16
Oi Móvel		16.655
Outros	775.485	443.816
Serede	369.405	272.375
Paggo Administradora	354.308	
BrT Call Center	41.227	36.439
Oi Holanda	7.324	18.555
CVTEL	2.573	3.322
PTIF	648	700
Oi Móvel		5.275
BrT Multimídia		107.150

	CONTROLADORA	
	30/06/2022	31/12/2021
Passivo		
Fornecedores	792.652	454.705
Paggo Administradora	403.019	101
Paggo Empreendimentos	200.000	
BrT Call Center	118.929	72.711
Serede	70.704	132.318
BrT Multimídia		75.523
Oi Móvel		174.052
Empréstimos e financiamentos (i)	2.894.544	2.083.239
Oi Holanda	2.894.544	2.082.069
Oi Móvel		1.170
Dividendos		819.571
Oi Móvel		819.571
Demais obrigações	23.536	43.350
Oi Investimentos	12.220	13.927
PT Participações	10.341	11.919
Rio Alto	975	975
BrT Multimídia		4.766
Oi Móvel		11.763

- (i) A Companhia contrata mútuos com suas controladas segundo condições e juros de mercado com o objetivo de financiar suas atividades ou reembolsar dívidas. Os valores demonstrados estão líquidos de AVJ.

Notas Explicativas

	Período de três meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/06/2022	30/06/2021
Receitas		
Receita dos serviços prestados	4.508	295.556
BrT Multimídia	4.238	168.589
Oi Móvel		125.754
Telemar		1.051
Serede	264	161
Paggo Administradora	6	1
Outras receitas operacionais	13.082	20.399
BrT Multimídia	12.272	8.123
Oi Móvel		11.824
Serede	810	452
Receitas financeiras	2.998.690	(4.035.767)
Oi Holanda	2.122.198	(3.392.348)
PTIF	812.376	(643.718)
Serede	4.318	
BrT Multimídia	59.767	
Pointer	31	5
Telemar		294

	Período de seis meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/06/2022	30/06/2021
Receitas		
Receita dos serviços prestados	86.563	305.768
Oi Móvel	59.643	132.235
Cozani	3.083	
BrT Multimídia	18.845	168.723
Jonava	2.734	
Garliava	1.756	
Serede	491	219
Paggo Administradora	11	1
Telemar		4.371
Drammen		219
Outras receitas operacionais	35.811	35.973
BrT Multimídia	30.131	13.438
Oi Móvel	4.271	21.374
Serede	1.409	457
Drammen		472
Calitéia		232
Receitas financeiras	(3.547.760)	(1.350.584)
Oi Holanda	(3.600.780)	(1.440.825)
PTIF	(83.687)	89.057
BrT Multimídia	131.197	
Serede	5.457	
Pointer	53	7
Telemar		1.177

Notas Explicativas

	Período de três meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/06/2022	30/06/2021
Custos e despesas operacionais	(698.874)	(353.664)
BrT Multimídia	(518.392)	(98.787)
Oi Móvel		(14.830)
Telemar		(765)
Paggo Administradora	39	
BrT Call Center	(81.246)	(91.312)
Serede	(99.275)	(147.970)
Despesas financeiras	(2.136.886)	3.292.603
Serede		(3.330)
BrT Call Center	(1.605)	(399)
BrT Multimídia		(1.802)
PT Participações	(121)	(1.230)
Oi Holanda	(2.062.695)	3.200.395
PTIF	(72.465)	100.673
Telemar		(1.697)
Oi Móvel		(7)

	Período de seis meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/06/2022	30/06/2021
Custos e despesas operacionais	(1.465.711)	(564.210)
BrT Multimídia	(1.069.285)	(138.244)
Oi Móvel	(5.195)	(20.086)
Telemar		(3.195)
BrT Call Center	(159.118)	(189.808)
Serede	(215.132)	(209.654)
Paggo Administradora	(5.979)	
Drammen		(3.223)
Cozani	(5.494)	
Jonava	(3.397)	
Garliava	(2.111)	
Despesas financeiras	3.607.586	1.359.148
Oi Holanda	3.566.230	1.347.570
PTIF	49.577	28.135
PT Participações	(214)	(1.230)
BrT Call Center	(3.448)	(805)
Oi Móvel	(10)	(7)
Telemar		(6.788)
Serede	(3.072)	(4.314)
BrT Multimídia	(1.477)	(3.413)

Créditos com partes relacionadas

A Companhia pode conceder linhas de crédito às suas controladas com a finalidade de fornecer capital de giro para as suas atividades operacionais. Para estes casos, o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (31/12/2021 – 115% do CDI). De acordo com o que foi aprovado no PRJ, houve a extinção dos créditos “*intercompany*” em Reais para fins de capital de giro mantidos até então, por meio do encontro de contas entre as empresas Recuperandas brasileiras. Em 3 de fevereiro de 2022 foi aberta uma linha de crédito entre a Companhia e a Serede no valor de R\$ 160 milhões com maturidade de um ano ao custo de 115% do CDI. No período findo em 30 de junho de 2022, não houve a abertura de contratos de mútuo entre a Companhia e suas subsidiárias com a finalidade de suportar a necessidade de capital de giro em suas atividades operacionais.

Notas Explicativas

As linhas de crédito “*intercompany*” vigentes em 30 de junho de 2022 estão de acordo com o PRJ aprovado. Créditos “*intecompany*” não abrangidos pelo referido encontro de contas na forma do PRJ foram repactuados e serão quitados a partir de 20 anos após o término do pagamento dos créditos previstos nas condições da Modalidade de Pagamento Geral, atualizados pela TR para as linhas em Reais e pela variação cambial para as linhas de crédito internacionais. Adicionalmente, foram criadas linhas de créditos entre a Companhia, a PTIF e a Oi Holanda, uma vez que no âmbito da implementação do PRJ, as dívidas financeiras das Recuperandas foram substancialmente consolidadas na Companhia, tendo esta emitido instrumentos financeiros e de capital para a quitação das dívidas originalmente registradas pelas referidas subsidiárias. No segundo trimestre de 2021 foi celebrado um mútuo entre a Oi e a PTIF no valor de US\$ 4.150 para complementar o pagamento de um “*fee*” por esta empresa (não operacional), devido no âmbito da atualização de documentos necessários a partir da aprovação do Aditamento ao PRJ. À exceção deste, no período findo em 30 de junho de 2022 não houve a abertura de outros contratos de mútuo entre a Companhia e suas subsidiárias.

De acordo com a Cláusula 5.3.8.1 do Aditamento ao PRJ, no dia 23 de junho de 2022, após o fechamento da operação de alienação da UPI InfraCo, a BrT Multimídia, efetuou o pagamento da dívida extraconcursal no montante atualizado de R\$ 2.736.188 à Oi, sucessora por Incorporação da Dívida InfraCo, conforme detalhado na Nota 1. A previsão de pagamento da Dívida InfraCo era em até 90 (noventa) dias da conclusão da venda do controle da UPI InfraCo, o que ocorreu no dia 9 de junho de 2022.

Garantias

A Companhia e as demais Recuperandas são solidariamente responsáveis pelo cumprimento de todas as obrigações estabelecidas no PRJ, conforme previsto.

Oi Futuro

Desde 2001, a Oi reforça seu compromisso com a construção de uma sociedade mais diversa e inclusiva por meio de projetos e programas desenvolvidos pelo Oi Futuro, seu instituto de inovação e criatividade para impacto social. Constituído legalmente como uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), o Oi Futuro está presente em todas as regiões do país com atuação nas áreas de Cultura e Educação contribuindo para a pauta ESG (*Environmental Social Governance*) e para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No período findo em 30 de junho de 2022, foram realizadas contribuições ao Oi Futuro no montante de R\$ 2.850 (30/06/2021 – R\$ 7.214).

Transações com partes relacionadas em controle conjunto, coligadas e entidades não consolidadas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Ativo				
Contas a receber	39.643		39.643	
BrT Multimídia	39.643		39.643	
Dividendos a receber	251	25	251	25
AIX	251	25	251	25
Outros	183.592		183.592	
BrT Multimídia	183.592		183.592	

Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Passivo				
Fornecedores	328.548	412	328.548	2.994
BrT Multimídia	328.548		328.548	
AIX		412		2.994
Provisões	21.276		21.276	
BrT Multimídia	21.276		21.276	
Demais obrigações	4.289.766		4.289.766	
BrT Multimídia (*)	4.289.766		4.289.766	

(*) R\$ 3.596.197 referente a obrigação onerosa com a Globenet, incorporada pela BrT Multimídia (Notas 1 e 22) e R\$ 690.372 referente a obrigações contratuais decorrentes do fechamento da alienação da UPI InfraCo, relativamente a segregações contratuais e físicas de sistemas (Nota 22).

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Receita				
Receita dos serviços prestados	2.658	122	2.658	123
BrT Multimídia	2.658		2.658	
Hisparmar		122		123
Outras receitas operacionais	6.415		6.415	
BrT Multimídia	6.415		6.415	
Receitas financeiras	22.791		22.791	
BrT Multimídia	22.791		22.791	

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Receita				
Receita dos serviços prestados	2.658	202	2.658	203
BrT Multimídia	2.658		2.658	
Hisparmar		202		203
Outras receitas operacionais	6.415		6.415	
BrT Multimídia	6.415		6.415	
Receitas financeiras	22.791		22.791	
BrT Multimídia	22.791		22.791	

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Custos/Despesas				
Custos e despesas operacionais	(498.177)	(25.473)	(498.177)	(47.170)
BrT Multimídia	(498.177)		(498.177)	
Hisparmar		(25.473)		(38.903)
AIX				(8.267)
Despesa financeira		(6)		(10)
Hisparmar		(6)		(9)
AIX				(1)

Notas Explicativas

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Custos/Despesas				
Custos e despesas operacionais	(498.177)	(25.734)	(506.102)	(88.768)
BrT Multimídia	(498.177)		(498.177)	
Hispamar		(25.734)		(74.315)
AIX			(7.925)	(14.453)
Despesa financeira		(6)		(23)
Hispamar		(6)		(22)
AIX				(1)

Os saldos e transações com entidades controladas conjuntamente, coligadas ou não consolidadas resultam de operações comerciais desenvolvidas no curso normal da atividade, nomeadamente a prestação de serviços de telecomunicações pela Companhia a essas entidades e o aluguel de infraestrutura dessas entidades.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Em 30 de junho de 2022, a remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, foi de R\$ 34.798 (30/06/2021 – R\$ 24.608), conforme quadro a seguir:

	Período de três meses findos em	
	30/06/2022	30/06/2021
Remuneração do pessoal-chave da administração¹		
Benefícios de curto prazo a administradores (i) ²	19.484	8.454
Remuneração com base em ações	4.029	2.839
Total	23.513	11.293

	Período de seis meses findos em	
	30/06/2022	30/06/2021
Remuneração do pessoal-chave da administração¹		
Benefícios de curto prazo a administradores (i) ²	27.862	17.923
Remuneração com base em ações	6.936	6.685
Total	34.798	24.608

¹ Os valores demonstrados referem-se à controladora e ao consolidado, dado que o pessoal chave da administração está alocado na Companhia.

² Os valores demonstrados, não consideram os impactos referentes a encargos sociais conforme decisão manifestada pelo colegiado em 8 de dezembro de 2020 (Processo CVM nº 19957.007457/2018-10) e informado no Ofício de janeiro de 2021.

(i) Ordenados, salários, honorários, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus, benefícios não-monetários (tais como assistência médica, habitação, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

Notas Explicativas

27. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

As informações relativas aos ativos mantidos para venda devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Ativos				
Alienação de UPIs (a) (*)		3.514.847		34.339.237
Alienação de ativos (b)	2.230.658		2.230.658	691.895
Alienação de Imóveis	12.331	12.864	12.331	12.864
Total	2.242.989	3.527.711	2.242.989	35.043.996

(*) Em 2021, na controladora, refere-se a participação em investimentos mantidos para venda.

	CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021
Passivos		
Alienação de UPIs (a)		13.569.773

(a) Alienação de UPIs

Os ativos e passivos relacionados à alienação das UPI Ativos Móveis e UPI InfraCo foram classificados como mantidos para venda, devido aos seus valores contábeis serem recuperados, principalmente por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Com as alienações das operações das UPI Ativos Móveis e UPI InfraCo, concluídas total e parcialmente em 20 de abril de 2022 e em 9 de junho de 2022, respectivamente (Nota 1), os resultados de tais alienações são apresentados como operações descontinuadas em única linha na demonstração do resultado, conforme abaixo.

Notas Explicativas

Operações descontinuadas

Os principais componentes de receitas e despesas relacionadas ao resultado de operações descontinuadas, até a data de alienação das UPIs, liquidados das operações intragrupo, são demonstrados abaixo:

	30/06/2022	30/06/2021 Reapresentado
Receitas de vendas e/ou serviços	2.118.770	3.809.261
Receitas (despesas) operacionais:		
Interconexão	(64.101)	(121.580)
Pessoal	(183.472)	(220.695)
Serviços de terceiros	(527.992)	(627.486)
Serviço de manutenção da rede	(132.810)	(169.811)
Custo de aparelhos e outros	(4.810)	(35.006)
Publicidade e propaganda	(20.683)	(25.081)
Aluguéis e seguros	(534.799)	(562.447)
(Provisões) / Reversões	140	35
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(44.601)	(49.150)
Tributos e outras receitas (despesas)	(201.204)	(408.897)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (i)	8.389.857	244.447
Receitas (Despesas) operacionais excluindo depreciação e amortização	6.675.525	(1.975.671)
Depreciação e amortização (ii)		(295.537)
Total das receitas (despesas) operacionais	6.675.525	(2.271.208)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	8.794.295	1.538.053
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	19.588	16.586
Despesas financeiras	(568.665)	(440.441)
Total do resultado financeiro	(549.077)	(423.855)
Lucro antes das tributações	8.245.218	1.114.198
Imposto de renda e contribuição social	(473.209)	(552.155)
Lucro do período	7.772.009	562.043

(i) Resultado das alienações das operações das UPI Ativos Móveis e UPI InfraCo em 2022:

	30/06/2022		
	UPI Ativos Móveis	UPI InfraCo	Total
Preço de fechamento ajustado (Nota 1)	15.922.236	8.010.200	23.932.436
"Earn-outs" líquidos recebidos (Nota 1)	64.608		64.608
Valor retido (Nota 1)	(1.447.476)		(1.447.476)
Custo dos ativos alienados	(6.463.728)	(6.556.057)	(13.019.785)
Despesas e demais passivos assumidos relacionados com a venda dos ativos	(335.856)	(806.021)	(1.141.877)
Total	7.739.784	648.122	8.387.906

(ii) A despesa de depreciação das operações descontinuadas é decorrente da classificação para Mantidos para Venda, em 1 de maio de 2021, dos ativos objetos dos contratos de IRU entre a Oi e a UPI InfraCo.

(b) Alienação de ativos

Os ativos relacionados às operações de TV e equipamentos de transmissão ópticos são classificados como mantidos para venda, por atenderem aos critérios determinados pelo CPC 31/IFRS 5 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, principalmente devido aos seus

Notas Explicativas

valores contábeis serem recuperados por meio de transação de venda em vez do uso contínuo, bem como pelo fato de que a venda desses ativos se configura como uma venda altamente provável, principalmente em virtude da evolução do plano de alienação desses ativos, conforme inclusive divulgado na Nota 1.

Por não se tratarem de linhas separadas de negócios de acordo com o conceito da norma, os ativos de TV e os ativos de equipamentos de transmissão ópticos não são operações descontinuadas e seus resultados são reportados na operação continuada da Companhia.

Ativos de TV

A Companhia tem por plano transferir a integralidade da base de clientes pós-pagos de DTH (“*direct to home*”) e regular a utilização da infraestrutura de IPTV (“*internet protocol television*”) da Companhia (“Operação TVCo”), sendo a prestação de serviços com relação a essa infraestrutura efetuada pelo comprador, com o compartilhamento das receitas auferidas. Além disso, considera que os equipamentos com tecnologia DTH da Companhia serão conferidos ao comprador.

O valor desses ativos está mensurado ao menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de vendas.

Ativos de equipamentos de transmissão ópticos

Os ativos de equipamentos de transmissão ópticos (“*Optical Network Terminal*” – ONT) são classificados como mantidos para venda devido ao plano da Companhia de alienar esses ativos.

O valor desses ativos está mensurado ao menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de vendas.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

(a) Alienação Parcial UPI InfraCo

Dentre o previsto para uma segunda etapa, a ocorrer após o fechamento, em 6 de julho de 2022, houve subscrição e integralização pelo BTG Pactual Infraco Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e pelo BTG Pactual Economia Real Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia de ações ordinárias, representativas do capital social votante da BrT Multimídia, mediante contribuição de um montante em dinheiro de R\$ 361.849 (“Parcela Primária Adicional II”). Neste mesmo ato, a Companhia renunciou expressamente, em caráter irrevogável e irretroatável, ao seu direito de preferência na subscrição de ações de emissão da BrT Multimídia decorrentes desta Parcela Primária Adicional II.

Conforme descrito na Nota 1, como resultado das negociações no âmbito da operação de alienação parcial da UPI InfraCo, as partes concordaram que o Ajuste de Participação fosse implementado da seguinte forma: (i) em até 30 (trinta) dias, contados do fechamento, um ajuste de participação de 3,65% do capital social total e votante da BrT Multimídia; e (ii) em 31 de julho de 2023, um ajuste de participação de até 3,73% do capital social total e votante da BrT Multimídia, em função da aplicação e apuração das condições mais favoráveis para a Oi negociadas no contrato FTTH, como acima mencionado, durante este período, o que resultará, imediatamente após a consumação das etapas descritas acima, em uma participação da Globenet de até 65,27% na BrT Multimídia.

Notas Explicativas

A esse respeito, em 6 e julho de 2022, houve exercício dos bônus de subscrição nº 1 e 7, Série B, realizado pelos acionistas BTG Pactual Infraco Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, BTG Pactual Infraco Co-Investors Fund LP e FIP Economia Real, com consequente emissão de ações ordinárias, representativas do capital social votante da BrT Multimídia, mediante contribuição de um montante em dinheiro de R\$ 2,00 (“Aumento Adicional II”).

Em decorrência da implementação das etapas ocorridas até 6 de julho de 2022, naquela data a Oi passou a deter ações representativas de 37,83% do capital social votante e total da BrT Multimídia, permanecendo os Fundos BTG Pactual Infraco Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, BTG Pactual Infraco Co-Investors Fund LP e FIP Economia Real com a participação restante no capital votante e total.

Em 29 de julho de 2022, a Companhia notificou os demais acionistas da BrT Multimídia sobre a intenção de recompor sua participação no capital social da BrT Multimídia, detida no momento imediatamente anterior à implementação do Aumento Adicional I. Assim, em 5 de agosto de 2022, houve subscrição e integralização pela Companhia de 126.619.269 ações ordinárias, representativas do capital social votante da BrT Multimídia, mediante contribuição de um montante em dinheiro de R\$ 159.654 (o Aumento de Capital – Recomposição Oi indicado acima). Neste mesmo ato, os acionistas BTG Pactual Infraco Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, BTG Pactual Infraco Co-Investors Fund LP e BTG Pactual Economia Real Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia renunciaram expressamente, em caráter irrevogável e irretratável, ao seu direito de preferência na subscrição de ações de emissão da BrT Multimídia decorrentes do Aumento de Capital – Recomposição Oi.

Para maiores informações acerca da Alienação Parcial da UPI InfraCo, vide Nota 1.

(b) Recebimento de Proposta Vinculante para sites de infraestrutura de telecomunicações da operação fixa

Em 29 de julho de 2022, a Companhia recebeu proposta vinculante da NK 108 Empreendimentos e Participações S.A. (“NK 108”), afiliada da Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A., para a aquisição de 8.000 (oito mil) “*sites*” de infraestrutura de telecomunicações da operação fixa, especificados na referida proposta, acompanhados de todos seus ativos, contratos, direitos, obrigações, licenças e demais equipamentos necessários para a sua operação (“Itens de Infraestrutura”), na forma da aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de uma sociedade anônima de propósito específico (“SPE Torres 2”) para cujo capital social a Companhia contribuirá os Itens de Infraestrutura (“Proposta Vinculante”).

De acordo com a Proposta Vinculante, observadas determinadas condições, a NK 108 comprometeu-se, caso sagre-se vencedora do processo competitivo a ser conduzido na forma da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, a celebrar os documentos que estipularão os termos e condições definitivos quanto à aquisição dos Itens de Infraestrutura (incluindo um contrato de compartilhamento por meio do qual a Companhia se comprometerá a locar espaço nos Itens de Infraestrutura) e a adquirir a totalidade das ações representativas do capital social da SPE Torres 2 pelo valor de até R\$ 1.697.000, variável e ajustável nos termos estipulados na Proposta Vinculante, dos quais R\$ 1.088.000 a serem recebidos na data de fechamento da operação e até R\$ 609.000 a serem recebidos até 2026, a depender da quantidade futura de Itens de Infraestrutura a serem utilizados.

Notas Explicativas

A Proposta Vinculante prevê que a conclusão da operação está condicionada, entre outras condições precedentes usuais a este tipo de transação, às aprovações regulatórias aplicáveis, incluindo ANATEL e CADE.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Divulgações adicionais a demonstração do fluxo de caixa

Transações não caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Varição entre investimento econômico e financeiro (aquisição de imobilizado e intangível)	(120.764)	268.365	(206.889)	230.163
Compensação de depósitos judiciais contra provisões	29.665	28.571	106.641	132.395
Compensação de depósitos judiciais contra fornecedores	37.752		37.752	
Compensação de provisões contra fornecedores	1.097.735		1.027.802	
Compensação de tributos a recuperar contra tributos a recolher	1.204.040	719.499	1.398.177	1.724.929
Compensação de créditos a receber com obrigações de taxa Fistel	269.707	918	269.707	244.037
Compensação de créditos a receber contra passivo oneroso	3.490.343		3.490.343	

Conciliação de passivos resultantes de atividades de financiamentos

As movimentações de encargos financeiros e liquidação de dívidas resultantes de atividades de financiamentos são apresentadas na Nota 19.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Oi S.A. - Em Recuperação Judicial
e sociedades controladas

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Oi S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1 às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, na seção sobre continuidade das operações, que informa que as informações contábeis, individuais e consolidadas, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, sendo observados os seguintes principais aspectos: (i) o cumprimento dos requerimentos, termos e condições previstos no Plano de Recuperação Judicial Aditado ("PRJ Aditado"), bem como o atendimento dos requerimentos previstos na Lei no 11.101/2005; (ii) o êxito na implementação do plano estratégico da Companhia; (iii) a conclusão do processo de alienação das Unidades Produtivas Isoladas (UPIs) Ativos Móveis e InfraCo, que ocorreram em 20 de abril de 2022 e em 9 de junho de 2022, respectivamente; e (iv) a celebração do instrumento de repactuação e transação com a ANATEL. As medidas previstas no Plano de Recuperação Judicial visam reverter as condições que vem causando prejuízos recorrentes à Companhia, sendo que o fato da Companhia estar em Recuperação Judicial, bem como as incertezas ainda remanescentes quanto ao êxito no cumprimento dos requerimentos necessários para o fim desse processo, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As Informações Trimestrais (ITR) mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado e resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021, às mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado para o período de seis meses findo naquela mesma data, obtidas das Informações Trimestrais (ITR) daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2021, obtidas das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais (ITR) do trimestre findo em 30 de junho de 2021 e o exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram, respectivamente, relatório de revisão datado de 11 de agosto de 2021, sem ressalvas e com parágrafo de ênfase sobre a incerteza relacionada com continuidade operacional, e relatório de auditoria datado de 04 de maio de 2022, sem ressalvas e com parágrafo sobre incerteza relacionada com a continuidade operacional.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Cáren Henriete Macohin
Contadora CRC 1PR038429/O-3 "T" SC

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS

Os diretores estatutários da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial declaram, para fins do disposto nos incisos IV e V, § 1º do art. 25 da Instrução CVM n.º 480/09, que, dentro de suas respectivas áreas de competência, reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras findas em 30/06/22, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. sobre essas demonstrações.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2022.

Rodrigo Modesto de Abreu
Diretor Presidente

Cristiane Barretto Sales
Diretora de Finanças e Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS

Os diretores estatutários da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial declaram, para fins do disposto nos incisos IV e V, § 1º do art. 25 da Instrução CVM n.º 480/09, que, dentro de suas respectivas áreas de competência, reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras findas em 30/06/22, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. sobre essas demonstrações.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2022.

Rodrigo Modesto de Abreu
Diretor Presidente

Cristiane Barretto Sales
Diretora de Finanças e Relações com Investidores